INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

A Doutrina de Segurança Nacional e a “nova direita” na América Latina: uma análise do caso brasileiro

BRUNO DOS SANTOS AZEVEDO

Foz do Iguaçu
2024

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

A Doutrina de Segurança Nacional e a “nova direita” na América Latina: uma análise do caso brasileiro

BRUNO DOS SANTOS AZEVEDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientadora: Prof. Dra. Patricia Sposito Mechi

Foz do Iguaçu
2024

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

A994
Azevedo, Bruno Dos Santos.
A Doutrina de Segurança Nacional e a "Nova Direita" na América Latina: uma análise do caso brasileiro / Bruno Dos Santos Azevedo. - Foz do Iguaçu, 2024.
127 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2024.
Orientadora: Profa. Dra. Patrica Sposito Mechi.

1. Nova Direita. 2. Jair Bolsonaro. 3. Doutrina de Segurança Nacional. 4. Ditaduras militares. 5. Democracia iliberal. I. Mechi, Patricia Sposito. II. Título.

CDU 329.055.1:321.64(81)

BRUNO DOS SANTOS AZEVEDO

A Doutrina de Segurança Nacional e a "nova direita" na América Latina: uma análise do caso brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana

Banca Examinadora

_____

Orientadora: Prof. Dra. Patricia Sposito Mechi
PPGICAL / UNILA

_____

Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
PPGICAL / UNILA

_____

Prof. Dra. Renata Peixoto de Oliveira
PPGICAL / UNILA

_____

Prof. Dra. Rejane Carolina Hoeveler
PPGSS / UFAL

Foz do Iguaçu, 4 de abril de 2024.

AGRADECIMENTOS

Não teria como começar de outra forma que não agradecendo à minha Mãe e meu Pai por toda a estrutura de amor, acolhimento e incentivo, ao investirem todos os seus poucos recursos para garantir a formação acadêmica que me permite finalizar este trabalho.

À minha querida companheira de vida, que sabe muito bem todo o árduo processo pelo qual passamos durante a trajetória no mestrado, agradeço de todo o coração pelo amor, carinho, compreensão e parceria e por todas as reflexões, sugestões e revisões que tornaram este trabalho possível. Espero ansiosamente por compartilharmos as delícias dessa conquista como compartilhamos as dores dessa caminhada.

À Brisa e Mafalda, que mais do que canina e felina, foram um refúgio de carinho e alegria em tantos momentos de insegurança e ansiedade.

A todas as pessoas, amigos, amigas, colegas de curso e de trabalho, muito obrigado por contribuírem com bons momentos e lembranças que fazem parte desse quebra-cabeça.

À minha orientadora, que tem tanto conhecimento quanto paciência e mesmo com a tarefa de organizar minhas esparsas e confusas ideias já no meio do caminho, soube de forma inacreditável me conceder toda atenção, sem me colocar nenhuma pressão, só tenho a agradecer por resgatar minha pesquisa e humanizar o trabalho acadêmico.

Às professoras que avaliam este trabalho, agradeço não só pelo aperfeiçoamento de minhas reflexões e pela contribuição à minha trajetória como pesquisador, mas também pelo digníssimo serviço que prestam ao povo de nossa América com a produção de um conhecimento crítico, consciente e libertador.

À toda comunidade unileira, terceirizadas, colegas discentes e TAEs, às e aos docentes, gestoras e gestores e a toda a população que impacta e é impactada por essa universidade, muito obrigado por tornar material a integração da América Latina por meio da educação, da ciência e do conhecimento.

Ao povo brasileiro e latino-americano, agradeço pelas lutas travadas desde as invasões, que não cessam, mas não deixam a esperança cessar.

Às vítimas do colonialismo e do imperialismo, em nossas Américas e em todo o mundo, minha solidariedade e promessa de não calar a voz por justiça.

Que de um futuro florido, minhas linhas sejam sementes.

Somos poetas, nossa arma é a caneta
Vivendo entre patetas que portam suas escopetas
Meu irmão eu tô aqui e vim de baixo
Tem que ter muito culhão e nada a ver com ser macho
Nunca tenha medo de fazer o que tem que fazer

(Black Alien, Nunca Tenha Medo)

Resumo

Este trabalho tem o intuito de discutir o desenvolvimento da chamada “nova direita” nos países da América Latina, em especial no Brasil, onde o ex-militar e ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro foi presidente da República de 2018 a 2022. Para os fins desta pesquisa, considera-se Bolsonaro enquanto o mais popular representante de uma direita nacionalista e radicalizada no país, a qual costurou apoios de diversos grupos sociais em torno de um programa moralmente conservador, mas economicamente ultraliberal e antagonizou com projetos mais progressistas em um contexto político de recém ruptura da ordem democrática. Para compreender de forma mais ampla a natureza do fenômeno político ao qual o bolsonarismo pertence, pretende-se discutir, num diálogo com o aporte conceitual desenvolvido pelos pesquisadores do tema, o contexto de crise da democracia liberal, as características e elementos constitutivos e as referências históricas do ideário da chamada “nova direita” que é produto deste processo e parte do desenvolvimento de “democracias liberais”. A partir de uma importante contextualização histórica, fez-se relevante compreender que a história do Brasil converge em alguns aspectos com outras repúblicas da região latino-americana, em especial no período após o fim da chamada Segunda Guerra Mundial, quando eclodiram regimes militares ditatoriais apoiados e patrocinados pelos Estados Unidos da América, e sob os quais foi posta em prática uma forma de atuação baseada em uma doutrina conhecida como Doutrina de Segurança Nacional, a qual regia escolas militares estadunidenses voltadas para o treinamento de oficiais militares latino-americanos. Esses princípios seriam bases para a formação ideológica de gerações de militares desses países, em especial do Brasil e entre eles o ex-presidente, o qual foi formado na academia militar durante a ditadura de 1964-1985. Pretende-se, portanto, observar as similaridades e influências da Doutrina de Segurança Nacional no ideário de lideranças da chamada “nova direita” na região, além dos efeitos da “democracia iliberal”. O estudo será feito a partir do caso brasileiro, reunindo os princípios e conceitos da DSN desenvolvidos e aplicados no Brasil por obras como os Manuais Básicos da Escola Superior de Guerra e a Lei de Segurança Nacional de 1969 e comparando-os com declarações públicas realizadas por Jair Bolsonaro antes, durante a após o seu exercício como Presidente da República.

Palavras-chave: nova direita; Jair Bolsonaro; Doutrina de Segurança Nacional; ditaduras militares; democracia iliberal

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo discutir el desarrollo de la llamada "nueva derecha" en los países de América Latina, especialmente en Brasil, donde el ex militar y ex diputado federal Jair Messias Bolsonaro fue presidente de la República de 2018 a 2022. Para los fines de esta investigación, se considera a Bolsonaro como el representante más popular de una derecha nacionalista y radicalizada en el país, que cosechó apoyos de diversos grupos sociales en torno a un programa moralmente conservador, pero económicamente ultraliberal, y se enfrentó a proyectos más progresistas en un contexto político de reciente ruptura del orden democrático. Para comprender de manera más amplia la naturaleza del fenómeno político al que pertenece el bolsonarismo, se pretende discutir, en un diálogo con el aporte conceptual desarrollado por los investigadores del tema, el contexto de crisis de la democracia liberal, las características y elementos constitutivos y las referencias históricas del ideario de la llamada "nueva derecha", que es producto de este proceso y parte del desarrollo de "democracias liberales". A partir de una importante contextualización histórica, fue relevante comprender que la historia de Brasil converge en algunos aspectos con otras repúblicas de la región latinoamericana, especialmente en el período posterior al final de la llamada Segunda Guerra Mundial, cuando estallaron regímenes militares dictatoriales apoyados y patrocinados por los Estados Unidos de América, y bajo los cuales se puso en práctica una forma de actuación basada en una doctrina conocida como Doctrina de Seguridad Nacional, que regía escuelas militares estadounidenses destinadas al entrenamiento de oficiales militares latinoamericanos. Estos principios serían la base para la formación ideológica de generaciones de militares de estos países, especialmente de Brasil y entre ellos el ex presidente, quien fue formado en la academia militar durante la dictadura de 1964-1985. Por lo tanto, se pretende observar las similitudes e influencias de la Doctrina de Seguridad Nacional en el ideario de liderazgo de la llamada "nueva derecha" en la región, además de los efectos de la "democracia iliberal". El estudio se realizará a partir del caso brasileño, reuniendo los principios y conceptos de la DSN desarrollados y aplicados en Brasil por obras como los Manuales Básicos de la Escuela Superior de Guerra y la Ley de Seguridad Nacional de 1969 y comparándolos con declaraciones públicas realizadas por Jair Bolsonaro antes, durante y después de su ejercicio como Presidente de la República.

Palabras-clave: nueva derecha; Jair Bolsonaro; Doctrina de Seguridad Nacional; dictaduras militares; democracia iliberal

Sumário

Banca Examinadora **6**
Agradecimentos **7**
Resumo **9**
Resumen **10**
Sumário **11**
Introdução **12**
Capítulo 1: A Caracterização das "Novas Direitas" em Debate **26**
Posfascismo, Tradicionalismo e Reação Nacionalista 27
A crise da Democracia Liberal 33
Capítulo 2: O Histórico Intervencionismo Norte Americano e a Doutrina de Segurança Nacional **42**
Destino Manifesto e Doutrina Monroe 42
O Corolário Roosevelt 44
A política de boa vizinhança 45
A Guerra Fria 46
Doutrina Truman, Plano Marshall e Comecon 47
As conferências que "repartiram" o mundo 50
América Latina e a "Segurança Nacional" 57
Aparatos de intervenção: National Security Act, CIA e NSC-68 58
O primeiro ato do intervencionismo golpista na América Latina 59
A Escola das Américas e a exportação da Ideologia de Segurança Nacional 64
Uma Doutrina "à brasileira": A DSN da Escola Superior de Guerra 68
A perene autoridade militar sobre o Estado brasileiro 85
Capítulo 3: O Que Há de DSN em Jair Bolsonaro? **92**
The New York Times, 1993 98
O discurso da posse, 2019 102
Ato em defesa de Bolsonaro, 2024 112
Considerações Finais 118
Referências **120**
ANEXO I **127**
ANEXO II **132**
ANEXO III **135**

INTRODUÇÃO

Identificada como uma tendência global, a ascensão de políticos de uma chamada “nova direita” é uma realidade contemporânea em diversos países. A eleição de Donald Trump em 2016 é um dos marcos desse fenômeno de grande escala, que reverberou, de certa forma, para outras grandes democracias, como se esperava, visto que os Estados Unidos, apesar do crescimento de outras grandes potências, como a China e a Rússia, continua tendo uma enorme influência política no mundo.

A vitória de Trump era inesperada, visto que o candidato despontava como alguém alheio ao que se via nos outros políticos. Era basicamente o que se passou a chamar de “outsider”. Bilionário e sem qualquer vergonha de expôr visões ultraconservadoras sobre pautas como a regulamentação do aborto, os movimentos antirracistas e políticas de promoção da igualdade sexual, Trump cresceu rapidamente em apoio, principalmente de estados com grande apelo armamentista de histórico conservador, como aqueles do Sul onde é comum a figura do estadunidense morador de áreas rurais. O maior armamento da população era inclusive uma de suas maiores bandeiras, que constituía uma parte do forte nacionalismo que representava. Não por acaso, ao ser eleito, Trump praticou uma diplomacia isolacionista, de diminuição da intervenção e da participação estadunidense em acordos multilaterais, voltando seu governo para questões internas baseadas no fortalecimento de uma massa conservadora destinada a torná-lo um ícone sobre o qual se construiria o combate ao “politicamente correto” e um resgate do domínio do “homem conservador” que, em sua visão, estaria oprimido pelas pautas progressistas. Com forte anticomunismo, inclusive culpando os chineses pela pandemia de Covid-19 como se fosse uma arma química, Trump construiu uma forte rede de apoio dentro e fora dos Estados Unidos, tornando-se referência de uma direita nacionalista, ultraconservadora e radicalizada, que iria mostrar diversos representantes pelo mundo. Uma das maiores pautas dos líderes dessa direita em países do Norte Global é o combate às imigrações, mas este não é um ponto apenas dos republicanos nos EUA e nem apenas da nova direita da Europa. O governo Trump iniciou literalmente a construção de um muro gigante para impedir a entrada de imigrantes pelo México e tornou mais duras as penas aos considerados ilegais.

As eleições seguintes, de 2020, em plena pandemia de Covid-19, colocaram Donald Trump frente a Joe Biden - ex vice de Barack Obama, depois de ter desacreditado

o vírus, culpado a China, negado a eficácia de vacinas e combatido as medidas de isolamento, o republicano foi derrotado nas urnas, que elegeram Biden como o novo presidente. Mas as eleições perdidas revelaram outro aspecto da nova direita, a aversão às instituições democráticas. O uso constante de teorias conspiracionistas e desinformação para apoiar suas opiniões torna fértil o terreno para a mobilização de sua base contra qualquer que seja o adversário.

Nesse caso, por convocação de Trump em comício após as eleições, no dia 6 de janeiro de 2021 milhares de apoiadores “trumpistas” invadiram a sede do Congresso Americano com extrema violência, deixando mais de 100 feridos e 5 pessoas mortas, sendo 3 policiais. No momento da invasão, estava em andamento a sessão que ratificou a vitória do candidato democrata, o que só terminou no dia seguinte.

Em meio à disparada de popularidade de Trump, diversos líderes da direita conservadora ganharam força em seus países. Em 2017, o cientista política italiano Enzo Traverso já escrevia sobre o fenômeno do que ele chama “posfascismo”, citando, por exemplo, o partido de extrema direita “Alternativa para a Alemanha” (AfD, na sigla em alemão), que naquele momento contava com um bom resultado nas últimas eleições legislativas - cerca de 5 milhões de votos, 11.5% -, percentual que se manteve praticamente inalterado em 2021 - 10,5% com 4,5 milhões de votos. Semelhante caso é o da França com Marine Le Pen, da Itália com Matteo Salvini, da Hungria com Viktor Orbán, da Polônia com Andrzej Duda, da Índia com Narendra Modi, da Turquia com Recep Tayyip Erdoğan e outros identificados como líderes ultraconservadores e autoritários, que ganharam popularidade se apresentando como alternativas a um “sistema” estabelecido, usando de elementos conspiratórios, identificados como racistas e xenofóbicos. O que se analisa é que as crises econômicas constantes, o consequente descrédito dos grupos políticos tradicionais, somados às crises migratórias, ao rearranjo do sistema-mundo e às repentinas mudanças nas tecnologias de informação e comunicação são fatores determinantes para a ascensão desses grupos políticos.

O cenário não é diferente na América Latina, onde líderes como Nayib Bukele em El Salvador, Javier Milei na Argentina e Jair Bolsonaro no Brasil se elegeram presidentes. Tal como afirma Esther Solano (2019), não se trata de um fenômeno localizado. A captura do sentimento de frustração e desesperança e a promessa de “renovação” foram ferramentas de sucesso da “nova direita”, que venceu adversários desatentos, preocupados com questões de governabilidade e desgastados pela institucionalidade em crise. Vemos de uma forma global a vitória da retórica antissistema. (Solano, 2019)

Evidentemente, a natureza dos líderes e movimentos dessa tendência nos países latino-americanos é diferente dos “equivalentes” em países europeus e até mesmo nos Estados Unidos, ainda que as referências a Donald Trump sejam comuns, principalmente por parte do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro.

> Este fenômeno tem sido desafiador para aqueles que procuram explicá-lo e combatê-lo. Não é restrito à América Latina e o Caribe e se desenvolve em boa parte do mundo, mas, apesar das particularidades regionais ou nacionais, são muitas as simetrias que podem ser identificadas em nossa região. (Dulci e Mechi, 2023, p.10)

Entre as simetrias que aproximam os casos de novos líderes de direita nos países da América Latina, em especial os países do cone sul, está sua relação com a memória das ditaduras militares. A forma como terminaram os regimes autoritários na região tem implicações profundas no desenvolvimento das instituições democráticas destes países. A seguir, trarei três exemplos de países que enfrentaram ditaduras militares no período da “Guerra Fria” e que atualmente lidam com a emergência de lideranças da “nova direita” ultraconservadora e antissistema: Argentina, Chile e Brasil.

Na Argentina, o novo presidente Javier Milei, eleito em novembro de 2023 com 14.476.462 votos no segundo turno[1], derrotando o candidato Sergio Massa, ex-ministro da Fazenda e membro do peronismo, grupo tradicional de centro-esquerda que governava o país com o presidente Alberto Fernandez e a vice Cristina Kirchner. Fernandez enfrentava uma intensificação da crise econômica e por isso uma baixíssima popularidade no último período de governo, mas mesmo assim seu grupo político lançou o Ministro da Economia, Sérgio Massa como candidato.

Javier Milei é economista e professor universitário e se tornou conhecido no país após participar de programas de TV onde expressava análises do ponto de vista ultraliberal com um estilo excêntrico. O atual presidente é fundador do partido La Libertad Avanza, partido ultraliberal que tem como bandeiras, entre outras coisas, o fechamento do Banco Central do país e a regulamentação do mercado de órgãos humanos[2], apesar de ser contrário à legalização do aborto. Em campanha, Milei prometeu privatizar tudo que fosse possível, inclusive a educação e saúde. Prometeu dolarizar a economia argentina e

[1] Dados extraídos do Sistema de Publicação de Resultados Eleitorais do Ministério do Interior da Argentina

[2] “Javier Milei se manifestó a favor de la venta de órganos tras apoyar la compra libre de armas y denunciar a periodistas: “Es un mercado más”” La Nación [online] 2 jun 2022. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/javier-milei-se-manifesto-a-favor-de-la-venta-de-organos-tras-apoyar-la-compra-libre-de-armas-y-nid02062022/> Acesso em 2 mar 2024

vender estatais, entre elas a YPF, principal petrolífera do país. Milei disse ainda que pretendia romper com países de esquerda, se retirando do Mercosul e dos BRICS, para onde a Argentina recentemente foi convidada.

Na área da segurança pública prometeu “tolerância zero”, com redução da maioridade penal para 14 anos e militarização de presídios. A chapa de Milei ainda atacou as demarcações de terras indígenas e disse que vai combater os protestos que fecham estradas.[3] Em seus primeiros dias de governo, Milei editou um decreto com mais de 300 pontos, pelos quais implementou medidas de controle fiscal que elevaram a inflação à casa das centenas e aumentaram o preço dos alimentos e itens de necessidade básica, que tiveram subsídios cortados. Essas medidas de “choque” econômico elevaram subitamente a fome no país e derrubaram o valor do peso, que chegou a cair em 50%. Através do chamado DNU - Decreto de Necesidad y Urgencia, Milei demitiu funcionários públicos e acabou com o trabalho em home office, reduziu pela metade o número de ministérios, derrubou a lei que proibia o nepotismo e indicou a própria irmã para a secretaria de governo.

O decreto também permitiu privatizações de empresas públicas, aumentou o tempo de experiência de trabalhadores recém contratados de três para oito meses e revogou dispositivos de controle de preços. Além disso, publicou a chamada “lei omnibus” ou “Lei de Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, que prevê pena para liderança de protestos que impeçam o trânsito e cobrança de mensalidade em Universidades Públicas para estudantes estrangeiros.[4]

O governo recuou em alguns pontos para garantir a aprovação da lei, devido ao baixo apoio que possui no Congresso. As drásticas medidas de Milei geraram protestos contra a fome, as privatizações e as restrições ao direito de manifestação. Além de uma paralisação geral ocorrida em janeiro, no final de fevereiro os professores prometeram entrar em greve pela recusa do governo em negociar pautas salariais.[5] O governo de Milei segue negociando com o Congresso para garantir suas medidas de choque neoliberal em meio à resistência de movimentos sociais. O novo presidente argentino não possui em

[3] “Milei vence: quais são as principais ideias do novo presidente da Argentina” BBC News Brasil [online] 19 nov 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1pnzyxz2yo> Acesso em 2 mar 2024

[4] “Demissões, nota de 50 mil, ensino pago: as primeiras medidas de Milei” UOL [online] 30 dez 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/12/30/javier-milei-presidente-argentina-medidas.htm> Acesso em 3 mar 2024.

[5] “Los sindicatos docentes anunciaron un paro nacional el próximo lunes” Pagina 12 [online] 29 fev 2024. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/716524-los-sindicatos-docentes-anunciaron-un-paro-nacional-el-proxi Acesso em 3 mar 2024.

sua trajetória ligação direta com os militares, mas sua vice-presidente, a ex-deputada Victória Villarruel, é de família militar e fundadora e presidente do “Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas (CELTYV)”, que se dedica, segundo seu perfil oficial no Instagram[6], à “lucha por el reconocimiento de los DDHH para las víctimas del terrorismo de los 70.” Villaruel considera que o que houve a partir de 1976 na Argentina não foi uma ditadura, mas uma guerra contra o comunismo e assim busca equiparar os muitos e graves casos de prisões, torturas e desaparecimentos promovidos pelo Estado argentino aos atos dos movimentos guerrilheiros resistentes ao governo militar. Dessa forma, a figura de Victoria no governo, ao lado de Milei, ameaça retroagir a histórica posição da Argentina como país que mais construiu memória e justiça de transição em relação ao seu período ditatorial na região.

Mas não é só de Villarruel que vem o negacionismo sobre a ditadura. “Para nosotros durante los [anos] '70 hubo una guerra y en esa guerra las fuerzas del Estado cometieron excesos y por tener el monopolio de la violencia le vale todo el peso de la ley, pero también los terroristas de Montoneros, del ERP, mataron gente, pusieron bombas, hicieron desastres, y también cometieron delitos de lesa humanidad"[7], disse Javier Milei no primeiro debate presidencial das eleições que venceu. A tentativa de equiparar a ditadura militar com as atividades de guerrilha se torna evidente nessa frase. Perceba que o então candidato afirma que as forças do Estado cometeram “excessos” sem nomeá-los, como se estivessem fazendo o que deveriam fazer, só “passaram um pouco da conta”, porém, ao citar os movimentos de esquerda, Milei lista os crimes que afirma terem cometido: “mataram pessoas, puseram bombas, fizeram desastres e também cometeram delitos de lesa humanidade.”

Muito além da construção inocente da frase, Milei projeta excessos como algo bem menos expressivo, invertendo uma lógica que não era, até então nos debates públicos a nível nacional, nem mesmo equiparável. Seja por um aceno a forças ligadas aos militares, apelo ao antagonismo em relação à esquerda ou mesmo por crença nessas afirmações, Javier Milei se posiciona como mais um líder, identificado como “nova direita” que relativiza e até nega as ditaduras militares e seus crimes.

---

[6] Disponível em: <https://www.instagram.com/celtyvporlasvictimas/>

[7] “Javier Milei dijo que no hubo "30.000 desaparecidos sino 8.753" durante la dictadura” Pagina 12. 1º out 2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/593772-milei-dijo-que-no-hubo-30-000-desaparecidos-sino-8-753-duran> Acesso em 4 mar 2024

No Chile, o candidato de direita derrotado à presidência, Jose Antonio Kast, cujo pai alemão foi filiado ao partido nazista[8], é visto como um ultraconservador, e em 2017, em campanha para eleições legislativas, disse que se Augusto Pinochet (presidente militar que chefiou 17 anos de ditadura no país, a qual deixou 40 mil vítimas[9]) estivesse vivo, votaria nele[10], além de afirmar que o golpe de 11 de setembro de 1973 que vitimou o então presidente Salvador Allende não foi uma ação das forças armadas, mas um "ato do povo". Armamentista[11] e contrário à descriminalização do aborto (disse que "O único inocente em um abuso sexual é a criança que vai nascer"[12]), Kast mobiliza constantemente a bandeira da segurança, inclusive associando as manifestações que iniciaram a discussão sobre uma nova Constituição a "terrorismo".[13]

Em 2021, durante o governo de Sebastian Piñera, o Chile passou por grandes manifestações, que além de pedir melhorias nas condições de vida no país, também criticavam medidas do governo como a reforma previdenciária. O fim da ditadura de Augusto Pinochet em 1988 foi determinada pela derrota do governo em um plebiscito que trazia a pergunta sobre a posse do presidente escolhido pela Junta Militar - o próprio Augusto Pinochet - ou a realização de novas eleições. O "não" venceu e apesar de demorar, Pinochet reconheceu a derrota e o candidato da oposição, o democrata-cristão Patricio Aylwin foi eleito o primeiro presidente pós-ditadura. Entretanto, mesmo após sua posse, o país manteve a constituição ultraliberal outorgada pelo seu governo, e apesar da condenação de alguns militares do serviço secreto chileno pelos crimes contra a humanidade cometidos, Pinochet seguiu como Comandante-em-chefe das Forças Armadas até 1998, quando passou a ocupar o cargo de senador vitalício até sua renúncia por questões de saúde.

---

[8] Molina, Federico Rivas, "Investigação prova que o pai do presidenciável chileno José Antonio Kast foi membro do partido nazista" El País [online] 9 dez 2021 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-12-09/investigacao-prova-que-o-pai-do-presidenciavel-chileno-jose-antonio-kast-foi-membro-do-partido-nazista.html> Acesso em 4 mar 2024

[9] Délano, Manuel. "Chile reconoce a más de 40.000 víctimas de la dictadura de Pinochet" El País [online] 20 ago 2011 Disponível em: <https://elpais.com/diario/2011/08/20/internacional/1313791208_850215.html> Acesso em 4 mar 2024.

[10] "José Antonio Kast: "Si Pinochet estuviera vivo votaría por mí" CNN Chile. 9 nov 2017. Disponível em: <https://www.24horas.cl/politica/elecciones2017/jose-antonio-kast-por-pinochet-si-estuviera-vivo-votaria-por-mi-2557292>

[11] Shüller, U. e Dodds, T. "Kast: "Soy partidario de que uno pueda tener un arma legítimamente inscrita"" T13 2 out 2017. Disponível em: <https://www.t13.cl/noticia/politica/jose-antonio-kast-se-declara-favor-chilenos-porten-armas-fuego>

[12] "La frase de José Antonio Kast por la que Mónica Pérez pidió "tener paciencia" El dínamo 17 mar 2016. Disponível em: <https://www.eldinamo.cl/pais/2016/03/17/monica-perez-twitter-kast-paciencia/>

[13] "[VIDEO] José Antonio Kast: "A Allende lo derrocó el pueblo, no las Fuerzas Armadas" T13 18 out 2017 Disponível em: <https://www.t13.cl/videos/programas/en-buen-chileno/video-jose-antonio-kast-allende-derroco-pueblo-no-fuerzas-armadas>

A constituição de Pinochet segue vigente até hoje, apenas com adaptações ao regime democrático. De acordo com Azevedo, desde 2002 os “[...] movimentos sociais buscam se organizar em torno de uma nova Constituição, que idealmente deveria ser realizada através de uma assembleia constituinte. Propostas foram apresentadas algumas vezes em diversas instâncias, mas nada prosperou.” (Azevedo, 2022) Em 2019, diante do agravamento das condições sociais do país e das reformas neoliberais do governo Piñera, entre elas a reforma da previdência, um aumento na passagem do metrô foi o estopim de grandes manifestações que ficaram conhecidas como “estallido social”.

> O chamado “estallido social” se configurou como um grande marco na história recente do país, concentrando as maiores manifestações de rua da história do Chile. A repressão do governo Piñera foi um motivo a mais para a revolta. Policiais e militares foram às ruas e reprimiram violentamente os protestos por dias, deixando dezenas de mortos e muitas denúncias de violações de direitos humanos. Os protestos simbolizavam o grande descontentamento da população com a institucionalidade. (Azevedo, 2022)

A partir das manifestações, negociações entre governo e forças de oposição no Congresso levaram à aprovação de um processo plebiscitário para discutir uma mudança na Constituição. Seria mais um esforço dos movimentos sociais na direção de finalmente deixar para trás a constituição da ditadura. Diversas foram as tentativas por iniciativas de parlamentares e de presidentes, como a de Michele Bachelet, responsável pela última delas, em 2018. Entretanto, o estallido, pela potência demonstrada nas ruas, parecia, aos olhos da esquerda e dos movimentos sociais, ser um caminho de mais esperança.

Em 24 de dezembro de 2019, foi realizado o plebiscito que consultou a população chilena acerca de como deveria ser realizado o processo constituinte. Se através de uma Convenção “Mista” que seria uma junção de constituintes eleitos e parlamentares ativos, ou uma Convenção Constitucional, formada apenas por constituintes eleitos para esse fim. O resultado deste plebiscito, instituído pela Lei 21.200 e que contou com um comparecimento de 50% do eleitorado, decidiu pela Convenção Constituintes com 78% dos votos. Sendo assim, 155 “convencionales” seriam eleitos, de forma paritária em gênero e com 17 lugares reservados para os povos indígenas. (Azevedo, 2022)

Os trabalhos da Convenção Constituinte (CC) se iniciaram após as eleições diretas do “convencionales”, cuja formação deu maioria à esquerda. Durante os trabalhos, a esquerda se demonstrou realmente fortalecida após o estallido e Gabriel Boric venceu a eleição presidencial contra o “representante chileno da nova direita”, Jose Antonio Kast. O projeto redigido pela CC, finalizado em 4 de julho de 2022, entretanto, foi rejeitado nas

urnas com 62% de reprovação. Após a reprovação no referendo, em dezembro de 2022 representantes de partidos e movimentos de diversos campos entraram em acordo para iniciar um novo processo, desta vez através de um procedimento diferente. Inicialmente foi constituída uma “Comissão de Especialistas”, com 24 membros indicados pelo Congresso, essa comissão elaborou um esboço que posteriormente foi avaliado por um “Conselho Constitucional eleito” composto por 50 membros diretamente eleitos para avaliar o esboço inicial.

O Conselho eleito, ao contrário do processo anterior, foi composto por ampla maioria da direita.[14] Por fim, o texto final passou por um Comitê Técnico de Admissibilidade que fez a revisão técnica. Finalmente, o texto revisado foi submetido a um referendo em 17 de dezembro de 2023 e rejeitado por 55,76% dos votos. A esquerda, incluindo o governo, foram contrários à aprovação do texto, pois ainda que substituísse o texto de Pinochet, celebrava medidas neoliberais, como o sistema de voucher para a educação.[15] A grande maioria do Conselho eleito era de direita, sob liderança de Jose Antonio Kast.

Após a publicação do resultado, o presidente Gabriel Boric realizou pronunciamento anunciando que em seu governo não haverá mais iniciativas para a redação de uma nova constituição.[16] Apesar de recusada a constituição liderada pela direita, o processo pode ser entendido como uma vitória das forças conservadores e de influência pinochetista, visto que a Constituição de 1980 continua em vigor.

No Brasil, foco desta pesquisa e caso mais explícito de ligação entre a nova direita e as ditaduras militares, Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército, Bolsonaro entrou para a política em 1989 sendo eleito vereador da cidade do Rio de Janeiro-RJ, com base composta por militares de baixa patente. Nas eleições de 1990 foi eleito deputado federal, cargo que exerceu por mais de 20 anos, tendo como principais pautas a defesa da carreira militar e da valorização de oficiais de baixa patente, além disso, sempre fez questão de demonstrar sua aversão aos militantes opositores da ditadura e elogiar os militares daquele período.

---

[14]Rizzi, E. G. “Chile 2023: em busca de uma nova Constituição” Jornal da USP. 21 dez 2023 Disponível em: https://jornal.usp.br/articulistas/ester-gammardella-rizzi/chile-2023-em-busca-de-uma-nova-constituicao/

[15]Lucena, André. “O dilema do Chile: entre a sombra de Pinochet e uma nova Constituição que já nasce velha” Carta Capital [online] 16 dez 2023 Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-dilema-do-chile-entre-a-sombra-de-pinochet-e-uma-nova-constituicao-que-ja-nasce-velha/.

[16]“Chile rejeita projeto de constituição liderado pela direita” BBC News Brasil 17 dez 2023 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1mezr30eyo#:~:text=Os%20chilenos%20rejeitaram%20uma%20nova,domingo%20(17%2F12).

Se tornou presidente em 2018 levantando bandeiras contra o comunismo e a esquerda e defendendo valores conservadores, o armamento da população civil e o endurecimento do combate à criminalidade, com posições polêmicas de defesa da letalidade policial e desprezo pelas organizações de defesa dos direitos humanos. Durante sua carreira como deputado federal e também durante sua gestão na presidência, Bolsonaro fez questão de comemorar publicamente por diversas vezes a data do golpe de 1964 (31 de março) que instaurou 21 anos de ditadura no país.

Bolsonaro sempre deixou clara a posição de defesa dos governos militares e negação dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro naquele período, afirmando, assim como Villarruel na Argentina, que trata-se de um período em que os militares simplesmente defenderam seu país do comunismo. Em 31 de março de 2022, após exaltar os governos militares, o ex-presidente afirmou que a disputa pela memória destes tempos é uma "luta do bem contra o mal"[17]. Após a derrota nas eleições daquele ano, Bolsonaro foi tornado inelegível em 2023 e atualmente convive com investigações da Polícia Federal e seu entorno demonstra preocupação com sua possível prisão, por conta disso, em 25 de fevereiro de 2024, Bolsonaro convocou uma manifestação para demonstrar força política, ato que será analisado no último capítulo.

A situação das redemocratizações pactuadas se repete em diversos países da América Latina, principalmente do Cone Sul, sendo a Argentina a exceção, por ter realizado diversos julgamentos contra os responsáveis pelo regime que assassinou dezenas de milhares de pessoas entre 1976 a 1983, entretanto, mesmo na Argentina, ideias autoritárias retornaram ao poder com a eleição de Javier Milei e sua vice, Victoria Villarruel.

> [...] es preciso señalar que, tanto en Argentina como en Chile, a diferencia de Brasil, el culto al pasado dictatorial no se generalizó y no ganó el sentido común, siendo mucho más difícil para la extrema derecha explicitar su íntima conexión con aquellos regímenes sanguinarios como lo hace Jair Bolsonaro en Brasil (Hoeveler, 2023)

Após as redemocratizações, as concessões dadas por setores progressistas e pela institucionalidade permitiram que os protagonistas dos governos militares saíssem do poder sem serem devidamente responsabilizados e afastados da vida pública, mantendo assim poder e influência, ainda que nos bastidores da política. A chegada de Villarruel à

[17] Jornalismo TV Cultura. "No dia em que o golpe militar completou 58 anos, Bolsonaro volta a defender os tempos da ditadura" Youtube. 31 mar 2022 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AiB4muhgO04>

vice-presidência da Argentina mostra que mesmo no país que foi destaque em lidar com o passado ditatorial, o legado autoritário ainda está presente.

> O fim do ciclo de ditaduras militares na América Latina, com exceção da Argentina, permitiu não apenas a continuidade na cena política de personagens abertamente antidemocráticos e golpistas; mas garantiu, também, que grande parte dos que cometeram crimes de lesa-humanidade não fossem condenados e a estrutura legal e ilegal dos aparatos repressivos não fossem desmontadas. Em alguns países, chegou-se ao absurdo de o Estado reconhecer um agente militar como torturador, sem que a legislação permitisse que ele respondesse por seus crimes, como foi o caso de Carlos Alberto Brilhante Ustra, no Brasil. “ (Mechi, 2023)

Ao tratar das direitas que resgatam diversos dos símbolos ideológicos desses regimes na região, é necessário refletir que muitas das referências que formam seu ideário, direta ou indiretamente, vêm desses grupos e isso é um fator de diferenciação importante em relação aos grupos de extrema direita contemporâneos nos países europeus e em outras regiões. Após anos de relativa estabilidade no que concerne às eleições para presidente, poder judiciário independente e poder legislativo em pleno funcionamento, ao fim da década de 2010, diversos países latino-americanos enfrentaram rupturas que enfraqueceram os governos progressistas da denominada “onda rosa”, com a chegada de governos conservadores e liberais, seja por meio de eleições como a de Mauricio Macri em 2015 na Argentina ou com processos denominados “neogolpistas” como no caso do Paraguai em 2012 e do Brasil em 2016.

> A nova onda de golpes de Estado, ou “neogolpes”, se apresentam disfarçados e legitimados constitucionalmente, pois proporcionam uma melhor aceitação da população civil, bem como favorecem as relações internacionais. No final da primeira década do século XXI e na década seguinte, na América Latina, destacamos a ocorrência de processos golpistas de impeachment, que levaram à destituição do ex-presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em 2009, do ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012, da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016 e do ex-presidente da Bolívia, Evo Morales, em 2019. (Lima, Silva e Freitas, 2023)

Com o fim da “onda rosa”, o que vemos agora é a ascensão de uma terceira força mais à direita, que não corresponde nem à direita tradicional e nem à esquerda. São candidatos com profundos questionamentos à ordem republicana, com identificação mais ou menos explícita com os militares e que tratam a esquerda e movimentos progressistas

como parte de um "*establishment*", ainda que a esquerda nunca tenha realmente assumido o poder sem ter de fazer grandes concessões. Trata-se de uma direita que se coloca como estranha à "classe política" e utiliza o descontentamento da população como ferramenta para se dizer representante de um povo oprimido pela elite política que compõe o Estado.

> A extrema-direita retornou à cena pública sem precisar combater a revolução das esquerdas, mas querendo fazer a sua. Em seu ideário, a corrupção deixou de ser vista como desvio passível de correção, mas sim como algo intrínseco ao Estado, já que este foi modelado por pessoas corruptas. Mas a corrupção não é apenas a do desvio financeiro. A corrupção é moral e cultural, é um ataque ao modo de vida do ocidente. A crítica radical que a esquerda faz à natureza do Estado burguês não encontrou eco na esquerda institucional e, no flanco aberto, a extrema-direita se apropriou do diagnóstico e ofereceu a destruição reacionária como solução, enquanto a esquerda se viu encurralada fazendo a defesa do Estado que outrora pretendia superar. (Mechi, 2023)

Essa direita, portanto, se diferencia da direita tradicional por simular uma ruptura com o *status quo*, mas que não depõe os donos do capital e nem altera a constituição de classes da sociedade. Em seu discurso, os donos do capital são apenas mais uma parte do povo "de bem" que é "roubado" pelos políticos corruptos que ocupam o Estado. A ideologia que a extrema direita contemporânea expressa é ultraliberal mas também autoritária e radical. Em outras palavras, se apresentam como alternativa de ruptura com o sistema vigente - papel que já foi ocupado pela esquerda, que assumia um papel de força revolucionária e ambicionava uma mudança radical no sistema econômico de seus países, visando a construção de outra sociedade, com base em experiências marxistas do século XX. Entretanto, as redemocratizações trouxeram para a dominância, no campo progressista, forças menos radicais, que buscavam ocupar o espaço político da institucionalidade, sem a ambição de uma ruptura completa e imediata com o capital. À medida em que se consolidaram como forças democráticas e parte do jogo político, as esquerdas perderam essa posição "antissistema".

Antes de prosseguir, entretanto, considero importante deixar claro que não proponho determinar a esquerda moderada como responsável pela ascensão da direita. As políticas colocadas em vigor por governos progressistas trataram de fazer diferenças reais de melhoria na vida da população mais vulnerável socioeconomicamente em países da região, ainda que por vias de conciliação. É preciso deixar claro que, em política, não é possível fazer previsões exatas de acontecimentos e nem mesmo declarar responsáveis

absolutos por fenômenos de tamanha magnitude. Diversas são as variáveis que permitiram o sucesso do discurso desta nova extrema direita na contemporaneidade e o espaço da “alternativa antissistema” é apenas uma delas. Entre outras, é fundamental levar em consideração que este fenômeno se dá em um contexto de crise da democracia liberal.

O que é possível observar e o que queremos chamar atenção nesse trabalho, são as características do pensamento da “nova direita", mais especificamente de Jair Bolsonaro, que se aproximam de elementos da Doutrina de Segurança Nacional formulada no período das ditaduras militares. As semelhanças são mais que uma coincidência, pois se dão num contexto de retorno ao poder dos grupos mais conservadores da cena política regional, entre eles, as forças armadas.

Tendo isso em vista, o intuito deste trabalho é debater a conceituação do fenômeno desta “nova direita” frente às categorias utilizadas por diversos autores para defini-la e identificar aspectos de sua origem, sua ascensão e de seu ideário. Utilizando-se de revisão teórica bibliográfica, pesquisas em portais oficiais, documentos de instituições nacionais e internacionais, veículos de imprensa e comunicação, pretende-se alcançar os objetivos propostos em três capítulos.

No primeiro capítulo, a proposta é introduzir um debate teórico e conceitual, discutindo as características gerais observadas pelos autores de referência sobre essa vertente da direita, as mudanças na conjuntura global que permitiram sua popularização e as diversas influências presentes no pensamento e na ação destes grupos. O desenvolvimento da argumentação será feito a partir do debate com as produções de Enzo Traverso (2018), Ruy Fausto (2019), Daniel Reis (2020), Esther Solano (2019), Tereza Spyer Dulci e Patrícia Mechi (2023), João Cezar de Castro Rocha (2021), Benjamin Teitelbaum (2020), Renata Peixoto de Oliveira (2019), Pedro Henrique de Alcântara (2017), Yascha Mounk (2019), entre outros.

A argumentação segue o objetivo de demonstrar que, apesar de não haver um consenso acerca da conceituação e nomenclatura para a chamada “nova direita”, termo usado genericamente para identificar a direita nacionalista antissistema (entre outras características), sua ascensão no cenário político internacional e em seus respectivos cenários nacionais se dá em um contexto de crise da democracia liberal, a qual é entendida como uma construção não necessariamente única, ou seja, democracia e liberalismo não são dependentes um do outro, nem sinônimos. Essa explanação evolui para considerar que o desgaste e a elitização da democracia liberal leva a um regime de

instituições liberais, porém antidemocrático. O descontentamento popular com esse processo, entretanto, abre brechas para a ascensão de líderes, movimentos e regimes democráticos iliberais, dos quais são protagonistas os representantes da aqui chamada “nova direita”, os quais são chamados de “populistas” por Yascha Mounk (2019), autor da obra de referência na qual se baseou este raciocínio. Explicado o contexto, o capítulo 1 desenvolve os conceitos desenvolvidos por autores com concepções diferentes de nomenclaturas para definir esses líderes, mas que convergem em termos de características e influências. A diversidade de abordagens permite compreender a complexidade da questão e dá dimensão da gama de alianças possíveis para esses grupos em processos eleitorais.

O segundo capítulo se deterá objetivamente em contextualizar historicamente a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Através de pesquisa bibliográfica e documental, pretende-se retomar a origem da DSN, resgatando o início do Estado norte-americano, o desenvolvimento de teorias como o destino manifesto, os diversos posicionamento dos Estados Unidos em relação ao contexto internacional, que moldaram sua posição ao longo da história e criaram as condições para o desenvolvimento de uma prática intervencionista baseada em preceitos quase religiosos que consideram este país como um detentor da representação democrática no mundo, ainda que junto a isso estejam notoriamente interesses macroeconômicos e geopolíticos. A atuação dos Estados Unidos nas guerras europeias passou a se tornar intervenção em diversas outras partes do globo quando se iniciou a disputa por hegemonia com a União Soviética no contexto da Guerra Fria. Após a Revolução Cubana de 1959, a América Latina passa a ser terreno de maior atenção dos serviços de segurança e inteligência estadunidenses e partir do governo de John Kennedy, programas de treinamento militar para forças armadas das Américas pelos EUA formam diversos oficiais que atuariam nos golpes e posteriormente nas ditaduras militares da região. É nesse contexto que se desenvolve a política de segurança nacional e as Doutrinas de Segurança Nacional em cada país. O capítulo dois se debruça sobre essa contextualização aprofundada e vai desembocar no detalhamento da DSN brasileira, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG) e baseada na doutrina já inicialmente desenvolvida por Góes Monteiro nos anos 1930. A análise usará como referência documentos oficiais do período militar, como o Manual Básico da ESG, os atos institucionais iniciais da ditadura e a Lei de Segurança Nacional de 1969, além da profunda recapitulação da doutrina realizada por Rodrigo Lentz (2019).

No terceiro capítulo, a partir das diversas características ideológicas das quais a Doutrina de Segurança Nacional se constitui, pretende-se elaborar um resgate da trajetória e perfil de Jair Bolsonaro, para que seja possível contextualizar a análise de alguns de seus pronunciamentos em busca de indícios da influência dessa Doutrina em seu ideário. Essa influência é provável pela estreita ligação entre o ex-presidente e a formação militar, pela qual passou justamente nos anos de desenvolvimento e aplicação da DSN no país. Para evidenciar esses indícios, pretende-se realizar análises do texto de três pronunciamentos, referentes a momentos diferentes da trajetória de Bolsonaro.

O método empregado para essas análises é a pesquisa documental e bibliográfica, além do estudo de pronunciamentos baseado no que João Cezar de Castro Rocha realizou em sua obra "Guerra Cultural e Retórica do Ódio" (2021), na qual o autor, em linguagem quase ensaística, busca identificar elementos contidos nas linhas de diversos documentos, músicas, postagens e pronunciamentos da direita brasileira que permitam reconstruir a sua lógica de argumentação e concepção ideológica.

> Estudarei discursos, postagens em redes sociais, palestras, documentários, vídeos, canais de YouTube, livros e artigos produzidos por bolsonaristas e seus apoiadores. A tarefa, contudo, não é fácil, pois uma boa parte desse material é elaborada por meio de intrincadas teorias conspiratórias, evidenciando um evidente propósito de desinformação com o desejo de produzir o caos cognitivo sem o qual o bolsonarismo dificilmente se sustenta. De modo a enfrentar o desafio, desenvolvi um método (você me dirá se fui bem-sucedido): para lidar com esse tipo de documento, é preciso aperfeiçoar uma etnografia textual. Explico — não há pedantismo algum na ideia. Ora, assim como seria absurdo imaginar um antropólogo que, diante da narração de um mito de origem, interrompesse seu informante para "corrigir" este ou aquele dado, de igual modo, busco descrever, da forma a mais acurada que conseguir, a lógica interna da mentalidade bolsonarista. (Castro Rocha, 2021)

É com base na "etnografia textual" de Castro Rocha que pretende-se, neste trabalho, analisar o uso de termos, expressões e construção nos textos com vistas a encontrar indícios de similaridade e influência, a partir do conhecimento de todo o contexto que une a Doutrina de Segurança Nacional, as leis da ditadura militar e os pronunciamentos de Jair Bolsonaro. O objetivo principal desta pesquisa é contribuir com os estudos acerca da crise das democracias, a consequente ascensão da extrema direita na América Latina e sua ligação aos regimes ditatoriais do continente, com o recorte de análise no caso brasileiro.

Capítulo 1: A Caracterização das "Novas Direitas" em Debate

Na última década, verifica-se uma tendência de ascensão de uma direita "antissistema" que até então se mantinha um tanto afastada das principais posições no cenário político da América Latina. Após o fim da chamada "onda rosa"[18], vimos surgir uma chamada "onda azul"[19], com governos neoliberais e conservadores assumindo o governo de uma boa parte dos países latino-americanos. Essas "ondas" representaram oscilações importantes, mas seus representantes não se propunham a construir rupturas profundas na ordem institucional nacional e nem se apresentavam como "antipolítica" ou algo que o valha, ainda que em muitos casos tenham chegado ao poder através de processos de ruptura com a ordem democrática que envolviam outros poderes da República. O que se observa agora, entretanto, é uma "onda" diferente.

> [...] existem giros democráticos que vão muito além da simples dicotomia esquerdas e direitas. Na verdade, estes giros não estariam compreendidos dentro dos regimes democráticos, como a dicotomia acima se refere, mas sinalizando um movimento pendular mais amplo, que se refere ao regime político em si, e que abarca este giro menor que se refere a posições no espectro político ideológico de um determinado Sistema Político. Ou seja, estamos em um momento de inflexão que sinaliza um giro reverso no sentido republicano e democrático, assim, o movimento se dá antes direcionado ao movimento antirrepublicano e antidemocrático. Seria este o sentido das mudanças que apontam o avanço neoconservador. O conservadorismo, não mais que assume privilégios na velha democracia, mas que a dilacera, rompendo com a democracia liberal (Oliveira, 2019).

Neste contexto, os discursos observados nos políticos desta tendência neoconservadora não se resumem a vencer eleições e construir políticas públicas sob a perspectiva política da direita. Os discursos observados são discursos de aversão à institucionalidade, discursos que consideram todo o sistema político como parte de uma engrenagem a ser substituída, como na fala de Jair Bolsonaro em reunião com lideranças conservadoras: "Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para

[18] É considerada como um período "em que governos progressistas assumiram o poder na região por cerca de duas décadas. Diferente do passado em que as propostas dos setores majoritários da esquerda visavam romper com o capitalismo, a "onda rosa" não propunha nenhuma ruptura com o status quo, mas buscava "civilizar o capital", submetendo-o ao jogo democrático, ao mesmo tempo em que cedia em algum nível às massas populares, o que se traduziu em políticas de combate à desigualdade." (Mechi, 2023)

[19] Também chamada de "marés azuis", consiste no período posterior à "onda rosa", e se refere ao período na América Latina da década de 2010, "em que se observam governos de direita, neoliberais e autoritários em ascensão ao poder, por meio de golpes de Estados e, também, por eleições regulares." (Lima, Silva e Freitas, 2023)

depois nós começarmos a fazer”[20]. São expressões políticas baseadas num antagonismo que vai além de uma simples polarização eleitoral. A partir do descontentamento das populações com os grupos políticos tradicionais e da articulação de demandas chave como a segurança e a corrupção com soluções supostamente simples e muitas vezes autoritárias, esses representantes constroem em uma base cada vez maior de apoiadores um sentimento de revolta, que é direcionado inicialmente aos opositores ideológicos, mas ao assumir o poder se voltam contra os sistemas de freios e contrapesos das instituições da democracia liberal, que são colocados como antagonistas de uma suposta vontade popular representada pelo líder eleito.

Posfascismo, Tradicionalismo e Reação Nacionalista

Enzo Traverso (2018), aplica o termo “posfascismo” diferenciando os grupos de direita radical contemporâneos dos fascismos europeus do século XX, mas deixando claro que existem paralelos entre estes movimentos. O autor não vê como um mesmo movimento, nem mesmo como um “novo” fascismo ou “neofascismo”, termo que, em sua visão, retrataria movimentos que resgatam diretamente os símbolos e ideologias fascistas. “Sin embargo, me parecía que este nuevo tipo de partidos, de ideología fluctuante, escapaba al análisis, y que calificarlos lisa y llanamente de “fascistas” no aclaraba cosa alguna: ¿cómo reinscribirlos en la historia y diferenciarlos de los fascismos del siglo XX?” (Traverso, 2018). Por outro caminho, Traverso propõe que o termo “posfascistas” seria uma forma de indicar que existem paralelos, referências e semelhanças, porém, as novas direitas analisadas aqui teriam uma origem baseada em momentos posteriores ao dos fascismos clássicos, momentos atuais, pois se trata de uma vertente ainda em desenvolvimento, atuante, contemporânea, o que impede que seja analisada como algo concluído e totalmente definido em sua trajetória. Nas palavras do autor:

> la palabra “fascismo” demuestra ser más un obstáculo que un elemento esclarecedor del debate. Por mi parte, he sugerido la noción de posfascismo, sin dejar de señalar sus límites. Esta noción nos ayuda a

[20] Marin, Denise C. “‘Temos de desconstruir muita coisa’, diz Bolsonaro a americanos de direita.” Veja Online. 18 mar 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita#google_vignette Acesso em 3 mar 2024

> describir un fenómeno transitorio, en transformación, que todavía no ha cristalizado (Traverso, 2018).

Os posfascismos trariam em si características das referências do séc. XX, principalmente na Europa em relação aos imigrantes, trabalhando um forte nacionalismo e a rejeição aos pluralismos. Entretanto, possuem características distintas, como por exemplo o aparelhamento das instituições e o uso destas para a sua manutenção no poder. Não se busca derrubar o Estado existente para fundar outro Estado, mas sim utilizar as estruturas deste Estado para aprofundar políticas que favoreçam seu projeto, aparelhar instituições jurídicas e o parlamento, como forma de obter uma hegemonia que os permita permanecer no poder, sem a necessidade de grandes rupturas. A destruição da democracia liberal por esta vertente se daria de dentro para fora, sem burlar as leis, ainda que as transformando a seu favor. Para Enzo Traverso, o posfascismo:

> se ha emancipado del fascismo clásico, aunque en la mayoría de los casos lo conserva como matriz. Ahora bien, la mayor parte de esos movimientos ya no reivindica esa filiación y, así, se diferencia claramente de los neofascismos. Por lo demás, en el plan ideológico ya no hay una continuidad visible suya con el fascismo clásico. Si intentamos definirlos, no podemos pasar por alto esta matriz fascista, sin la cual no existirían, pero también debemos tener en cuenta su evolución, porque se han transformado, y hoy en día se desplazan en una dirección cuyo destino final no conocemos. [...] Quiere transformar el sistema desde dentro, cuando el fascismo clásico quería cambiar todo. En efecto, podrá objetarse que Mussolini y Hitler llegaron al poder por vías legales, pero su voluntad de derribar el estado de derecho y borrar la democracia estaba fuera de discusión. El discurso político del FN[21] es muy diferente, como lo son los contextos históricos que separan la Francia de nuestros días de la Europa de los años treinta. Ese es un cambio importante (Traverso, 2018).

Outra das principais categorias mobilizadas pelos líderes da “nova direita” é a ameaça representada pela esquerda, que teria no comunismo sua grande pretensão. Com uma retórica bem próxima à da Guerra Fria, frequentemente todo e qualquer adversário é associado pela “nova direita” ao comunismo, mas alguns são alvos específicos, independente da congruência de suas práticas com a teoria marxista. Exemplo disso é a China, dirigida de fato pelo Partido Comunista, mas que ameaça a hegemonia dos Estados Unidos principalmente por sua força de mercado. Na época da pandemia, que se iniciou em Wuhan, foi comum o posicionamento dos líderes da nova

[21] Front National, agora Rassemblement National (Reagrupamento Nacional): partido de extrema direita francês, que tem como principal figura Marine Le Pen.

direita culpando os chineses pelo vírus, supondo um plano por trás do impacto econômico causado pela COVID-19.

A característica conspiracionista no discurso trumpista é notável e permite estabelecer paralelos com vários discursos de líderes autoritários e até “populistas” que buscaram construir em seus públicos noções de ameaça, de um inimigo articulado que estaria em todos os lugares e que somente poderia deixar de representar uma ameaça à existência do “cidadão puro, de bem” com o combate direto e impiedoso que vise a exterminá-lo. A construção deste ódio e a pecha de inimigo é extremamente competente no objetivo de culpar grupos por problemas de diversas naturezas, ocultando assim a agência de aliados do próprio líder. O caráter conspiracionista de criar “bodes expiatórios” como cita Traverso (2018), é muito utilizada pelo posfascismo não só nos Estados Unidos. O tal “globalismo”, muito citado pelo brasileiro Olavo de Carvalho, que também pode ser encarado como o “sistema” do qual Bolsonaro fala, é o mesmo “establishment” de Trump.

> Trump pretende defender a las clases populares que han sido duramente golpeadas por la crisis económica de 2008 y la desindustrialización del país, y para hacerlo no denuncia a su principal responsable, el capital financiero, sino que señala chivos expiatorios. Su campaña reproducía varios rasgos del antisemitismo fascista de la década de 1930, que defendía una mítica comunidad nacional, étnicamente homogénea, contra sus enemigos. Para el fascismo se trataba en primer lugar de los judíos; Trump ha modificado y ampliado la lista, que ahora incluye a los negros, los latinos, los musulmanes y los inmigrantes no blancos. [...] Hay un temor y una reacción xenófoba de la nación profunda, blanca, frente a la expansión irresistible de una nación multiétnica, que la política del chivo expiatorio amplifica y explota. En la retórica de Trump, la palabra establishment reproduce y reformula el viejo cliché antisemita de una comunidad virtuosa, armoniosa y apacible, arraigada en un territorio, amenazada por la metrópoli anónima, intelectual, cosmopolita y corrupta. (Traverso, 2018)

O etnógrafo estadunidense Benjamin Teitelbaum analisa a direita “antissistema” a partir de outra referência, o tradicionalismo. Segundo Teitelbaum (2020), o ex-estrategista-chefe da Casa Branca, Steve Bannon - que possui profundas ligações não só com Donald Trump mas também com diversas figuras da direita radical, inclusive a família Bolsonaro - tem “os fundamentos da sua compreensão do mundo e de si mesmo” (Teitelbaum, 2020) moldadas pelo pensamento Tradicionalista. Fundado por René Guénon, o tradicionalismo é “uma escola espiritual e filosófica alternativa, com um grupo eclético, ainda que minúsculo, de seguidores, ao longo dos últimos cem anos. Quando combinado com o nacionalismo anti-imigração, no entanto, muitas vezes é sinal de um radicalismo ideológico raro e profundo” (Teitelbaum, 2020), que articula a condenação da

modernidade enquanto “um método de organização da vida social”, porém com uma visão que organiza a história do mundo e das sociedades em períodos cíclicos e organiza os grupos sociais em espécies de castas. É um pensamento de inspiração quase religiosa, com um profundo apego aos modos passados, na medida em que os enxerga também como o futuro. A condenação da modernidade não significa uma visão anti-colonial, mas sim a condenação da multiculturalidade e da integração entre povos e culturas, inclusive por enxergá-las em termos hierárquicos. Além disso, o tradicionalismo é contrário ao estabelecimento da razão enquanto centralidade na apreensão humana da realidade, colocando a religião e espiritualidade como uma forma mais “evoluída” de entender o mundo, que teria sido subjugada pela racionalidade moderna.

> Guénon e os seus seguidores acreditavam que um dia houvera uma religião – a Tradição, o cerne, ou a Tradição perene – que fora perdida, tendo sobrevivido na atualidade apenas fragmentos espalhados de seus valores e conceitos em diferentes práticas de fé. Tradicionalistas – sobretudo os da direita radical – acreditam que cada idade pertence a um tipo diferente de pessoas, ou a uma casta diferente. Essas castas são ordenadas em uma hierarquia que declina da dos sacerdotes para a dos guerreiros, depois para a dos comerciantes e, por último, a dos escravos. Tradicionalistas chamam de espirituais as duas superiores e de materiais as duas inferiores. Sacerdotes e guerreiros vivem aspirando a algo maior, a ideais imateriais – no caso dos sacerdotes, à espiritualidade pura; no caso dos guerreiros, a noções terrenas de honra. Comerciantes, por sua vez, valorizam mercadorias e dinheiro – coisas concretas, e quanto mais, melhor –, enquanto escravos levam isso ainda mais longe ao traficarem o material mais imediato e básico que podem encontrar: corpos e gratificação corporal. A hierarquia social do Tradicionalismo opõe, assim, abstrato e concreto, espírito e corpo, qualidade e quantidade. Também mapeia as idades do ciclo do tempo, o que demonstra aquilo que os Tradicionalistas consideram justo e como isso se deteriora. A idade de ouro é a dos sacerdotes; a de prata, dos guerreiros; a de bronze, dos comerciantes; e a sombria, dos escravos [...] na idade de ouro, o governo seria uma teocracia, com a autoridade religiosa e a arte devocional valorizadas acima de todo o resto, enquanto as idades subsequentes testemunhariam a ascensão do Estado militar, da plutocracia e do governo dos mais ricos. Na idade sombria, por fim, um reinado de quantidade dá poder político às massas na forma de democracia ou de comunismo (Teitelbaum, 2020).

O resgate do pensamento Tradicionalista por Teitelbaum e sua aplicação na comparação com os líderes e teóricos da nova direita, inclusive sua investigação que o levou a entrevistar Steve Bannon e descobrir a ligação objetiva entre o pensamento deste com o Tradicionalismo, traz reflexões muito interessantes.

> se visualiza la red cosmopolita de extremas derechas de distintos matices reunidos bajo lemas antiguos del tradicionalismo, corriente de pensamiento cuyos exponentes en el pasado (como Julius Evola) apoyaron el fascismo.

> Olavo de Carvalho, el "guru" de Bolsonaro que vivió en Estados Unidos, fue uno de los miembros de esa especie de "Internacional" coordinada por Steve Bannon la cual, aunque no es la única, es, en el momento, la más orgánica unión de las derechas por el mundo (Hoeveler, 2023).

É possível notarmos, no pensamento tradicionalista, uma visão ampliada de desenvolvimento temporal e moral que podemos também observar no pensamento ultradireitista, como, por exemplo, a valorização da religião e a condenação dos intelectuais e da ciência enquanto instituição. A visão nostálgica da história de seus países, com a valoração positiva do “antigamente” em comparação com a atualidade considerada moralmente decadente. Além disso, fica muito clara a noção conspiratória contida no pensamento quando observamos que a idade dos “escravos”, considerada o declínio último, seria justamente a idade onde um regime democrático radical ou comunista estaria localizado. O anticomunismo é facilmente reforçado com esse tipo de apreensão da história. Por fim, a dualidade entre bem e mal também fica evidente, a noção de “melhora” ou “piora” demonstra bem que no tempo que o comunismo se aplica, a sociedade se torna “pior”. Ainda que a maioria dos líderes ligados a essa direita provavelmente não conheça profundamente a ideologia tradicionalista, sua influência é, se não presente, bem adequada. O fato de Steve Bannon ter essa influência em seus pensamentos e grande influência sobre a nova direita como um todo também é uma ligação importante.

Daniel Arão Reis (2020) considera que a ascenção do que ele chama de “reação nacionalista” é um fenômeno internacional, ocorrendo contemporaneamente em diversos países e continentes, assumindo características próprias em cada contexto, mas guardando semelhanças.

> Trata-se de uma extrema-direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital (Reis, 2020).

Vejo o último ponto como fundamental. Além das diversas observações sobre as coincidências ideológicas dos líderes aqui analisados, considero importante pontuar que suas semelhanças se dão muito pelo contexto global e histórico no qual se inserem. Além disso, sua forma de atuação traz semelhanças importantes, como os discursos inflamados, as colocações “polêmicas” e a forte presença nas redes sociais digitais, a

qual é uma de suas características mais exitosas em alguns casos, pois o aumento exponencial do acesso à internet de alta velocidade e a tecnologias de comunicação garantiu uma popularização rápida das redes sociais, que são, em si mesmas, máquinas ultra lucrativas de propaganda, que permitem que um produto - ou um discurso político - seja instantaneamente reproduzido de forma massiva, independente da profundidade ou até mesmo veracidade de seu conteúdo. A direita antissistema, não só latino-americana, utilizou muito bem essas ferramentas para alcançar influência e relevância, antes mesmo das discussões sobre regulação e valores éticos e democráticos que devem ser estabelecidos nesses ciberespaços, que ainda não estão consolidados. Como outras características, Reis detalha alguns aspectos, como “o nacionalismo extremado de suas propostas; sua visada internacional, evidenciada em tentativas e práticas de articulação orgânica; seu viés visceralmente antidemocrático e o conservadorismo social e religioso [...]” (Reis, 2020).

A potencialização de um antagonismo em relação aos adversários políticos, a articulação de uma imagem de combatente da corrupção e da violência carrega em si a identificação de um outro, a construção de um inimigo, seja ele o esquerdista, o corrupto ou o bandido. Essa noção, articulada à ideia de representação legítima do abstrato “povo” passa inevitavelmente pela delimitação de um grupo do qual o líder faz parte e lidera esse grupo no combate aos antagonistas. A delimitação desse grupo requer símbolos que os unam além da aversão ao “outro”. A construção do outro para a identificação de si é parte intrínseca da definição de “nações”, afinal, se não houvesse um “não-brasileiro”, não poderia haver o próprio brasileiro.

O populismo da nova direita resgata símbolos nacionais para reforçar a ideia de grupo, pois utiliza símbolos muito conhecidos entre os eleitores, que já fazem parte de sua identidade e faz questão de considerar que seus adversários agem por “outros interesses”, em geral, interesse externos de conspirações do “globalismo”, do “comunismo chinês” ou algo que o valha. Exaltar a nação e os símbolos como forma de gerar um sentimento de identificação com o seu grupo e de aversão aos que se opõem é ferramenta fundamental para a essa “nova direita”.

É interessante observar que mais do que reunir características daqui e de lá, os itens que compõem o ideário da “nova direita” são interdependentes, se articulam entre si, dialogando com muitas referências, entre elas, o ideário que também gerou sentido para os governos militares, não só como uma espécie de manual de ação, mas também como fonte de uma concepção de mundo e sociedade.

A crise da Democracia Liberal

> A democracia liberal agrada a gregos e troianos: para as massas, é a promessa de deixar que deem as cartas; para as minorias, de proteger seus direitos contra uma maioria opressiva; e para as elites econômicas, de que poderão conservar sua riqueza. Essa qualidade camaleônica ajudou a dar à democracia liberal uma estabilidade inigualável (Mounk, 2019).

Evidentemente, o fenômeno da ascensão dos líderes da "nova direita", por mais diverso que seja, se dá dentro de um contexto global e esse contexto, é, na opinião de autores como Ruy Fausto (2019), Yascha Mounk (2019) e Pedro Henrique Alcântara (2017), de crise da democracia liberal e de ascensão das "democracias iliberais" ou "democraturas", como sugere Ruy Fausto ao tratar do caso brasileiro, o bolsonarismo.

> O bolsonarismo faz parte da segunda onda autocrática que assola o mundo moderno, a do século XXI, e que também vai exibindo espécies, ou subespécies, diversas. [...] Na realidade, exibe características particulares. Falta-nos um termo para designar o conjunto da nova vaga e, eventualmente, outra expressão para a sua encarnação mais característica. Talvez, como no caso da primeira onda, uma espécie dominante ou específica forneça igualmente um termo geral. É muito difícil encontrar um nome para esse bicho novo. Uma denominação que não me parece ruim, embora tenha a relativa desvantagem de ser um neologismo, é *democratura* (Fausto, 2019).

Em comum, os casos relacionados a esse fenômeno se desenvolvem em momentos de crise econômica, alta de desemprego e subemprego e conflitos de identidade, relacionados, por exemplo, à imigração ou a conquista de direitos por populações étnicas minoritárias que acirram a resistência e o revanchismo de grupos conservadores e etnicamente dominantes. A lógica do inimigo a ser combatido, a quem se atribui a culpa pelos problemas é recorrente, mas diferente da "onda autoritária do início do Século XX", esses novos fenômenos se baseiam em lógicas econômicas liberais ou ultraliberais, além disso, é comum um "anti-intelectualismo" e a articulação de inseguranças (sejam as guerras do século XX ou a violência urbana da atualidade) para a construção de discursos de intolerância que banalizam a violência. Mas sem dúvida uma de suas principais características, que é sempre altamente mobilizada e atrai a útil

indignação do eleitorado, é a forte presença da religião cristã e os valores conservadores a ela associados, tornando a "nova direita" da "democratura" altamente reacionária (Fausto, 2019).

"Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" esse era o lema usado por Bolsonaro em campanha para a presidência. Refletindo claramente o nacionalismo exacerbado e o uso de símbolos religiosos, que vão muito além do slogan. Por vezes, Bolsonaro e seus apoiadores atribuíram sua chegada à presidência a uma escolha divina, sem falar de sua proximidade com líderes evangélicos e até das frequentes participações da primeira dama, Michelle Bolsonaro, em eventos com o público protestante. Apesar de católico, Bolsonaro sempre fez acenos ao público evangélico, até mesmo em promessas sobre a indicação de ministros da Suprema Corte. Em Dezembro de 2021, Bolsonaro comemorou a aprovação de André Mendonça, sua indicação ao STF, nas redes sociais com a seguinte frase: "O meu compromisso de levar ao Supremo um 'terrivelmente evangélico' foi concretizado no dia de hoje."[22]

André Mendonça, agora ministro da mais alta corte do país, foi pastor evangélico e ministro da Justiça de Bolsonaro. Além disso, é importante mencionar que o conservadorismo da "nova direita" está ligado à religiosidade, utilizando preceitos religiosos e escritos como a Bíblia como forma de condenar, por exemplo, o casamento igualitário e o direito ao aborto.

A ascensão da nova direita pode ser vista como um fenômeno que tem entre seus fatores uma reação de indivíduos a mudanças na representatividade de identidades e sociabilidades. Ao longo das últimas décadas, a atuação de movimentos sociais em defesa de igualdade de gênero e raça, por exemplo, promoveu avanços no sentido de direitos e aceitação geral da ocupação de lugares de destaque e poder para indivíduos antes marginalizados. Os debates acerca da posição da mulher na sociedade, da ascensão social e econômica das pessoas pretas, da visibilidade de pessoas trans e o direito ao casamento igualitário representam, como exemplos, mudanças no que se considera aceitável de acordo com os padrões morais de sociedades ocidentais. Nessa medida, indivíduos que não fazem parte ou não se reconhecem enquanto grupos subalternos se ressentem de sua perda de protagonismo ou mesmo da derrubada de seus privilégios enquanto raça ou gênero dominante, por assim dizer. As falas em termos de moral e costumes expressadas pelos líderes da nova direita buscam encontrar eco

[22] Furoni, Evandro. Bolsonaro cita "terrivelmente evangélico" e parabeniza Mendonça no STF. CNN Brasil. 1º dez 2021 Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-cita-terrivelmente-evangelico-e-parabeniza-mendonca-no-stf/

justamente neste sentimento reacionário, que mobiliza o eleitorado conservador, e na perseguição à políticas públicas, a exemplo da criação da campanha de desinformação acerca do Programa Escola Sem Homofobia, que buscava conscientizar adolescentes acerca da diversidade sexual e prevenir a homofobia nas escolas. O Programa foi chamado por Bolsonaro de "Kit Gay", criando uma *fake news* viral. A mobilização da direita conservadora e da bancada religiosa no Congresso fez com que o governo Dilma Rousseff suspendesse o importante programa.[23]

O surgimento deste novo "totalitarismo", para usar o termo proposto por Ruy Fausto (2019) que ascende por vias democráticas e parece se virar contra a democracia em si, evidencia a contradição da própria democracia liberal. Pedro Henrique Alcântara (2017) reúne argumentos que visam demonstrar que democracia e liberalismo não são uma coisa só. Alcântara mostra que o surgimento das duas categorias se dá em momentos diferentes da história e o liberalismo, produto da nova ordem capitalista da Revolução Industrial, surge de forma completamente independente da democracia:

> Individualismo e liberdade (individual) formam os dois grandes princípios do ideário liberal e ambos se reportam à sociabilidade tipicamente capitalista. Esses princípios nortearão o projeto político do liberalismo, que buscará uma forma de estruturação da dimensão do "político" adequada à nova organização social de reprodução da vida material. O liberalismo não tem de partida, sendo assim, nenhum compromisso com o ideário democrático (Alcântara, 2017).

A crise da democracia liberal se dá num contexto em que a estabilidade do regime provoca o revezamento de grupos políticos antagônicos, mas que não propõem rupturas e nem ameaçam a ordem instituída, justamente pelo caráter estável da democracia liberal. A sensação de estagnação e a revolta da população com o desgaste dessas lideranças, é, portanto, explorada por líderes e grupos que se utilizam dos mecanismos democráticos para ocupar as instituições e produzir projetos de poder autoritários e totalitários, oferecendo soluções simples e mobilizando discursos inflamáveis a um eleitorado insatisfeito e carente de representação.

Para o cientista político alemão Yascha Mounk, o descontentamento com a elite política, a globalização e as mudanças econômicas, a crise de identidade cultural e as reações ao "establishment" político são fatores importantes para compreendermos a

[23] Passarinho, Nathalia. "Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro" G1 Educação. Brasília. 25 mai 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html> Acesso em 4 fev 2024.

ascensão de líderes de uma “nova direita” pelo mundo. Esses fatores, entre outros, teriam alimentado um descontentamento geral que foi aproveitado por líderes populistas e nacionalistas para ganhar apoio político e, consequentemente, ascender ao poder em vários países. Mounk considera que a ascensão destes líderes é efeito da crise da democracia liberal[24], que estaria se desfazendo em democracias iliberais (nas quais a opinião popular é contra a garantia de direitos) e em regimes liberais anti-democráticos (quando a opinião popular já não é efetivamente posta em prática) e para lidar com a questão ele define:

> • A democracia é um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas.
> • As instituições liberais efetivamente protegem o Estado de direito e garantem os direitos individuais — como a liberdade de expressão, de religião, de imprensa e de associação — para todos os seus cidadãos (incluindo as minorias étnicas e religiosas).
> • A democracia liberal é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático — um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas (Mounk, 2019).

O que estaria sucedendo na crise da democracia liberal, portanto, é o desarranjo de seus dois componentes. Por um lado, o afastamento entre representantes e representados torna a política cada vez mais alheia ao cotidiano da população. A democracia passa a se constituir de apenas um processo burocrático que acontece de tempos em tempos, quando os cidadãos devem dar um voto a um representante, o qual será encarregado de tomar as decisões sobre as mais diversas questões da sociedade. A democracia se torna, portanto, apenas um procedimento e não há de fato participação popular, apesar do pleno funcionamento dos direitos e das instituições liberais. Esse seria o regime liberal antidemocrático (Mounk, 2019).

Por outro lado, e como consequência, estariam em ascensão processos de formação de democracias iliberais. Em relação às democracias iliberais, Mounk se refere a elas quando descreve fenômenos como, por exemplo, a eleição de Donald Trump,

[24] Aqui se faz importante pontuar que, como explicado por Alcântara (2017), liberalismo e democracia não são um par e muito menos sinônimos. Yascha Mounk é um autor de inspiração liberal e defende teses como a liberdade de expressão irrestrita. Não compartilho de todas as suas perspectivas sobre a democracia liberal, o que não diminui a magnitude da ameaça que líderes da nova direita apresentam quando buscam desconstruí-la, entretanto, considero que sua contribuição traz reflexões importantes para a discussão e por isso optei por acolher sua produção para contribuir analiticamente com a reflexão acerca da nova direita. No mesmo sentido, faço ressalvas quanto ao conceito utilizado pelo autor acerca do populismo, que por muitas vezes é usado indistintamente para rotular de forma um tanto pejorativa e pouco precisa os líderes que não se adequam ao ideário liberal.

quando uma massa exerce sua participação democrática para restringir direitos de minorias, para protestar contra programas sociais de combate às desigualdades e para defender a conservação de um sistema excludente.

Mounk chama os líderes desses movimentos “antissistema” de populistas, que é uma denominação polissêmica, com diversos sentidos ao longo da história. De uma forma ou de outra, o objetivo para essa consideração é a de que esses líderes instrumentalizam a vontade popular, aproveitam sua revolta para se colocarem como seus legítimos representantes, reforçam a dicotomia entre o “povo” e o “outro” - que podem ser os comunistas, os imigrantes, os políticos corruptos ou os “bandidos” - e constrói assim a legitimidade e “singularidade” de sua representação.

> Para a crise ser resolvida — para os problemas sumirem, para a economia prosperar, para o país se tornar grande (outra vez) —, precisamos apenas que um leal porta-voz do povo assuma o poder, derrote os traidores e implemente soluções sensatas. Esse porta-voz é o populista — e ele não se cansa de repetir isso (Mounk, 2019).

Usando de pronunciamentos contra “tudo isso que está aí” como diz Bolsonaro no Brasil ou contra “a casta” como diz Javier Milei na Argentina, os políticos da “nova direita” frequentemente se apresentam como alternativa ao que seria a elite política, formada pelos mesmos grupos e partidos de muitas décadas e que não foram capazes de solucionar as demandas da população do seu país. Esses candidatos “legítimos representantes do cidadão comum”, com frequência utilizam a pauta do combate à corrupção, encarado em muitos países como um dos principais problemas que impedem o desenvolvimento socioeconômico, como bandeira de suas candidaturas. O desalento e a falta de identificação dos eleitores com os políticos de sempre permitem que candidatos de extrema direita obtenham apoio sendo enxergados como ao menos uma aposta em algo diferente, pela certeza de que o mesmo continuaria igual. O discurso de Donald Trump em convenção do Partido Republicano exemplifica:

> Todos os dias eu acordo determinado a proporcionar uma vida melhor para as pessoas em toda esta nação que têm sido ignoradas, negligenciadas e abandonadas. Eu tenho visitado os trabalhadores demitidos das fábricas e as comunidades esmagadas pelos nossos terríveis e injustos acordos comerciais. Estes são os homens e mulheres esquecidos do nosso país, e eles são esquecidos, mas não vão ser esquecidos por muito tempo. Estas são pessoas que trabalham duro mas que já não têm uma voz. Eu sou a sua voz (Smith, 2016. tradução minha)[25].

[25] Smith, David. “Trump's Republican convention speech: what he said and what he meant” The Guardian. 22 jul 2016. Disponível em:

A segurança pública é um problema constante em todos os países, principalmente os de desigualdade mais acentuada. Sendo assim, é uma pauta sempre a ser levantada pelos políticos da direita historicamente, que em geral defendem maior letalidade, como se isso significasse uma seriedade maior no trato da questão. Por se tratar de um sintoma de problemas muito mais profundos, não é uma questão a ser simplesmente resolvida, entretanto, a articulação da visão de mundo meritocrata e neoliberal apenas considera que os que cometem crimes são aqueles que escolheram cometer crimes por pura maldade ou suposta "falta de caráter". Essa explicação pouco objetiva da questão, ao atingir o convencimento do eleitorado, permite que soluções simplistas pareçam suficientes, como o aumento da violência contra os delinquentes por parte da polícia e o endurecimento das penas. Assim, ao mesmo tempo que oferecem uma solução aparentemente simples para um problema histórico e que ameaça o cotidiano das pessoas, o líder da "nova direita" ainda consegue gerar o antagonismo contra a esquerda que, ao criticar medidas mais violentas contra a violência, é taxada de "defensora de bandidos". Sobre isso, Mounk diz:

> Os eleitores não gostam de pensar que o mundo é complicado. Sem dúvida não gostam de escutar que não há resposta imediata para seus problemas. Diante de políticos que parecem cada vez menos capazes de governar um mundo cada vez mais complexo, muitos estão propensos cada vez mais a votar em quem promete soluções simples. É por isso que os populistas — Narendra Modi, na Índia, Recep Tayyip Erdoğan, na Turquia, Viktor Orbán, na Hungria, Jarosław Kaczyński, na Polônia, Marine Le Pen, na França, Beppe Grillo, na Itália — soam surpreendentemente parecidos entre si, a despeito de suas consideráveis diferenças ideológicas (Mounk, 2019).

O mesmo ocorre nas Américas. Tanto Trump nos EUA, como Bolsonaro no Brasil, Milei na Argentina e Kast no Chile recorrem ao fortalecimento do poder policial e endurecimento das penas como forma de enfrentar a criminalidade e solucionar a segurança pública de seus países, além da flexibilização do porte de armas, pauta muito cara à "nova direita" em especial nos casos estadunidense e brasileiro.

---

https://www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2016/jul/22/donald-trump-republican-convention-speech-transcript-annotated Texto em língua original: "Every day I wake up determined to deliver a better life for the people all across this nation that have been ignored, neglected and abandoned. I have visited the laid-off factory workers, and the communities crushed by our horrible and unfair trade deals. These are the forgotten men and women of our country, and they are forgotten, but they're not going to be forgotten long. These are people who work hard but no longer have a voice. I am your voice"

A construção do inimigo - que remete a outras doutrinas, como a DSN que será debatida no terceiro capítulo - é estratégia básica para insuflar a base eleitoral que o permite assumir o poder, para então, deslocar o rótulo de “inimigo” em direção às instituições que limitam seu poder. O líder “populista” utiliza a democracia, capturando a vontade do povo através de lógicas dicotômicas e simplistas para gerar identificação, ascender ao governo e partir de então, utiliza sua legitimidade democrática e seu apoio popular como arma contra as instituições liberais. O 6 de janeiro em Washington se tornou um exemplo prático da proposição de Mounk. Se era o liberalismo, enquanto organização estatal, que separava os poderes e limitava a democracia, na democracia iliberal o líder busca justamente que seu poder não seja limitado e direciona seus “canhões” em direção aos “freios e contrapesos”.

> Quando os populistas estão concorrendo ao governo, dirigem sua ira antes de mais nada contra grupos étnicos ou religiosos que não consideram parte do povo “real”. Depois que chegam ao governo, dirigem sua ira cada vez mais contra um segundo alvo: todas as instituições, formais ou informais, que ousam contestar sua reivindicação ao monopólio moral da representação (Mounk, 2019).

Evidentemente não só as instituições estatais são alvos na democracia iliberal. A imprensa e a ciência, por exemplo, podem se tornar o “outro” na medida em que se proponham a descredibilizar o líder. A relação conturbada de presidentes da “nova direita”, tal como Bolsonaro, com os jornalistas[26] e com cientistas[27] durante a pandemia, é um exemplo claro dessa prática. Quanto mais tempo se mantém no poder e quanto mais influência aglutina, mais o líder da democracia iliberal aparelha as instituições. Nesse sentido, em El Salvador, Nayib Bukele, sob a justificativa de combater o crime organizado, vem tomando severas medidas intensamente criticadas por violações de direitos humanos e prisões sem mandatos. O presidente garantiu a partir de sua ampla base no legislativo a aposentadoria compulsória de 690 juízes e assim assumiu o controle sobre o poder judiciário do país [28].

---

[26] Rede Brasil Atual. “"Bolsonaro produziu ambiente propício para agressão a jornalistas", diz cientista político”. Brasil de Fato. 13 dez 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/13/bolsonaro-produziu-ambiente-propicio-para-agressao-a-jornalistas-diz-cientista-politico> Acesso em 4 mar 2024.

[27] “Na ONU, Bolsonaro faz discurso anti-ciência e descreve Brasil descolado da realidade” Conectas Direitos Humanos. 21 set 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/na-onu-bolsonaro-faz-discurso-anti-ciencia-e-descreve-brasil-descolado-da-realidade/#:~:text=Em%20novo%20aceno%20a%20sua,realidade%2C%20no%20que%20se%20refere> Acesso em: 4 mar 2024

[28] Informações de Miranda, Wilfredo. Bukele coloca em aposentadoria compulsória um terço dos 690 juízes de El Salvador. El País [online] 2 set 2021. Disponível em:

> Seu mandato é caracterizado pelo crescente autoritarismo que tem transformado aceleradamente o país em uma autocracia. Sob seu governo, Legislativo e Judiciário se tornaram extensões do Executivo, num contexto em que a censura à imprensa avança e as esquerdas vão, cada vez mais, perdendo seu "poder de fogo", tanto material quanto simbólico. Sob a justificativa de combater as maras (pandillas ou gangues) o país está em Estado de Exceção há quase um ano (Mechi, 2023).

A preocupação com o Estado de Exceção permanente de Bukele é expressa na frase de Mounk (2019): "A menos que os defensores da democracia liberal consigam se erguer contra os populistas, a democracia iliberal sempre corre o risco de degringolar numa perfeita ditadura."

Na ascensão das democracias iliberais, o uso das redes sociais digitais é uma ferramenta poderosa, na medida em que permite a entrega instantânea de diversos conteúdos sem a necessidade de revisão factual ou profissional, o que traz à comunicação política uma proximidade singular. Para as lideranças da "nova direita", que frequentemente instrumentalizam ideias conspiracionistas do senso comum na lógica do "inimigo" para inflamar apoiadores, a comunicação instantânea e constante tem grande potencial. O que deve ser reconhecido é que o uso das mídias digitais pela "nova direita" tem obtido grande sucesso em diversos países. Mas o uso das mais modernas formas de comunicação não se restringe à "democratura" ou "democracia iliberal". Ruy Fausto reforça esse ponto ao lembrar que talvez o caso mais emblemático da "primeira onda do totalitarismo" no início do século XX já apostava na "modernização" para se comunicar e conquistar o domínio das mentes e o apoio das massas, inclusive das camadas jovens.

> Hitler utilizava os meios tecnicamente mais modernos de comunicação, e também soluções de propaganda muito elaboradas. Os meios modernos eram então o rádio e o cinema. Depois da tomada do poder, Hitler descia em um pequeno avião — outra invenção recente — num estádio onde se reuniam milhões de jovens (Fausto, 2019).

O uso dos meios de comunicação em franca expansão se tornou uma estratégia muito bem sucedida nos dois casos. Não significa que todo o apoio e popularidade de Trump, Bolsonaro, Milei e etc tenham se dado exclusivamente por sua estratégia de

---

https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-02/bukele-coloca-em-aposentadoria-compulsoria-um-terco-dos-690-juizes-de-el-salvador.html e Tribunal oficializa a avalassadora vitória de Bukele em El Salvador. Carta Capital [online] 10 fev 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/tribunal-oficializa-a-avalassadora-vitoria-de-bukele-em-el-salvador/

comunicação direta a partir das mídias digitais. Como já explicitado anteriormente, diversos são os fatores contextuais que favorecem a emergência destas figuras. Apenas é preciso salientar que a estratégia de mobilização via redes sociais dos líderes da “nova direita” permitiu uma potencialização destas figuras representantes de ideias que até então, apesar de dominantes, não eram expressamente pautas de uma plataforma política e não chegavam ao público com tanta agilidade ou em grande volume, até porque diversos eram os filtros até que uma declaração chegasse ao conhecimento do público por meio de mídias. Portanto, se a comunicação da “primeira onda totalitária” aproveitava os novos meios de comunicação recém disponíveis, combinando-os com estratégias performáticas e de fortes simbologias que mobilizavam identidades, medos e ódios, a comunicação da “segunda onda” o faz com uma abrangência mais rápida e em maior volume, mas ainda assim com uma estratégia bem sucedida.

Capítulo 2: O Histórico Intervencionismo Norte Americano e a Doutrina de Segurança Nacional

> Repare bem, espera um pouco. Os apoiadores do bolsonarismo não pediram o retorno do AI-5 e a intervenção militar em inúmeras manifestações? Pois, nesse caso, é preciso resgatar a história, a fim de entender de que modo a mentalidade bolsonarista foi intrinsecamente moldada pela atmosfera draconiana da Lei de Segurança Nacional de 1969 (Castro Rocha, 2021).

Destino Manifesto e Doutrina Monroe

Em 1823, durante sua "sétima mensagem anual ao Congresso", o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, declarou o que ficou posteriormente conhecido como "Doutrina Monroe", a qual trazia alguns pontos pelos quais a política externa de seu governo seria guiada. Pronunciou Monroe:

> Os continentes americanos, pela condição livre e independente que assumiram e mantêm, daqui em diante não devem ser considerados como objetos de futura colonização por quaisquer potências europeias. [...] Portanto, devemos à franqueza e às relações amigáveis existentes entre os Estados Unidos e essas potências declarar que consideraríamos qualquer tentativa de sua parte de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigosa para nossa paz e segurança. Com as colônias ou dependências existentes de qualquer poder europeu, não interferimos e não interferiremos. Mas com os Governos que declararam sua independência e a mantêm, e cuja independência reconhecemos, após grande consideração e em princípios justos, não poderíamos ver qualquer interposição com o propósito de oprimi-los ou controlar de qualquer outra maneira seu destino, por qualquer potência europeia, senão como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos (Estados Unidos da América, 1823, tradução minha)[29].

[29] A íntegra do discurso está disponível no site oficial do governo americano e a seguir está o trecho citado na língua original: "the American continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European powers. [...] We owe it, therefore, to candor and to the amicable relations existing between the United States and those powers to declare that we should consider any attempt on their part to extend their system to any portion of this hemisphere as dangerous to our peace and safety. With the existing colonies or dependencies of any European power we have not interfered and shall not interfere. But with the Governments who have declared their independence and maintain it, and whose independence we have, on great consideration and on just principles, acknowledged, we could not view any interposition for the purpose of oppressing them, or controlling in any other manner their destiny, by any European power in any other light than as the manifestation of an unfriendly disposition toward the United States."

Àquela altura, os recém-independentes Estados Unidos, que naquele momento ainda não eram uma grande potência mundial, se consideravam como exemplo da democracia no mundo, em contraponto às monarquias do "velho continente" e por isso, através do pronunciamento de Monroe, se colocavam contrários a novas invasões coloniais exercidas por países europeus no continente americano, ainda que reconhecessem como legítimas as colônias já estabelecidas. E da mesma forma que se colocam então contrários a qualquer nova invasão europeia no continente, afirmam não interferir de nenhum modo na política interna europeia. Desse modo, através da Doutrina Monroe, os Estados Unidos se distanciam do sistema político europeu e buscam estabelecer um limite distante em relação ao expansionismo dessas potências, deixando claro que desejam proteger suas fronteiras, na medida em que se colocam contrários à invasões aos países próximos. Mas naquele momento, essa mensagem de Monroe não obteve muita atenção dos Estados europeus. Na verdade esse posicionamento só vai ser reconhecido como doutrina anos depois, quando a expansão americana conquista territórios mexicanos e finalmente se estabelece como um país continental, do Atlântico ao Pacífico. (Vieira, 2006)

A grande questão portanto é que, tanto quanto se enxergavam como bastiões da democracia e condenavam a colonização europeia, os americanos acreditavam ter direito a dominar toda a terra do continente, dizimando abruptamente populações indígenas e anexando, à força, territórios mexicanos. Em termos gerais, a Doutrina Monroe era contra o expansionismo. O expansionismo alheio. E esse imaginário "vocacional" de que deveriam ocupar as terras e de que a expansão de seu modelo de sociedade era legítima é conhecida como "destino manifesto". Sua origem é popularmente conferida a John O'Sullivan (1813-1895). O jornalista, editor da "Democratic Review" referiu-se em sua revista ao "destino manifesto da América de se espalhar pelo continente designado pela Providência para o desenvolvimento livre de nossos milhões anualmente multiplicados" em 1845. (Mintz e McNeil, 2018) Mas apesar de O'Sullivan ter verbalizado essa ideia em 1845, Santos (2020) afirma que a ideia das elites norte americanas de que seu "povo" é destinado a levar "liberdade" e a ocupar a "terra prometida" tem origens religiosas, desde antes de sua independência.[30] De uma forma ou de outra, fato é que a publicação do "destino manifesto" na Democratic Review, antecedeu a "marcha para o Oeste", movimento expansionista dos Estados Unidos, pelo qual o país conquistou seu atual

[30] Mais sobre as origens do "destino manifesto" estadunidense e sobre o uso deste mito para a propaganda da política externa americana na Guerra Fria em: Santos, 2020

território continental, através do massacre de milhões de indígenas e da guerra contra o México, pela qual anexou os estados do Texas e da Califórnia e conquistou sua saída para o Oceano Pacífico.

O Corolário Roosevelt

> Quando da vitória dos Estados Unidos na Guerra Mexicano-Americana e da conquista resultante pelo país vitorioso de uma parte importante do território da nação derrotada, estava se tornando claro que a expansão continental estava chegando ao fim. Mas o desejo por novas terras certamente não estava. À medida que o século prosseguia e o movimento de expansão ao Oeste crescia, os olhos dos Estados Unidos se viravam para além do Pacífico [...] A Guerra Hispano-Americana (1898) foi central para oportunizar uma nova campanha de expansionismo (Santos, 2020).

Em 1904, o governo de Theodore Roosevelt, 26º presidente americano, 80 anos depois da “Doutrina Monroe” ser proclamada, declarou que os Estados unidos teriam como política externa, além da vigilância contra qualquer tentativa de colonização europeia, o papel de “polícia internacional” em qualquer país do continente americano no qual houvesse ameaças aos interesses norte americanos. Declarado no discurso ao Congresso em 6 de dezembro de 1904, esse postulado ficou conhecido então como “Corolário Roosevelt” (adição à Doutrina Monroe) e decretou oficialmente a prática estadunidense que se estenderia pela história, de intervenção direta em países americanos. Naquele momento, Roosevelt olhava para o Caribe, após o país ter conquistado Guam, Porto Rico e também as Filipinas na vitória sobre a Espanha (Guerra Hispano Americana de 1898), além do protetorado de Cuba, mas sua órbita não estava ali delimitada. Ao longo das décadas, muitas outras regiões do continente veriam a intervenção americana. Os presidentes seguintes utilizaram o corolário para justificar intervenções em Cuba, na Nicarágua, no Haiti e na República Dominicana. A promessa de não intervenção da Doutrina Monroe foi caindo por água abaixo com o envolvimento nas duas grandes guerras europeias e dali em diante. O destino manifesto passou de justificativa à colonização continental para um “destino manifesto global” (Santos, 2020) e foi o ponto de partida para um intervencionismo direto e indireto que permeia a atuação da política externa norte-americana até a atualidade.

A política de boa vizinhança

Se a política de Theodore Roosevelt afirmava a prática de intervencionismo estadunidense nas Américas, a “política de boa vizinhança", deflagrada por seu descendente Franklin, ia em outro sentido. Em 1933, na “Sétima Conferência Internacional Americana” (Montevidéu, Uruguai), um evento que ocorria entre os países da União Pan-Americana (Hoje Organização dos Estados Americanos - OEA), o governo americano proclamou a nova política externa do país para o continente americano, pela qual, ao contrário do intervencionismo de tempos passados, os EUA se deteriam a promover uma relação diplomática e estreitar laços culturais. Dessa forma, o governo americano passava não a se abster da influência sobre os rumos internos desses países, mas sim a promover intervenções indiretas, através da promoção de assimilação da cultura norte-americana nessas sociedades. Foi na Sétima Conferência que foi assinada a Convenção de Montevidéu sobre os Direitos e Deveres dos Estados. Segundo a seção “Nossa História”, do portal online oficial da OEA,

> em 1933 a Sétima Conferência Internacional Americana (Montevidéu, Uruguai) adotou a Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados, que reafirmou o princípio de que "os Estados são juridicamente iguais, desfrutam iguais direitos e possuem capacidade igual para exercê-los", reiterou o princípio de que nenhum Estado tem o direito de intervir (proibição de intervenção) em assuntos internos ou externos de outro e sublinhou a obrigação de todos os Estados no sentido de que "as divergências de qualquer espécie que entre eles se levantem deverão resolver-se pelos meios pacíficos reconhecidos" (Organização dos Estados Americanos, 2024).

Assinaram a convenção: Honduras, EUA, El Salvador, Haiti, Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai, México, Panamá, Bolívia, Guatemala, Brasil, Equador, Nicarágua, Colômbia, Chile, Peru e Cuba. A partir de então, os EUA buscaram estreitar os laços, principalmente com as maiores economias do continente, entre elas o Brasil. É dessa época a criação do personagem da Disney, “Zé Carioca” e também é o período durante o qual a artista Carmen Miranda faz sucesso em Hollywood e em musicais da Broadway.

A gestão de Franklin Roosevelt termina em 1945, quando é eleito Harry Truman. A partir daí, com o fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se um novo momento das relações estadunidenses com as repúblicas do continente americano.

> [...] ao alçarem os Estados Unidos ao protagonismo mundial como principal potência global, as duas guerras mundiais concederam renovada credibilidade e centralidade à sua identidade como um povo eleito; identificação que apenas ganharia dimensões ainda maiores com os anos vindouros. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos se dedicariam pela primeira vez a uma missão que desconhecia limites territoriais. Sua segurança e identidade nacionais passariam, como consequência, a se vincular aos eventos globais como nunca antes (Santos, 2020).

A Guerra Fria

Ao fim da segunda grande guerra, como o conflito é conhecido no “Ocidente” (ou “Grande Guerra Patriótica”, na historiografia russa), que terminou oficialmente com a rendição assinada pelo império japonês em 2 de setembro de 1945, a organização do sistema-mundo passou por grande mudanças. A Carta das Nações Unidas, que fundou a ONU, já estava em vigor desde junho de 1945 e apesar da criação da organização, que se propunha, ao menos publicamente, a manter a paz, o que se viu foi o início de uma nova “guerra”, diferente da última. De um lado, a potência capitalista, os Estados Unidos (EUA), do outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), potência socialista. Ambos estiveram no mesmo bloco militar, autodenominados “Aliados” na guerra que terminou, derrotando o chamado “Eixo”, que unia o império japonês, a Alemanha nazista e a Itália fascista.

Se antes aliados circunstanciais, agora esses dois países de rica economia e dimensões continentais assumiam declaradamente a posição de rivais. Essa rivalidade se dava além de uma posição geopolítica contextual. Se os Estados Unidos representavam um símbolo do capitalismo, a União Soviética, fundada após a Revolução Russa de 1917, era um símbolo do socialismo, modelos de sociedade contraditórios entre si. Apesar de adversários, seu conflito armado direto poderia gerar uma catástrofe nuclear devido ao forte e crescente poderio tecnológico militar de ambos. Por isso, o período que se segue é conhecido como “Guerra Fria”, pois apesar de atuarem constantemente para aumentar sua influência e minar a influência do rival no mundo, inclusive patrocinando lados opostos em guerras propriamente ditas, nunca se enfrentaram diretamente. Este foi então um período de tensões políticas, militares e ideológicas entre os Estados Unidos, a OTAN e sua esfera de influência de um lado, e a União Soviética, o Pacto de Varsóvia e sua esfera de influência do outro, o que durou aproximadamente de meados da década de

1940, com o fim da guerra entre Eixo e Aliados até o início da década de 1990, quando é dissolvida a URSS.

Doutrina Truman, Plano Marshall e Comecon

O marco inicial da atuação norte americana de combate à suposta expansão soviética que inicia os movimentos da chamada Guerra Fria é o discurso que o então presidente dos Estados Unidos, o democrata[31] Harry Truman fez em sessão conjunta do Congresso Nacional estadunidense em 12 de março de 1947, seguido de uma série de medidas conhecidas como Doutrina Truman. Com o objetivo de evitar uma expansão da influência socialista sobre os países europeus, Truman decidiu pela intervenção nos processos políticos através do envio de ajuda econômica e militar para reconstrução de economias e defesa interna e externa, com inicial foco na Grécia - que passava por uma guerra civil envolvendo o governo nacional e o Partido Comunista Grego - e na Turquia - que assim como a Grécia teve sua ajuda, antes concedida pelo Reino Unido, suspensa - deixando clara a intenção de combater o avanço do que ele chamou de “regimes totalitários”.

> [...] Um dos objetivos primordiais da política externa dos Estados Unidos é a criação de condições nas quais nós e outras nações possamos elaborar um modo de vida livre de coerção. Este foi um tema fundamental na guerra contra a Alemanha e o Japão. Nossa vitória foi conquistada sobre países que buscavam impor sua vontade e seu modo de vida sobre outras nações. Para garantir o desenvolvimento pacífico das nações, livres de coerção, os Estados Unidos participaram ativamente da criação das Nações Unidas. As Nações Unidas foram projetadas para tornar possível a liberdade duradoura e a independência para todos os seus membros. No entanto, não realizaremos nossos objetivos, a menos que estejamos dispostos a ajudar os povos livres a manter suas instituições e integridade nacional contra movimentos agressivos que buscam impor regimes totalitários sobre eles. Isso não é mais do que um reconhecimento franco de que regimes totalitários impostos a povos livres, por agressão direta ou indireta, minam os fundamentos da paz internacional e, portanto, a segurança dos Estados Unidos. [...] Neste momento da história mundial, quase toda nação deve

[31]Membro do Partido Democrata dos Estados Unidos. No sistema norte americano, apesar da existência de diversas organizações, apenas o Partido Democrata e o Partido Republicano possuem representação suficiente para a disputa das eleições presidenciais, por isso é reconhecido como um sistema bipartidário, ao menos desde 1868. Mecanismos institucionais e não-institucionais, na opinião de estudiosos do tema, também impedem que haja representação viável para a ascensão de um terceiro partido à disputa presidencial. Sobre isso, consultar o artigo “A viabilidade dos terceiros partidos no sistema político dos Estados Unidos” de Ricardo José Pereira Rodrigues, publicado no nº 185 da Revista de Informação Legislativa em 2010. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/198657

> escolher entre modos de vida alternativos. A escolha muitas vezes não é livre. Um modo de vida é baseado na vontade da maioria e é distinguido por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de expressão e religião, e liberdade de opressão política. O segundo modo de vida é baseado na vontade de uma minoria imposta à maioria à força. Ele se baseia em terror e opressão, uma imprensa e rádio controlados, eleições manipuladas e a supressão das liberdades pessoais. Acredito que deve ser a política dos Estados Unidos apoiar povos livres que resistem à tentativa de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. Acredito que devemos ajudar povos livres a traçar seus próprios destinos à sua maneira. Acredito que nossa ajuda deve ser principalmente através de ajuda econômica e financeira, essencial para a estabilidade econômica e processos políticos ordenados. [...] Ao ajudar nações livres e independentes a manterem sua liberdade, os Estados Unidos estarão dando efeito aos princípios da Carta das Nações Unidas. [...] Os povos livres do mundo contam conosco para apoiar a manutenção de suas liberdades. Se vacilarmos em nossa liderança, podemos colocar em perigo a paz do mundo - e certamente colocaremos em perigo o bem-estar de nossa própria nação. [...][32] (Estados Unidos da América, 1947, tradução minha)

Também como parte das medidas da Doutrina Truman, foi declarado o Plano Marshall, uma política que consistia no envio de mais de doze bilhões de dólares para a reconstrução dos países europeus no pós-guerra, o que garantiu o alinhamento destes à liderança americana. O plano Marshall foi firmado com Reino Unido, França, Itália, Trieste, Alemanha Ocidental, Holanda, Grécia, Áustria, Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca,

[32] Essa é parte do discurso de Harry Truman que dá início ao que ficou conhecido como Doutrina Truman. A íntegra do texto foi retirada do portal do "Projeto Avalon", desenvolvido pela escola de direito da Universidade americana de Yale, que se propõe a ser um repositório de textos históricos. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp A seguir, a citação em língua original: [...] One of the primary objectives of the foreign policy of the United States is the creation of conditions in which we and other nations will be able to work out a way of life free from coercion. This was a fundamental issue in the war with Germany and Japan. Our victory was won over countries which sought to impose their will, and their way of life, upon other nations. To ensure the peaceful development of nations, free from coercion, the United States has taken a leading part in establishing the United Nations. The United Nations is designed to make possible lasting freedom and independence for all its members. However, we shall not realize our objectives unless we are willing to help free peoples to maintain their free institutions and their national integrity against aggressive movements that seek to impose upon them totalitarian regimes. This is no more than a frank recognition that totalitarian regimes imposed on free peoples, by direct or indirect aggression, undermine the foundations of international peace and hence the security of the United States. At this moment in world history, nearly every nation must choose between alternative ways of life. The choice is too often not a free one. One way of life is based upon the will of the majority and is distinguished by free institutions, representative government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, and freedom from political oppression. The second way of life is based upon the will of a minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio; fixed elections, and the suppression of personal freedoms. I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures. I believe that we must assist free peoples to work out their own destinies in their own way. I believe that our help should be primarily through economic and financial aid which is essential to economic stability and orderly political processes. [...] In helping free and independent nations to maintain their freedom, the United States will be giving effect to the principles of the Charter of the United Nations. [...] The free peoples of the world look to us for support in maintaining their freedoms. If we falter in our leadership, we may endanger the peace of the world -- and we shall surely endanger the welfare of our own nation. [...]

Noruega, Turquia, Irlanda, Suécia, Suíça, Portugal e Islândia, (Simon, 2011) e a contrapartida era de que os recursos fossem administrados entre os países de forma conjunta e que o dinheiro seja destinado à compra de produtos industriais norte americanos. (Toussaint, 2024)

Em resposta ao Plano Marshall, a URSS, junto à Albânia e a Tchecoslováquia criaram em 1949 o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon), o qual se propunha a criar cooperação econômica entre os países do leste europeu, em especial aos alinhados à URSS, que fornecia vantagens comerciais, garantindo a proximidade dessas repúblicas em detrimento à aproximação dos Estados Unidos via comércio internacional. Apesar de não ter o impacto do Plano Marshall, visto que a disponibilidade de recursos norte-americanos era indiscutivelmente maior - por não terem necessidade de reconstruir o próprio território, por exemplo - o Comecon foi um meio que obteve algum sucesso em manter as relações do bloco soviético que seria de fato firmado e fortalecido com o Pacto de Varsóvia. (Jubran, 2015)

As conferências que "repartiram" o mundo

> A Segunda Grande Guerra não havia ainda chegado ao fim quando as três grandes potências aliadas (a Inglaterra, representada por Winston Churchill e mais tarde Clement Attlee; a URSS, representada por Stálin; e os Estados Unidos, representados por Franklin Roosevelt e mais tarde Harry Truman) começaram a se articular com vistas a reorganizar o sistema internacional do pós-guerra. A primeira dessas reuniões aconteceu na cidade de Teerã em novembro de 1943; a segunda aconteceu em Yalta, na Criméia, em fevereiro de 1945; e a terceira em Potsdam (Alemanha), em julho/agosto também de 1945. As duas últimas conferências foram decisivas nos rumos que tomariam a economia e o sistema capitalista internacional ao fim da guerra (Vasconcellos e Mansani, 2013).

Durante a Conferência de Yalta entre as três principais potências vitoriosas: Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido, vários acordos distribuíram mudanças nos territórios, sendo a fronteira da URSS na Europa um dos mais importantes, pois delimitou o território das repúblicas que estariam alinhadas ao governo soviético, ainda que o restante do mundo permanecesse sob regime capitalista e portanto, com mais alinhamento ao sistema ocidental. O Leste Europeu passou então a ter governos próximos ao poder de Moscou. A questão da fronteira da Polônia teria sido um importante ponto de discussão, sua demarcação foi movida e parte de seu território passou a

pertencer à URSS. Por outro lado, Stalin concordou em entrar na Guerra da Manchúria ao lado dos EUA contra o Japão, quebrando o antigo pacto nipônico-soviético de não agressão (Vasconcellos e Masani, 2013).

A Conferência de Potsdam, ocorrida em 1945, já tinha outro pano de fundo. Os EUA eram agora representados por Harry Truman, que mantinha posição muito mais intransigente em relação à URSS que seu antecessor. Ao mesmo tempo, Churchill endureceu sua postura com relação aos soviéticos e Stalin se via agora frente à notícia de que os Estados Unidos haviam obtido sucesso no desenvolvimento de bombas atômicas, o que colocava a potência capitalista numa posição de independência na liderança do sistema-mundo, ao menos como portadora de um armamento tão devastador que consistia em uma grande ameaça a qualquer mínima intenção de ataque aos seus territórios.

> As conversações de Potsdam foram realizadas com este pano de fundo: a disposição de um meio de enorme poder de destruição pelos Estados Unidos. O cenário mundial entre as duas Conferências confirmou que a guerra acabaria em pouquíssimo tempo, afinal a Alemanha se rendeu meses antes, no início de maio de 1945. Não é por acaso que o tema sobre o que se fazer com a Alemanha no pós-guerra, discutido apenas marginalmente em Yalta, tornou-se prioridade absoluta em Potsdam (Vasconcelos e Mansani, 2013).

A partir do que se acordou em Potsdam, a Alemanha foi então dividida em zonas de ocupação entre os Aliados, assim como a capital Berlim. EUA, Reino Unido e França passaram a administrar a porção ocidental do país, e a porção oriental ficou a cargo da União Soviética, com exceção da capital Berlim, que apesar de estar localizada na porção oriental, foi internamente dividida na mesma lógica. Na imagem a seguir, é possível verificar que, além do território da Polônia ter sido completamente alterado com a anexação pela URSS, a Alemanha foi distribuída, sendo o Leste em poder soviético, o noroeste em poder britânico, o sudoeste em poder francês (Com exceção do Protetorado de Sarre, que apesar de ser um protetorado francês foi considerado um território em separado) e o sul em poder norte americano.

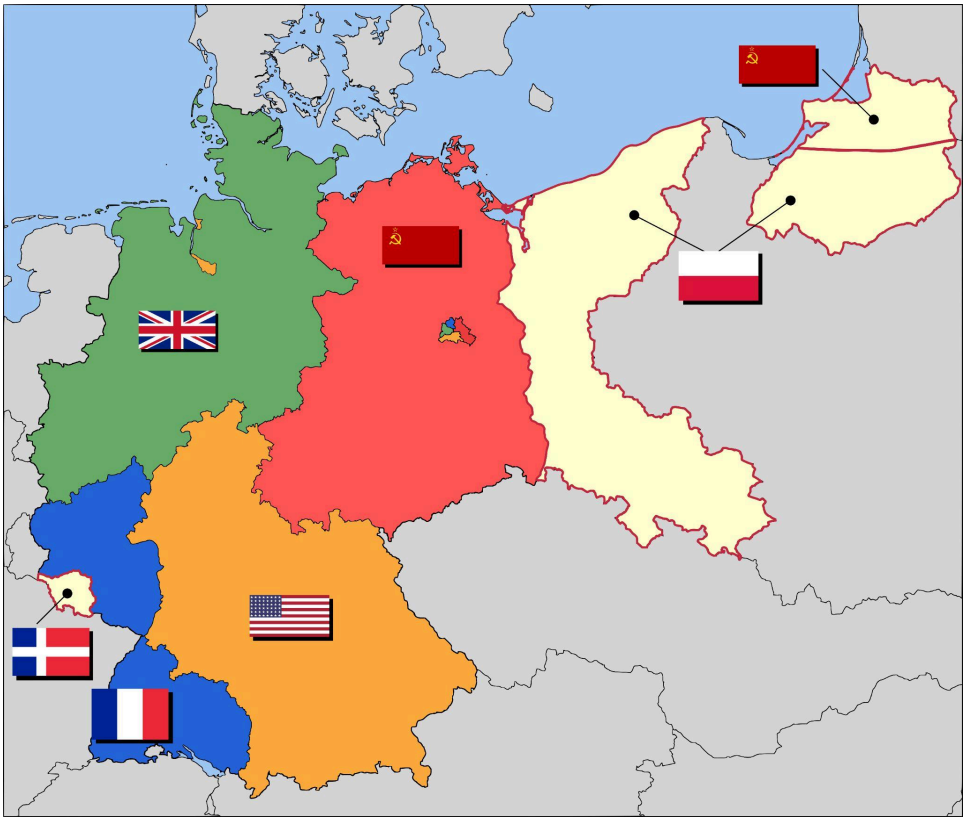

Imagem 3: Divisão da Alemanha após Conferência de Potsdam.[33]

Já a capital Berlim, seguindo a mesma lógica, também esteve dividida com a parte Leste para os soviéticos e o Oeste dividido entre os Aliados, ficando a França com a porção noroeste, o Reino Unido com o Centro-Oeste e os EUA com a porção sudoeste, como podemos verificar na imagem a seguir:

[33] IEG-Maps project (Andreas Kunz, B. Johnen and Joachim Robert Moeschl: Universidade de Mainz) Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Map-Germany-1945.svg> Acesso em 4 mar 2024

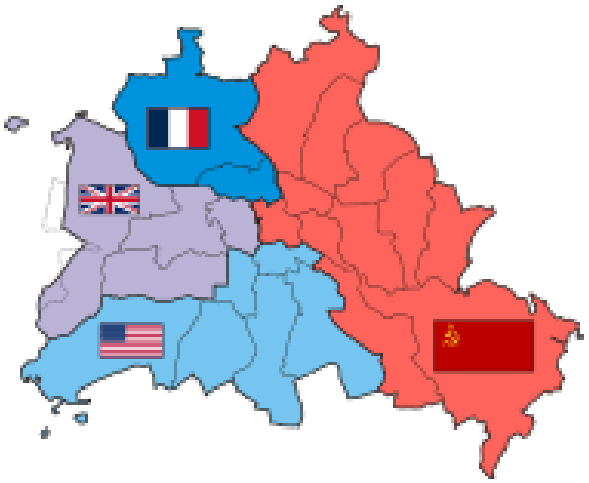

Imagem 4: Mapa de Berlim após a Conferência de Potsdam.[34]

Essa divisão esteve vigente até 23 de Maio de 1949, quando foi promulgada a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (RFA), fundando a Alemanha Ocidental. Logo depois, em outubro do mesmo ano, é fundada a República Democrática da Alemanha (RDA), a Alemanha Oriental[35]. Apesar de independentes, as duas Alemanhas continuaram influenciadas pelos lados opostos da Guerra Fria, EUA e URSS, então as maiores potências de um mundo bipolar.

A influência de estadunidenses e soviéticos foi estabelecida também através de pactos de cooperação com países sob sua influência. A criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a assinatura do Pacto de Varsóvia estabelecia, dos dois lados, uma cadeia de Estados alinhados entre os dois beligerantes. Por um lado, a criação da OTAN, realizada sob influência estadunidense através dos tratados de Bruxelas (1948) e Washington (1949), garantiu a esfera de influência capitalista americana. Anos mais tarde também foram assinados o Tratado de Paris (1952) que criava a Comunidade Europeia de Defesa entre França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo e representava a tentativa dos EUA de militarizar a RFA; e o Tratado de Bruxelas modificado (1954), que criava a União da Europa Ocidental

[34] IEG-Maps project (Andreas Kunz, B. Johnen and Joachim Robert Moeschl: Universidade de Mainz) Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map-Germany-1945.svg> Acesso em 4 mar 2024.
[35] Fonte: portal "deutschland.de", um serviço da Fazit Communication GmbH, em cooperação com o Ministério Federal das Relações Externas, Berlim Disponível em: <https://www.deutschland.de/pt-br/deutsche-geschichte-bis-1945#:~:text=1949%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%BAblica%20Federal%20da%20Alemanha&text=Konrad%20Adenauer%20(CDU)%20torna%2D,promulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20RDA.> Acesso em 4 mar 2024.

(que viria a se tornar a União Europeia atual).

> As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.° da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte (Tratado do Atlântico Norte, 1949)[36].

Diante dessas alianças, a URSS mobilizou e instituiu, com seus aliados, o Pacto de Varsóvia (1955) com Albânia, Bulgária, Hungria, RDA, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia, que garantia a aliança militar e cooperação de defesa mútua entre os países da esfera socialista soviética.

> As Partes Contratantes, reafirmando seu desejo pela instauração de um sistema de segurança coletiva europeia baseado na participação de todos os estados europeus, independentemente de seus sistemas sociais e políticos, o que possibilitaria unir seus esforços na salvaguarda da paz da Europa; cientes, ao mesmo tempo, da situação criada na Europa pela ratificação dos acordos de Paris, que preveem a formação de uma nova aliança militar sob a forma da "União Europeia Ocidental", com a participação de uma Alemanha Ocidental remilitarizada e sua integração no bloco do Atlântico Norte, o que aumentou o perigo de outra guerra e constitui uma ameaça à segurança nacional dos estados pacíficos; persuadidos de que, nessas circunstâncias, os estados europeus pacíficos devem tomar as medidas necessárias para salvaguardar sua segurança e em prol da preservação da paz na Europa; guiados pelos objetivos e princípios da Carta da Organização das Nações Unidas; desejosos de promover e desenvolver ainda mais a amizade, cooperação e assistência mútua de acordo com os princípios de respeito à independência e soberania dos estados e de não interferência em seus assuntos internos, decidiram concluir o presente Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua [...] (Treaty of Friendship, Cooperation and Mutual Assistance Between the People's Republic of Albania, the People's Republic of Bulgaria, the Hungarian People's Republic, the German Democratic Republic, the Polish People's Republic, the Rumanian People's Republic, the Union of Soviet Socialist Republics and the Czechoslovak

[36] Trecho do Artigo 5º do tratado que criou a OTAN.

Republic, 1955, tradução minha)[37].

Através dessas alianças, URSS e EUA puderam intervir em diversos conflitos, rivalizando de forma indireta entre si. Entre os primeiros grandes eventos da Guerra Fria está a Guerra das Coreias, que de certa forma nunca terminou. Após o fim da Grande Guerra, a península coreana restou dividida entre o norte, sob controle soviético e o sul, sob controle dos Estados Unidos, com a divisão demarcada sobre o paralelo 38º.

Essa divisão foi resultado do acordo assinado entre as duas potências para promover a desocupação da península, derrotando o Japão, membro do Eixo e que ocupava a península coreana desde 1910. O controle estrangeiro direto durou até 15 de agosto de 1948, quando foi fundada a República da Coreia (do Sul), com regime capitalista e com apoio estadunidense e quase um mês depois, em 9 de setembro de 1948, é fundada a República Popular Democrática da Coreia (do Norte), que contava com apoio da URSS e da China, com a qual faz fronteira. A relação entre os estados recém fundados era tensa e não havia conversas por uma reunificação pacífica. Segundo Vizentini (2008), a tensão aumentava com várias provocações vindas do líder sul coreano Syngman Rhee, elevado ao poder pelos Estados Unidos no contexto de contenção do avanço de guerrilhas anti-japonesas de esquerda ao sul. De acordo com Oliveira (2021), Rhee disseminou o anticomunismo na sociedade sul coreana através da Lei de Segurança Nacional de 1948, adotando políticas autoritárias de censura e repressão a tudo que pudesse suscitar simpatia à república do norte. Em 1950, veio do Norte a primeira invasão, quando as tropas de Pyongyang atravessaram a fronteira, avançando

[37] Cabeçalho do Tratado de Varsóvia, ou oficialmente “Tratado de Amizade, Cooperação e Mútua Assistência entre a República Popular da Albânia, República Popular da Bulgária, República Popular da Hungria, República Democrática da Alemanha, República Popular da Polônia, República Popular da Romênia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e República da Tchecoslováquia” (tradução minha) retirado do portal “The Avalon Project”, da “Biblioteca de Direito Lillian Goldman” da Escola de Direito da Universidade de Yale. A seguir, o trecho na língua original da fonte: “The Contracting Parties, reaffirming their desire for the establishment of a system of European collective security based on the participation of all European states irrespective of their social and political systems, which would make it possible to unite their efforts in safeguarding the peace of Europe; mindful, at the same time, of the situation created in Europe by the ratification of the Paris agreements, which envisage the formation of a new military alignment in the shape of "Western European Union," with the participation of a remilitarized Western Germany and the integration of the latter in the North-Atlantic bloc, which increased the danger of another war and constitutes a threat to the national security of the peaceable states; being persuaded that in these circumstances the peaceable European states must take the necessary measures to safeguard their security and in the interests of preserving peace in Europe; guided by the objects and principles of the Charter of the United Nations Organization; being desirous of further promoting and developing friendship, cooperation and mutual assistance in accordance with the principles of respect for the independence and sovereignty of states and of noninterference in their internal affairs, have decided to conclude the present Treaty of Friendship, Cooperation and Mutual Assistance [...]” (Treaty of Friendship, 1955)

grande parte do território. O avanço norte-coreano só foi parado quando a ONU aprovou a intervenção militar na região, enviando soldados sob várias bandeiras, mas sobretudo americanos. A resposta do ocidente fez o recuo das tropas norte coreanas, que obtiveram posteriormente o apoio chinês para reaver o terreno perdido. A URSS apoiava o norte indiretamente, com envio de armamentos e apoio logístico, mas não mobilizava tropas. A guerra terminou apenas em 1953, com um armistício que firmava sob o mesmo paralelo 38º a fronteira e demarcava a Zona Desmilitarizada da Coreia (Vizentini, 2008). O armistício foi assinado pelo tenente-general do Exército dos Estados Unidos, e por generais do Exército Popular da Coreia e do Exército de Voluntários do Povo Chinês, revelando que o conflito envolvia forças de muito além da península. Esse foi o primeiro grande conflito armado que contou com o enfrentamento indireto das potências envolvidas na Guerra Fria. A divisão estabelecida na península perdura, assim como a natureza dos modelos de sociedade das duas Coreias, apesar do fim da Guerra Fria e da dissolução da URSS.[38]

Outro grande marco do enfrentamento indireto entre o bloco socialista e o bloco capitalista foi a Guerra do Vietnã ou “Guerra de Resistência contra a América”. O Vietnã, após a expulsão dos invasores coloniais franceses na Primeira Guerra da Indochina de 1954, se dividiu politicamente entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, travando um conflito permanente que se intensificou durante a Guerra Fria, pois o Estados Unidos passaram a intervir com forte apoio ao governo do sul, pois temiam que o governo do norte, aliado aos vietcongues da Frente Nacional para a Libertação do Vietnã, de orientação comunista, dominasse o território completo e criasse mais um Estado aliado ao bloco soviético (Vizentini, 2008). Apesar do grande contingente de tropas e da alta tecnologia de guerra americana investidas, os vietcongues e o governo do Vietnã do Norte conseguiram resistir e avançar no conflito até a retirada das tropas americanas em 1975 (a retirada era motivo de pressão interna ao governo dos EUA, pois o grande número de soldados americanos mortos e a extensão da guerra já criava uma repulsa na opinião pública norte americana). Após a retirada, as tropas do norte tomaram Saigon, derrubaram o último presidente sulvietnamita, Nguyễn Văn Thiệu e conquistaram todo o território, reunificando o país e fundando a ainda existente República Socialista do Vietnã.

[38] Para mais informações sobre a Guerra das Coreias e o contexto da Guerra Fria, consultar Da Silva, Ricardo Santos. A mobilização política dos Marinheiros Brasileiros no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953). Revista Aurora, v. 12, n. Edição Esp, p. 63-72, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/9768 Acesso em 23 fev 2024

Essa é reconhecida historicamente como uma das maiores derrotas militares dos Estados Unidos e foi mais um dos grandes conflitos com apoio das potências beligerantes da Guerra Fria a lados opostos.

Outros conflitos menores também projetaram o enfrentamento entre modelos de sociedade e ideologias ligados ao marxismo soviético ao capitalismo liberal estadunidense, como os do Laos, Camboja, Moçambique, Burkina Faso e Angola. A Guerra Fria foi um palco, se não de enfrentamento direto entre Estados Unidos e União Soviética, de enfrentamento direto entre projetos, movimentos e ideais ligados à "socialismo" e "liberalismo", "capitalismo" e "comunismo".

América Latina e a "Segurança Nacional"

> Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, a perspectiva norte-americana de projetos políticos para a América Latina foi pautada pelo princípio da contenção da União Soviética a fim de evitar a expansão do comunismo: agora, nessa estrutura bipolar, era necessária a formação de blocos militares com países aliados. Nesta nova ordem global, os Estados Unidos precisavam assegurar seus mercados tradicionais e os novos que estavam se abrindo como decorrência dos processos de descolonização dos antigos impérios coloniais (Fernandes, 2009).

Apesar de ter focado seus esforços inicialmente na Europa, os Estados Unidos também buscaram garantir o alinhamento dos países do continente americano durante a Guerra Fria, principalmente após a revolução cubana. Para isso, o investimento em treinamento militar e a intervenção na política dos países americanos foi fundamental. A importância do continente americano para os EUA no contexto da Guerra Fria vai muito além da crise dos mísseis de Cuba, quando, em resposta aos mísseis postos pelo governo americano no território turco, a URSS colocou mísseis voltados para Washington em território cubano, um episódio dos mais tensos desse período.

O continente americano aliado ao Ocidente significava, para os EUA, o controle sobre suas fronteiras terrestres e marítimas mais próximas e permitia que o seu território se mantivesse longe dos conflitos e do inimigo, como se manteve durante a Grande Guerra. Por isso, era importante para a estratégia estadunidense interferir diretamente, se fosse preciso, para garantir que os sistemas políticos e econômicos do continente americano fossem alinhados ao governo estadunidense, sem influências soviéticas ou

riscos socialistas. Isso significou a instalação de regimes altamente autoritários nessa região, mas o intervencionismo e o controle estadunidense à repúblicas americanas não começou na Guerra Fria.

> Em 1947, inaugurando a "Doutrina Truman", o presidente norteamericano Harry S. Truman editou o "National Security Act", que, entre outras iniciativas, levou à substituição do Office of Strategic Services (OSS) "por um organismo ainda mais forte, a Central Intelligence Agency (CIA)," cuja área de atuação seria a preocupação com potenciais inimigos externos. (Mais uma vez: assim como os japoneses, os soviéticos seriam a imagem acabada do inimigo externo. Reitero: externo.) No ano anterior, mais precisamente no dia 1 de julho de 1946, o National War College (NWC) foi fundado com a finalidade de preparar oficiais capazes de elaborar as bases de uma estratégia nacional de segurança (Castro Rocha, 2021).

A partir da criação da CIA, os serviços de inteligência dos Estados Unidos estariam ocupados com a função de garantir a segurança nacional, com atuação dentro e fora dos seus territórios. A criação da CIA é o primeiro passo para o início do intervencionismo estadunidense na América Latina durante a Guerra Fria.

Aparatos de intervenção: National Security Act, CIA e NSC-68

Em 1947, o governo Truman institui o "Ato de Segurança Nacional", que reorganiza os órgãos de defesa e cria a CIA (Agência Central de Inteligência, na sigla em inglês). Segundo o ato, a CIA seria responsável por "coordenar as atividades de inteligência dos diversos departamentos e agências governamentais do interesse da segurança nacional" (Estados Unidos da América, 1947b, tradução minha)[39]. Sem detalhar o que seriam assuntos de interesse nacional, a CIA fica então encarregada de coletar e utilizar quaisquer informações e desempenhar outras funções e deveres relacionados à inteligência "que afetem a segurança nacional" (Estados Unidos da América, 1947b, tradução minha)[40].

Com a criação da CIA, obtendo plenos poderes de inteligência e a partir da subjetividade do que seriam assuntos "que afetem a segurança nacional", as forças de defesa americanas obtinham legitimidade para colocar em ação quaisquer políticas de intervenção.

---

[39] Trecho no idioma original: "To coordinate the intelligence activities of various government departments and agencies in the interest of national security." (Estados Unidos da América, 1947b)
[40] Trecho no idioma original: "that affect national security" (Estados Unidos da América, 1947b)

Os órgãos de defesa já contavam, desde 1945, com o Colégio Nacional de Guerra (NWC, na sigla em inglês), instituto de formação dedicado a graduar militares com base na defesa nacional, que posteriormente foi incorporado à CIA. No ano de 1947, o governo Truman pactua, na Conferência do Rio de Janeiro[41], o TIAR- Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que seria um passo anterior ao documento de fundação da OEA, assinado no ano seguinte em Bogotá, na Colômbia. Em 1950, o governo Truman recebe o documento conhecido como National Security Council 68 (Relatório expedido pelo Grupo de Estudos do Conselho Nacional de Segurança, órgão de inteligência criado a partir do NSA de 1947), o qual define uma análise sobre a ameaça soviética, reconhece a guerra fria como um fato e elege objetivos os quais os EUA deveriam seguir para evitar a expansão soviética e vencer o conflito com a URSS sem a necessidade de uma guerra direta com alto potencial nuclear. Entre os objetivos, o Conselho considerava necessário fortalecer "a orientação em direção aos Estados Unidos das nações não soviéticas; e ajudar tais nações, que são capazes e dispostas a fazer uma contribuição importante para a segurança dos EUA, a aumentar sua estabilidade econômica e política e sua capacidade militar" (Estados Unidos da America, 1950, tradução minha).

O primeiro ato do intervencionismo golpista na América Latina

Abandonando portanto a política de boa vizinhança do ex-presidente Franklin Delano Roosevelt, a administração de Harry Truman reassume a prática intervencionista através de ações da CIA, em geral encobertas, sob a justificativa de enfrentar a suposta expansão e ameaça soviética em curso nas repúblicas vizinhas para garantir a própria "segurança nacional".

A iniciativa intervencionista estadunidense na América Latina foi colocada em prática, inicialmente, pelo apoio encoberto aos golpes e ditaduras da região, o primeiro deles em 1954 contra o governo guatemalteco de Jacobo Arbenz, apenas o segundo presidente eleito após a derrubada da ditadura de Jorge Ubico, dez anos antes.

[41] A Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente realizada no Rio de Janeiro foi mais um dos encontros realizados de forma ininterrupta desde a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C, de outubro de 1889 a abril de 1890 por iniciativa dos EUA. A partir de então, diversas conferências temáticas e gerais entre os Estados americanos, além de reuniões de Consulta com os Ministros de Relações Exteriores deram forma ao que hoje é a OEA - Organização dos Estados Americanos, que se reúne periodicamente através da Assembleia Geral da OEA e se constitui como "o mais antigo organismo regional do mundo". (Organização dos Estados Americanos, 2024)

> O tenente-coronel Jacobo Arbenz obteve mais de 65 % dos votos nas eleições de novembro de 1950 e assumiu a presidência no ano seguinte com o compromisso de aprofundar a revolução democrática em curso no país. Em junho de 1952, foi deflagrado o processo de reforma agrária, que beneficiou centenas de milhares de camponeses e afetou interesses das oligarquias locais e da United Fruit Company (Martins, 2016).

A United Fruit Company, citada várias vezes no clássico de Eduardo Galeano: “As veias abertas da América Latina”, com a primeira edição lançada em 1971, é uma gigantesca empresa estadunidense de produtos agrários, que dominou a produção de bananas e outros na América Central e outras regiões do continente americano. “A United Fruit (que passou a chamar-se United Brands enquanto escrevo estas linhas) exerce o monopólio da venda de bananas da América Central, Colômbia e Equador, e ao mesmo tempo monopoliza a importação e a distribuição de bananas nos Estados Unidos” (Galeano, 2010). Muito poderosa e simbolicamente representante do capitalismo norte americano, a empresa é peça chave da interferência americana na economia de diversos países.

O golpe na Guatemala visava impedir que as políticas de Arbenz pudessem fomentar a organização camponesa e indígena a partir de organizações sindicais, agrárias e estudantis. Ao mesmo tempo, o governo Arbenz possuía relações com organizações comunistas latino-americanas, apesar de não ter nenhum vínculo direto com Moscou (Martins, 2016). A reforma agrária promovida por Arbenz era um política essencialmente capitalista que visava o desenvolvimento econômico do campo guatemalteco, mas a mínima possibilidade de organização popular a partir da esquerda foi o suficiente para a intervenção estrangeira e após incursões militares em conjunto com os governos da Nicarágua e de Honduras, bombardeios e invasões terrestres, a CIA logrou êxito e em 27 de junho de 1954. Arbenz renunciou e os acontecimentos que se seguiram terminaram com uma Junta Militar apoiada pelos EUA no poder, consolidada com um plebiscito de “apuração secreta”, que ofereceu um resultado de 99,9% de aprovação ao novo presidente, o general Castillo Armas, que deflagrou um governo altamente corrupto e autoritário, auxiliado pelos Estados Unidos (Tomaz, 2021).

Em 1959, eclode a Revolução Cubana, fato que muda a abordagem norte americana e aumenta a preocupação com a influência soviética na região. Entre 1950 a 1957, a Europa era o grande centro de atenção e o continente americano estava bem

abaixo na escala de prioridades da atenção e ajuda econômica e militar dos EUA. A partir de 1957, por conta da Guerra do Vietnã, a Ásia tornou-se o principal destino. De acordo com Martins Filho (2009), o orçamento do Departamento de Defesa americano destinado à ajuda militar em 1957 dedicava 55% para a Europa e apenas 1% para a América Latina. Mas após o "Movimento 26 de Julho"[42] derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, a questão latino-americana e caribenha passa a ter uma importância dramática. "A Revolução Cubana de 1959 não apenas pôs abaixo a Ditadura de Fulgêncio Batista, como também rompeu com os principais mecanismos de dominação neocolonial com os quais os EUA submetiam Cuba" (Mao Junior, 2023).

A tentativa de retomar o controle sobre a ilha foi um dos principais temas das eleições presidenciais americanas de 1960. Por um lado, Dwight Eisenhower se desesperava para retirar Fidel do poder e assim eleger Richard Nixon como sucessor. Por outro, John F. Kennedy (JFK) usava o combate ao novo governo da ilha e a atenção às Américas como principal lema de campanha.

Cuba permaneceu portanto como uma ilha de incômodo ao governo estadunidense, pois o governo de Fidel se posicionava em conferências internacionais como independente e encorajava outras nações americanas a promoverem suas independências de não alinhamento automático e incentivava a cooperação desses países. Além disso, as políticas de alfabetização, educação e saúde públicas cubanas incomodavam os EUA, que tinham diversos negócios prejudicados pela nacionalização de bancos e empresas estrangeiras. O governo americano rompe relações com a ilha e em fevereiro de 1960, o governo cubano firma acordos comerciais com a URSS.

Kennedy foi eleito e logo no discurso de abertura do mandato no Congresso americano, em janeiro de 1961, declarou seu plano de atenção e assistência aos países americanos que introduziu a intenção de criar o programa "Aliança para o Progresso".

> Para nossas repúblicas irmãs ao sul de nossa fronteira, oferecemos uma promessa especial - converter nossas boas palavras em boas ações - em uma nova aliança para o progresso - para ajudar homens livres e governos livres a se livrarem das correntes da pobreza. Mas essa revolução pacífica da esperança não pode se tornar presa de poderes hostis. Que todos os nossos vizinhos saibam que nos uniremos a eles para nos opor à agressão ou subversão em qualquer lugar das Américas. E que todo outro poder saiba que este Hemisfério pretende permanecer o mestre de sua própria casa (Estados Unidos da América, 1961, tradução minha)[43].

[42] Movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro contra a ditadura de Fulgencio Batista.
[43] Trecho do discurso na língua original: "To our sister republics south of our border, we offer a special pledge--to convert our good words into good deeds--in a new alliance for progress--to assist free men and free governments in casting off the chains of poverty. But this peaceful revolution of hope cannot become the

Foi em um “Encontro Extraordinário” do Conselho Econômico e Social Interamericano, realizado em Punta del Este, Uruguai, 1961, que a Aliança para o Progresso foi oficialmente firmada, através da “Carta de Punta del Este”. Entre os pontos listados e resoluções da Aliança para o Progresso estão medidas desde políticas portuárias até planos de propaganda da Aliança para fomentar uma boa imagem nas opiniões públicas nacionais, passando por cooperação econômica, reformas agrárias e tributárias e propostas para políticas de saúde e educação nacionais.

A Aliança consistia portanto em um conjunto de acordos que seriam estabelecidos pelos EUA com as repúblicas do continente americano a fim de enviar ajuda econômica e estabelecer políticas de desenvolvimento econômico, mas principalmente de garantia do controle e influência norte-americanos, evitando assim a presença soviética no hemisfério e a expansão dos movimentos guerrilheiros como os que resultaram na Revolução Cubana. Cuba, que em dezembro de 1961 declarou adesão ao marxismo-leninismo, não assinou a Aliança e era uma das principais preocupações de JFK desde a campanha. Os planos de invadir a ilha e depor Fidel Castro já vinham sendo planejados desde o governo anterior, do qual foi mantido o secretário de Defesa, Allen Dulles, que arquitetou o plano.

Evidentemente, uma invasão militar direta das forças norte-americanas em um país independente não seria compatível com o discurso inicial de “Aliança para o Progresso”. O governo Kennedy queria manter a imagem de parceria para com os outros países do continente e de cooperação contra a intervenção estrangeira, por isso, a invasão de Cuba deveria estar disfarçada de resistência espontânea por parte de “contra-revolucionários” cubanos.

> Logo nos primeiros dias de seu governo, Kennedy reuniu o Conselho de Segurança Nacional, que daria o sinal verde ao plano de invasão elaborado nos últimos meses do período Eisenhower. Estimulado pelo sucesso da ação golpista da CIA na Guatemala em 1954, Allen Dulles assegurou ao presidente que, mesmo sem a participação visível dos EUA (impossível de conciliar com a retórica da Aliança), o desembarque seria um sucesso (Martins Filho, 2009).

Mas na Baía dos Porcos, Kennedy “deu com os burros n’água” e o “desembarque” “resultou na prisão de 1189 brigadistas e na morte de 114 contra-revolucionários” (Martins

---

prey of hostile powers. Let all our neighbors know that we shall join with them to oppose aggression or subversion anywhere in the Americas. And let every other power know that this Hemisphere intends to remain the master of its own house.” (Estados Unidos da América, 1961, tradução minha)

Filho, 2009). Após a fracassada tentativa de invasão, o governo da União Soviética ofereceu assistência militar para a defesa do território cubano contra novas ameaças.

> Em 22 de janeiro de 1962, Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniram-se sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) para considerar "as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos". A Conferência focava-se na situação política do governo de Cuba, cujo líder – Fidel Castro – declarara adesão ao marxismo-leninismo, e nas alegadas ações contra países vizinhos. Após dez dias de discussões, em 31 de janeiro, Cuba foi suspensa da Junta Interamericana de Defesa e da OEA, sendo que esta última decisão não contou com votos favoráveis dos maiores Estados latino-americanos (Franchini Neto, 2005).

Assim, com a ilha já politicamente isolada do restante dos países organizados em torno do bloco ocidental nas Américas, em 1962 foram instalados mísseis nucleares, como citado anteriormente, acompanhados de milhares de militares soviéticos, com o objetivo de dissuadir quaisquer intenções de invasão ou ataque por parte dos EUA ou de qualquer outro país. A presença de armamento nuclear e de grandes contingentes de soldados soviéticos na ilha vizinha ao território estadunidense gerou uma grande tensão e deu início a um dos episódios mais tensos da Guerra Fria, conhecido por ser quase o estopim de um enfrentamento nuclear de potencial apocalíptico. Em outubro de 1962, cientes das instalações militares realizadas pela URSS em Cuba, os EUA posicionaram aviões bombardeiros, decretaram o bloqueio naval cubano e em Cuba soaram alarmes para um possível ataque iminente. A pedido do governo cubano, é convocada uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU e após dias de negociação, a retirada dos mísseis pela URSS é acordada, com a contrapartida da retirada de mísseis americanos posicionados anteriormente na Turquia e a promessa de não invasão da ilha caribenha. A União Soviética ainda manteve parte do contingente de militares para garantia da defesa cubana, mas a crise dos mísseis chegou ao fim sem maiores consequências.

A Guerra Fria estava estabelecida e seus efeitos sobre a América Latina já podiam ser sentidos e não só em Cuba, pois desde o anúncio da "Aliança para o Progresso", o investimento norte americano nos países e, principalmente, nas forças armadas latinoamericanas se desenvolvia.

A Escola das Américas e a exportação da Ideologia de Segurança Nacional

> Durante a década de 1960, ao mesmo tempo em que implementava a Aliança para o Progresso, o governo dos Estados Unidos dava prosseguimento aos contínuos investimentos em treinamento de policiais e militares latino-americanos associados aos programas de contra insurreição. Tal postura, que vinculou a instrução em táticas militares como parcela da política externa, marcou profundamente as relações entre os Estados Unidos e a América Latina desde o início do século XX (Pereira, 2010).

Pereira (2010), através de relatórios do departamento de defesa estadunidense, mostra que, ao invés de manter estabilidade e garantir a "lealdade" das nações contra a influência socialista, os programas da Aliança para o Progresso poderiam estar gerando condições favoráveis a "agitação dos comunistas" e que, portanto, seria necessário intensificar as iniciativas no âmbito militar, para que as forças armadas nacionais dos países americanos fossem capazes de deter qualquer agitação social e assim garantir a estabilidade que favorecia os interesses geopolíticos e econômicos estadunidenses, desse modo, a estratégia que foi utilizada com sucesso na Guatemala foi recuperada e aprimorada em outros países latino-americanos.

Por meio de provisão de equipamento, treinamento e material, os Estados Unidos poderiam deslocar o foco dos militares latino-americanos da defesa externa para aumentar "a capacidade das forças nativas para conduzir operações de contra-insurgência, anti-subversão e guerra psicológica" (Pereira, 2010). Um programa educacional, vislumbravam os oficiais estadunidenses, poderia lhes dar a chance de ensinar "valores democráticos" para seus parceiros latino-americanos. Assim, em paralelo à "Aliança para o Progresso", os EUA buscaram treinar militares latinoamericanos para que se implantasse nessas instituições uma doutrina que visava os objetivos estadunidenses sob o pretexto de manter a segurança desses países contra um inimigo comum: o comunismo. "Contra-insurreição, ação civil e segurança pública deveriam se tornar, na visão estadunidense, as novas missões para as forças de segurança da América Latina" (Pereira, 2010).

A estratégia dos EUA estava baseada no conceito geopolítico de "guerra total", pelo qual a disputa não se dá apenas na esfera militar, mas em todas as instituições e esferas da vida social (Rivera, 2017). Ideia que encontra reflexo no Manual da Escola Superior de Guerra, instituição responsável pela formulação e aplicação da DSN no

Brasil, a qual vamos falar mais a frente, como expressa Rodrigo Lentz (2019) ao analisar o referido manual:

> [...] a nova concepção de guerra – indireta, **total**, global, indivisível e revolucionária – gerou uma grande implicação para o pensamento político dos militares. Além de trazer a noção do conflito para o campo interno, situa o centro da disputa de poder político para a esfera psicológica e ideológica (Lentz, 2019 grifos nossos).

Para atingir tais objetivos, os EUA instituíram escolas militares especializadas na atuação na região. Na "Escola das Américas do Exército dos Estados Unidos" (USARSA na sigla em inglês), localizada no Panamá e criada exclusivamente para militares latino-americanos, os instrutores, normalmente militares, ministravam seus cursos em língua espanhola para facilitar o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos. Os alunos recebiam treinamento em contra-insurgência e aprendiam sobre as instituições e valores dos Estados Unidos e a USARSA no canal do Panamá chegou a formar uma média de mais de 3 mil alunos latino-americanos por ano entre 1961 e 1966 (Pereira, 2012). Nessas escolas, a maior parte dos cursos se dedicavam a aspectos políticos e ideológicos da formação dos agentes, sempre voltados ao combate ao "comunismo".

O treinamento dos militares latino-americanos para a atuação no controle da "ordem interna" de seus países, abriu caminho para fomentar nas forças armadas de diversos países o intervencionismo que foi constatado nos golpes militares que assolaram a região durante o século XX, dando início a diversas ditaduras militares, que propagaram entre as forças armadas a Ideologia de Segurança Nacional ensinada nas escolas instituídas pelo governo norte americano, as quais foram inspiração para diversas outras instituições locais nesses países.

Nas escolas de treinamento militar a oficiais latino-americanos, dos quais o maior exemplo é a USARSA, responsável pelo treinamento de mais de 30 mil alunos até 1975 (Rivera, 2017), a linha de ensino era focada no conceito de segurança nacional, desenvolvido com base no que ficou conhecido como DSN - Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual:

> El mundo contemporáneo estaba dividido en las dos fracciones irreconciliables indicadas, el occidente cristiano y el oriente comunista. Este enfrentamiento se manifestaba mediante la subversión interna que permitía el desarrollo del conflicto sin el riesgo de una guerra de aniquilamiento suicida. Los países latinoamericanos eran objeto de subversión interna en la medida en que formaban parte del bloque político occidental; la subversión provenía, por lo tanto, del enemigo, del comunismo; la

> seguridad nacional y la sociedad misma estaban en peligro y, en esas condiciones, el hombre común (el pueblo en general) se encontraba inerme, era incapaz de enfrentar esa conspiración que le quería arrebatar “su ser nacional” (Rivera, 2017).

Desenvolvida no contexto da guerra fria, essa doutrina se baseava em postulados anteriores, mas basicamente enfrentava a questão de que a ameaça externa, no caso o “comunismo” não precisava necessariamente da expansão militar de seu principal agente, a URSS, para se instalar nos países, conforme ocorreu em Cuba. Por isso, era necessário, para manter coeso o bloco ocidental, garantir que não houvessem ameaças internas nos países que pudessem subverter a ordem estabelecida e aderir ao socialismo. Por isso, ainda que voltada para o contexto internacional, em grande medida, a política de Defesa dos EUA orientava-se também à segurança interna, ou nacional, através de uma doutrina elaborada sob a ótica do combate ao “inimigo” e sob a estratégia de “guerra total”.

Essa doutrina é chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e agrega uma ideologia militarista - baseada em estabelecer o controle militar, político e ideológico - a fim de inibir quaisquer perturbações à ordem social, atribuídas sempre a um inimigo interno (que também é externo), no caso, os comunistas, termo usado para definir todos os considerados adversários, inimigos, que agiam contra o interesse do Estado ou das Forças Armadas, quando essas ainda não estavam no poder, mas almejavam tomá-lo sob a justificativa de restabelecer a “ordem” frente a supostas ameaças subversivas.

Segundo a DSN, o mundo se encontrava agora em uma dualidade “irreconciliável” entre o ocidente cristão capitalista e o oriente socialista (Rivera 2017). Essa dualidade se expressava pelos conflitos internos nos países, nos quais forças influenciadas pelo comunismo soviético estariam pondo em risco todos os valores nacionais (judaico-cristãos ocidentais) e a existência do “homem comum”. Sendo assim, seria de interesse de toda nação, incapaz de combater essa ameaça, que os militares tomassem “as rédeas” para garantir a segurança de todos. A DSN era completamente baseada na noção de segurança nacional. “Según esta doctrina, no había actos neutros, ni existía diferencia entre el estado de paz y el estado de guerra. La paz no era sino la continuación de la guerra. La paz era la Guerra Fría (Bidegain, 1983 *apud* Rivera, 2017).

A DSN se baseou, portanto, na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Assim, será pautada a deturpação da tradição marxista e a difamação do socialismo e dos socialistas, colocando como ameaça todos

aqueles condizentes com o ideário de esquerda, sendo que a caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos considerados perigosos que tentam corromper os “cidadãos de bem” (Bruziguessi, 2014).

O governo americano, principalmente durante a gestão Kennedy, baseou sua abordagem elevando a “modernização militar” como fator fundamental para o desenvolvimento econômico e da segurança na América Latina (Pereira, 2010).

Através de iniciativas como essa, os EUA garantiram militares alinhados à DSN em todo o continente, prontos a assumir altos postos de comando e implantar a segurança nacional como bússola da atuação estatal, seja através de meios “silenciosos”, como a composição de governos civis alinhados ocupando postos estratégicos, seja através da tomada total do poder por meio de golpes, violentos ou não, mas sempre dedicados a instituir governos autoritários e antidemocráticos, comprometidos com a Doutrina de Segurança Nacional e alinhados aos interesses estadunidenses.

Na América Latina, a DSN consistiu em operações sob a estratégia do conflito de baixa intensidade, conhecida também como “guerra revolucionária” e está muito ligada a um anticomunismo paranoico, às pequenas “guerras sujas”, ao aventureirismo militar e a guerras psicológicas. Nas palavras de Rivera:

> Es el conflicto armado en la perspectiva de la toma del poder: es donde las autoridades de cada país, impotentes por no ser capaces de aniquilar a las organizaciones revolucionarias, vierten su ira contra sus simpatizantes o sospechosos de serlo, lo que desemboca en la llamada “guerra sucia”, que es llanamente la eliminación del enemigo interno en todos los campos (Rivera, 2017).

As ditaduras militares implantadas através dos golpes foram consequência da implantação da DSN e sua atividade foi regida por essa doutrina, trazendo consequências políticas e sociais, como o menosprezo pelas instituições democráticas, a militarização da vida civil, concentração de poder no executivo que instrumentalizou as instâncias e inviabilizou a participação popular. No campo jurídico, os governos sob a DSN deram poder de juiz a militares para atuarem contra o “inimigo interno”, confiscou direitos e implantou Estados de Exceção (Rivera, 2017).

> En lo político e ideológico, la disciplina intelectual propugnada por la DSN generó un ambiente de repulsión no sólo en las fuerzas armadas latinoamericanas sino en amplios sectores sociales hacia corrientes políticas e ideológicas distintas a los bipartidismos hegemónicos. Esa repulsión se expresó en el destierro y la encarcelación, cuando no en la

> eliminación física de líderes populares, militantes de izquierda y de partidos políticos completos (Rivera, 2017).

Apesar do que é apontado por Rivera (2017), Bruziguessi (2009) e Pereira (2010), Castro Rocha (2021) aponta que o objetivo inicial da DSN formulada pelos norte-americanos não era o de combate aos movimentos domésticos de oposição aos governos militares, mas sim de combate ao inimigo externo representado pela União Soviética. O autor aponta que a versão brasileira da DSN é que "aponta as armas" ao "inimigo interno".

> A Doutrina de Segurança Nacional foi inicialmente concebida como uma estratégia de contenção do inimigo externo: esse era o sentido da famosa "policy of containment", formulada por George F. Kennan a fim de enfrentar o desafio da expansão da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial. A ditadura militar brasileira operou uma torção hermenêutica: a DSN da ESG inventa uma ficção conveniente: o inimigo é interno, porém, ao ser auxiliado do exterior, também se torna externo. Os efeitos letais desse torcicolo jurídico afloram no texto da LSN de 1969 (Castro Rocha, 2021).

Considero importante trazer esta diferença, mas apesar desta discordância, os autores convergem na ideia de que a DSN foi assimilada em seus respectivos contextos nacionais com características adaptadas pelas forças armadas nacionais que a desenvolveram e pelos governos que a implantaram.

Uma Doutrina "à brasileira": A DSN da Escola Superior de Guerra

> Os Estados Unidos pretendiam, como potência vitoriosa na guerra, exercer uma absoluta hegemonia em sua "metade" do mundo. O fato não é nenhuma novidade: qualquer país, vitorioso em uma grande guerra, pretendeu sempre, em qualquer época da história, tirar vantagens hegemônicas de sua vitória. Com os Estados Unidos não seria diferente. Assim, no caso do Brasil, se não conseguiam exercer um controle, pretendiam os americanos, pelo menos, a maior interferência possível. A fundação de uma escola que teria como objetivo, de fachada, formar os oficiais do Alto Comando das Forças Armadas não passaria despercebida pelos americanos. Eles "apareciam" para dar todo o "apoio". Imaginar que os Estados Unidos não iriam ajudar a fundação da ESG é ter uma atitude de absoluta ingenuidade. Porém, por outro lado, imaginar todos aqueles que estavam comprometidos com a fundação da ESG como meras marionetes dos desejos americanos é outra absoluta ingenuidade (Trevisan, 2005).

Implantados os governos militares sob treinamento de segurança nacional nos seus respectivos países, eram postas em prática táticas de enfrentamento cada vez mais repressivas e violentas aos movimentos sociais, partidos políticos de oposição e organizações populares. No Brasil, o Ato Institucional nº5 (1968) jogou todos os movimentos sociais na ilegalidade e passaram a ser combatidos com toda força letal possível, com torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados.

O golpe de 1964 resgata tradições autoritárias e conservadoras brasileiras que não se iniciam na Guerra Fria, mas fazem parte do desenvolvimento do Estado brasileiro desde sua fundação.

> A tradição política brasileira traz consigo elementos que pautam uma cultura tradicional, familiar, conservadora, clientelista e patrimonialista. Somos o oposto dos ideais republicanos, democráticos e, até mesmo, liberais. Nossas raízes foram construídas em um longo e excludente passado colonial e escravocrata (Oliveira, 2019).

Ao depor João Goulart e o projeto de reformas de base em curso, as forças golpistas, que aliaram interesses estadunidenses com militares e elites civis e empresariais, interrompem uma política socioeconômica nacional-desenvolvimentista e instituem uma política que coloca o Brasil novamente numa posição de subalternidade e dependência em relação às potências centrais e principalmente aos Estados Unidos, abrindo e baseando a economia na circulação do capital estrangeiro em alinhamento político e econômico ao bloco ocidental, favorecendo apenas as elites nacionais e internacionais. A ditadura militar brasileira deu força de lei à ideologia de segurança nacional através dos Atos Institucionais, criando as condições de materialização da doutrina em todas as áreas da sociedade, tomando o controle da imprensa e da arte através da censura, centralizando o poder político através do aparelhamento do Judiciário, do banimento da diversidade partidária, do fechamento e aparelhamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, reprimindo ao máximo as iniciativas de luta social com o lançamento dos partidos e movimentos à ilegalidade, o que garantia ainda a associação destes a “criminosos” ou “terroristas”, reforçando a imagem do “inimigo interno”.

Assim se constituiu o combate ideológico da segurança nacional frente às ideias que iam contrárias ao governo, materializadas na própria legislação brasileira. Em especial durante os “anos de chumbo”, como é conhecido o período que vai de

1969-1973, o combate dos aparatos repressivos do Estado às forças oposicionistas e guerrilheiras foi intensificado (Bruziguessi, 2014). A aplicação da DSN nos contextos locais se adequa a cada país, de acordo com a história e a posição dos atores que a colocavam em prática, integrando-a com postulados já existentes e criando portanto adaptações para que o principal objetivo fosse cumprido: o combate à subversão interna.

> No Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, pela Lei nº 785, de 20 de agosto, adotou o modelo do NWC, e enfatizou um elemento que, já presente na instituição norte-americana, ganhou destaque no Brasil, tornando-se a essência da instituição. O artigo 2º esclarece a função da ESG: A Escola Superior de Guerra funcionará como centro permanente de estudo e ministrará os cursos que, nos termos do artigo 4º, forem instituídos pelo Poder Executivo. Claro: a ESG respondia diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, uma vez que seu propósito, como se explicita logo no artigo 1º, é nada menos do que "desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional" (Castro Rocha, 2021).

Foi portanto a Escola Superior de Guerra (ESG) a instituição militar responsável por trazer a ideologia de segurança nacional dos Estados Unidos ao Brasil, adequá-la a doutrinas já em desenvolvimento como a de Góes Monteiro e dar instrução dessa natureza aos militares brasileiros. Porém, além da ESG, outras duas organizações ligadas ao desenvolvimento dessa doutrina eram o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD), e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (Bruziguessi, 2014). Essas duas organizações civis fizeram parte importante da construção política que levou à deposição de João Goulart e ao golpe de 1964. Criada em 1959 por Ivan Hasslocher, o IBAD financiou políticos e veículos de imprensa como rádios e tinha o objetivo de desgastar a imagem de políticos da esquerda e trabalhistas, além de promover uma forte propaganda anticomunista. Vinculado a setores militares e recebendo fundos do exterior - como confirmado pelo ex-embaixador norte americano Lincoln Gordon em 1977, o IBAD era basicamente um *think-tank* financiado e incentivado pelas forças golpistas internas e externas no Brasil dos anos 60[44]. Em 1964, durante o governo social-reformista de João Goulart, resumidamente, nas palavras de Bortone:

> [...] para defender seus interesses frente a este Estado e ao crescimento

[44] Informações retiradas do Centro de Pesquisa e Documentação da História do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC-FGV. Disponível em: https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad. Acesso em: 4 de fevereiro de 2024.

> das massas, o empresariado empreendeu uma campanha ideológica em diversas frentes e criou formas de representar e negociar seus interesses. O IPES surge, neste contexto, a fim de conquistar a hegemonia para influenciar nas diretrizes políticas do Brasil. Sua formação era composta por diferentes frações do empresariado brasileiro, militares, fundamentalmente da ESG, intelectuais, executivos de grandes corporações, empresariado estrangeiro e o governo norte-americano (Bortone, 2013)

É preciso compreender, portanto, que o golpe de 1964 é um golpe “civil-militar” e conta com a contribuição dessas três instituições: IPES, IBAD e ESG. Falaremos com mais profundidade sobre a Escola Superior de Guerra, responsável pelo treinamento dos militares brasileiros e pela formulação da Doutrina de Segurança Nacional com características brasileiras.

Rodrigo Lentz (2019) recapitula os pressupostos da DSN expressos nos dois primeiros volumes do Manual Básico da Escola Superior de Guerra, trazendo o histórico do conceito de segurança nacional no país, indicando que o termo já era utilizado nos anos 1930, por Pedro Aurélio de Góes Monteiro, militar de muita importância durante a Era Vargas e o responsável pela primeira inclusão da função de “garantia da ordem” pelo Exército numa constituição brasileira, quando ficou responsável pelo capítulo referente à Defesa para o anteprojeto da Assembleia Constituinte de 1933-1934 (Pinto, 2009). Desde o início de sua carreira militar, Góes foi um entusiasta da aversão à “classe política” e era favorável a forças armadas politicamente ativas, mas não ativas “dentro da política”. Góes entendia que a política civil era algo intrinsecamente ineficiente e corrupto e enxergava uma superioridade militar, por isso considerava necessário “um exército forte para um Estado forte”. Sua perspectiva de organização social pairava, portanto, sobre uma visão autoritária e centralizadora, pautada na manutenção de uma “ordem” através do controle militar.

> A história ensina, segundo Góes, que nenhum povo pode superar as dificuldades internas e se fortalecer senão pelo nacionalismo. Superada essa etapa, tem necessidade de expandir-se e torna-se imperialista. Para pôr em prática o nacionalismo, o Estado precisa de poder para regular a vida coletiva e disciplinar a nação. No caso brasileiro, era preciso aumentar progressivamente esse poder, sendo admissível, como transição, o partido único, nacional. Como o país ainda não se havia organizado nacionalmente e Góes entendia que as Forças Armadas eram as únicas instituições nacionais, só à sombra delas a organização nacional poderia concretizar-se. Deveriam elas, portanto, tornar-se tão fortes quanto possível, para apoiar governos fortes, capazes de reestruturar a vida nacional (Pinto, 2009).

Não é por acaso, portanto, que a DSN aplicada no Brasil na década de 1960 tenha várias destas características. Para Leonardo Trevisan (2005), A DSN da ESG é basicamente a "simples modernização, com algumas complementações, dos conceitos que pregava o general Góes Monteiro em seu livro, artigos e aulas." Segundo Rodrigo Lentz (2019), o centro da Doutrina no Brasil traz elementos do positivismo, do nacionalismo e do binômio segurança e desenvolvimento aliados ao anticomunismo, que foram amadurecidos pela ideologia de segurança nacional no Estado Novo e modernizados na adaptação à Guerra Fria pela ESG.

De acordo com a análise do autor, a Doutrina de Segurança Nacional que pode ser apreendida nos Manuais da Escola Superior de Guerra do Brasil trabalha com alguns paradigmas, organizados por ele em categorias. A primeira categoria dá conta do que a DSN entende pela "Natureza Humana" e seus "interesses":

1. vida e segurança (existência e sobrevivência)
2. participação e criação (fortalecer ou mudar valores)
3. integração social (adaptação ao seu meio)
4. espiritualidade (representada unicamente pelo Deus cristão)

O ser humano é, portanto, um ser que busca a sua sobrevivência através da criação de formas (valores, moral, ética) que permitam a integração das formas de vida, pois estas são mortais, ou seja, condicionadas a morrer, na medida em que não passam de humanas, ao contrário da forma espiritual, que é Deus, o cristão.

A segunda categoria seria a de "Organização Social", consistindo nas formas criadas pelo homem para permitir sua sobrevivência e segurança de forma integrada e social. Essa organização, chamada de "sociedade política" (Lentz, 2019), já é entendida como uma forma "evoluída" de organização, que seguiria uma escala "família-clã-tribo-nação-Estado", necessariamente. A sociedade política então, é agora constituída de "três elementos fundamentais" (Lentz, 2019):

1. Homem (ser humano)
2. Terra (o ambiente dominado por este homem)
3. Instituições (as formas criadas pelo homem em determinada terra para ordenar a sobrevivência de sua sociedade de forma integrada)

Segundo Lentz (2019): “Na organização social, as instituições cumprem um papel indispensável para a doutrina, porque ‘nenhuma civilização se implantou sem o respaldo de instituições’.” Essas instituições também teriam surgido de forma ordenada, sendo a primeira delas, a “nação” (Lentz, 2019). O manual da ESG de 1975 a define como:

> A sociedade já sedimentada pelo longo cultivo de tradições, costumes, língua, ideias, vocações, vinculada a determinado espaço de terra e unida pela solidariedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns, que se traduz na vontade de continuar vivendo em conjunto e projetar-se no futuro, preservando os valores alcançados e buscando a realização dos objetivos colimados (Brasil, 1975 *apud* Lentz, 2019).

Considero importante destacar aqui a ideia de nação e sociedade expressa pelo manual enquanto um todo homogêneo que atravessa o tempo em direção a um objetivo comum. Essa noção nega portanto a existência de classes ou desigualdades e diversidades no interior da “nação”, transformando, logicamente, os que não comungam de um mesmo objetivo para o país como não pertencentes a essa mesma nação. Esta noção é coincidente com características levantadas por autores acerca de outras doutrinas e fenômenos políticos, como o fascismo e o populismo (ainda que polissêmico) e é identificada nas ideologias expressas pelos líderes da direita nacionalista que aqui abordamos. Trata-se, aparentemente, de uma eficaz ferramenta de construção de representatividade através do destaque a padrões normativos em uma sociedade, marginalizando desvios para o fortalecimento de um “nós” em contraponto a um “outro”. Quero dizer que é comum em práticas políticas autoritárias formular um conceito de “nós” em oposição a um “outro”, valorizando uma característica que já seja normativa por questões históricas e socioculturais e condenando características desviantes ou minoritárias. A coesão e mobilização através da aversão ao “outro diferente” costuma ter muito sucesso, pois instrumentaliza uma identificação pré-existente e não racionalizada.

A organização social se dá, portanto, com a principal das instituições, o “Estado”, antecedido e transcendido pela nação, porém, sendo a síntese dos elementos centrais desta. O Estado rege a nação, e dirige seu desenvolvimento (linear, nessa visão) em direção aos seus “objetivos”, com base nos seus “princípios, métodos, normas e ações” (Lentz, 2019)

Aqui considero importante reiterar a importância dos “objetivos nacionais” para a DSN, na medida em que a visão da sociedade enquanto um grupo homogêneo que se desenvolve de forma “ordenada” em direção ao “progresso” tem um “ponto de chegada”, que é, portanto, a principal questão a ser buscada e preservada. Os objetivos nacionais, de acordo com a doutrina, são derivados dos elementos fundamentais. O fundamento humano, o fundamento terra e o fundamento instituições (Lentz, 2019). Tudo isso é traduzido no conceito de “bem-comum” e a organização necessária para a condução da nação ao “bem comum”, além do centro, que é o Estado, está nas “instituições sociais”, familiares, educacionais e culturais, religiosas, de comunicação social e econômicas.

Para a doutrina, as instituições são fundamentais pois, apesar de um desenvolvimento “evolucionista” das sociedades, as instituições serão fortes conforme seus valores forem sólidos. As instituições centrais duram e revezam, multiplicam ou mudam suas funções conforme a conjuntura, mas são perenes enquanto instituições, pois conservam em si valores daquela sociedade. O sucesso dessa “evolução” vai depender, entretanto, de um bom nível de integração social, que permita o correto funcionamento das instituições e suas funções e também para que seja garantida a segurança da sociedade, pois essa é uma das principais necessidades aos olhos da doutrina. Sem segurança, não há desenvolvimento.

O binômio “segurança e desenvolvimento” é central na doutrina. Segundo Lentz (2019), a doutrina entende segurança como a “manutenção de valores tradicionais, ordem, equilíbrio” e o desenvolvimento como “inovar, renovar, atualizar, aprimorar, progredir”. A combinação do binômio resulta, portanto, no objetivo de realizar uma modernização conservadora, ou seja, um desenvolvimento econômico nacional que mantenha a ordem e os “valores tradicionais”, o que condiz com os objetivos dos Estados Unidos, que pretendiam um alinhamento político e econômico dos Estados do continente com a garantia do controle da subversão interna. O uso dos programas de ajuda econômica e militar alinhados ao treinamento de oficiais buscavam garantir que houvesse desenvolvimento suficiente para afastar o descontentamento subversivo ao mesmo tempo em que deveria haver segurança suficiente para impedir agitações sociais que pudessem ameaçar este desenvolvimento.

Do ponto de vista ideológico da doutrina, quaisquer agitações que impedissem o desenvolvimento da nação em direção aos objetivos deveriam ser combatidas e isso passava não só pelo combate direto à subversão, mas também por ações econômicas e

pelo fortalecimento da “democracia”. Segundo Mechi (2015):

> O plano de ação de combate ao comunismo articulava-se em várias frentes. A passagem de uma forma subdesenvolvida de capitalismo para um capitalismo avançado aparecia como meta prioritária. Simultaneamente, deveriam ser realizadas “ações psicológicas” com vistas a afirmar a democracia. [...] A construção de uma democracia sem oposição e sem contestação pautou-se pela construção de instrumentos legais de combate à subversão.

A segurança e desenvolvimento, portanto, moveram a atuação do governo militar sob a DSN e esses dois conceitos abrangem tanto uma perspectiva interna como externa, englobando não só a área militar, mas todas as esferas da sociedade (Lentz, 2019).

A doutrina reconhece na política uma arena de negociação em que as “elites políticas” atuam com a função de orientar a opinião pública em direção aos objetivos nacionais. Para que isso ocorra, é necessário que seja estabelecida uma “doutrina política”. E para pôr em prática essa doutrina, é necessário o estabelecimento com sucesso de uma “ideologia política” que se torne dominante, ou seja, que se assente na “tradição histórico-cultural” e que influencie o comportamento social em torno da solidez da doutrina política em direção aos “objetivos nacionais”.

Na visão da doutrina de segurança nacional, a ideologia dominante deve ser capaz de manter a coordenação entre “a ordem do ser” e a “ordem do dever ser”. Essa coordenação é que seria capaz de manter a estabilidade de uma sociedade. O respeito e obediência “aos costumes e valores naturalmente estabelecidos” constitui a ideal “cultura política” pela qual a população dá resposta aos conflitos, se organiza e escolhe seus dirigentes (Lentz, 2019).

Conforme define o mesmo autor,

> “natureza humana, organização social e poder político exprimem o núcleo duro do pensamento político dos militares brasileiros, a partir da doutrina da ESG. É partindo dessas premissas sobre o ser humano e as instituições que são formulados o núcleo político desse pensamento: uma ideologia nacional para o Brasil” (Lentz, 2019).

Sinteticamente, portanto, a concepção pela qual a grande maioria dos militares brasileiros em atividade na ditadura militar de 1964 e também no governo de Jair Bolsonaro pensam o país, é baseado na ideia de uma nação única, que deve se organizar em torno de uma ordem baseada em valores “naturalmente” atribuídos, os quais vão levar aos “objetivos nacionais” definidos e ao bem-comum traduzidos na segurança e no

desenvolvimento. Essa nação deve ser influenciada por uma elite política, responsável pela conformação de uma ideologia dominante que apoia a condução da nação pelo governo e suas instituições centrais de Estado. Com o objetivo de construir ou influenciar esse projeto é que se constrói a doutrina e a ideologia de segurança nacional, que se constitui em:

> Um conjunto de ideias destinadas à ação política, que cuidam tanto dos fins quanto dos meios, conformada para o Brasil. Nela a história nacional e internacional é interpretada com as lentes ideológicas do núcleo duro, objetivos, políticas e estratégias são definidas. Também são delimitados os campos de atuação e a caracterização do poder nacional (Lentz, 2019).

No objetivo de demarcar as características nacionais para que assim fosse possível planejar a efetivação da doutrina como plano de ação política no Brasil, pois é disso que se trata, o manual expõe a ótica sob a qual enxerga a essência da sociedade brasileira. Segundo Rodrigo Lentz, a doutrina considera que a "identidade nacional" brasileira é constituída por: um individualismo "decorrente da diversidade de tipos étnicos, do tipo de colonização e da herança patriarcal"; adaptabilidade ou "facilidade em assimilar outras culturas" por conta da "passividade do negro" e do "espírito de unidade do índio"; capacidade de improvisação e aversão a soluções longas; pacifismo e tendência à conciliação; cordialidade e uma emotividade intensas (Lentz, 2019). Além disso, a doutrina considera que as elites políticas são as grandes protagonistas da história do país, por terem sido "responsáveis" pelo abolicionismo, independência e república, "sem engajamento popular", movimentos os quais teriam existido sem "opressão, violência ou exploração". Essa elite seria constituída por grupos políticos, religiosos, culturais e militares, que teriam "uma visão mais elaborada dos autênticos interesses nacionais" (Brasil, 1983 *apud* Lentz, 2019).

É a partir destes pressupostos sobre a história brasileira que a doutrina estabelece os "Objetivos Fundamentais", descrito no Volume III do Manual, publicado já durante o período democrático em 2009, como "Objetivos Nacionais (ON) que, voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da Nação e preservação de sua identidade, subsistem por longo tempo" (Brasil, 2009). Nos dois primeiros volumes do Manual, analisados por Rodrigo Lentz, a definição desses objetivos é analisada de forma um pouco diferente da qual aparece expressa na versão de 2009. Mas a lista destes objetivos é a mesma:

- Democracia: Segundo Lentz, nas primeiras versões do manual esse objetivo é encarado com uma “vocação histórica” colocada em prática pela nação brasileira desde a Independência, que só teria sido abalada pela ameaça do “totalitarismo alienígena” - o comunismo - que teria sido derrotada em 1964. Já no manual de 2009, este objetivo é condizente com a noção esperada do regime democrático atual, de previsão de direitos iguais e combate a preconceitos, em acordo com o texto constitucional de 1988.
- Integração Nacional: este objetivo, em todos os casos, busca suprimir desigualdades e vai de encontro com o objetivo de paz social, buscando preservar “valores nacionais” e a prática de solidariedade entre os cidadãos.
- Integridade do Patrimônio Nacional: trata de identidade nacional, englobando território, sendo que a partir da versão de 1983 foi incluída a defesa contra “invasão indireta” e na versão de 2009, inclui-se a preservação do meio ambiente contra a “exploração predatória”.
- Progresso: de forma mais genérica nas primeiras versões, em 2009 é detalhado como uma perspectiva de “evolucionismo” e desenvolvimento social geral, incluindo o crescimento econômico e superação de desigualdades sociais.
- Paz social: reforça o conceito de conciliação acima do conflito como forma de superação - ou negação - de desigualdades e lutas de classes. Usam a expressão “harmonia” como qualidade objetiva.
- Soberania: prevalência do poder estatal sobre outros poderes e a inadmissibilidade de intervenção estrangeiras no território nacional e em assuntos internos.

Essa relação está de acordo também com o que afirma Bruziguessi (2014) quando discorre que a DSN é constituída por quatro conceitos principais: “os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional”, e os objetivos a que se refere são justamente os cinco elencados acima e, segundo ele, a ameaça da ideologia comunista se dá justamente sobre a unidade desses objetivos, pois essa ideologia seria “autoritária, expansionista, imperialista, que fomenta a guerra, o conflito e a submissão” (Bruziguessi, 2014)

Além disso, segundo Trevisan (2005), a DSN considerava que o comunismo, enquanto inimigo interno, era capaz de manipular as tensões sociais, “próprias do estágio

de desenvolvimento de um país como o Brasil" e isso se devia: ao despreparo e ineficiência das elites políticas que deveriam influenciar a opinião pública corretamente; à inadequação das estruturas políticas e instituições para encaminhar o desenvolvimento econômico e segurança nacional, binômio fundamental na visão militar; à "ingenuidade política e característica do povo brasileiro" e à infiltração do movimento comunista internacional em "todas as áreas, setores e instituições sociais", o que caracteriza uma "agressão interna" (Trevisan, 2005). E por isso é que seria necessária a adoção da Segurança Nacional, que vai além de uma simples estratégia militar, como forma de conter a "manipulação" e derrotar o "comunismo".

Ao construir essa espécie de "teoria dos conflitos", o Manual vai se debruçar sobre o conceito de "guerra contemporânea", diferente da noção de guerra absoluta pois não se baseia na necessária eliminação completa e direta do inimigo em campo de batalha. Essa "guerra contemporânea" é variada entre a "guerra revolucionária", entendida pela doutrina como "sinônimo de comunista" (Brasil, 1983 *apud* Lentz, 2019) e "guerra de insurgência", ligada à luta anticolonialista. Na Lei de Segurança Nacional de 1969, formulada por Golbery do Couto e Silva e implantada pela ditadura, a guerra revolucionária iria ser descrita como: "o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contrôle progressivo da Nação." (Brasil, 1969)

O combate à guerra revolucionária traz implicações ao campo ideológico e psicológico, levando a preocupação da doutrina a um outro patamar em relação a este antagonismo. A superação de uma guerra revolucionária comunista, que ameaça os objetivos nacionais permanentes, engloba elementos como "informação, tecnologia, imprensa, opinião pública, comunicação social, religião, escola, sindicatos e meios estudantis" (Lentz, 2019), assim como pode comprometer a "ordem pública" individual e comunitária. Para este enfrentamento, portanto, o Manual propõe que sejam necessárias ações de "segurança pública" para garantir a ordem e também de "defesa pública", que devem "disciplinar o comportamento da sociedade" (Lentz, 2019). O combate à ameaça comunista é destacada como uma sobreposição entre assuntos de ordem pública e também de segurança pública, pois nesse caso, a "luta ideológica, explorando contradições e vulnerabilidades internas e advogando soluções radicais, debilita a segurança no âmago das comunidades" (Brasil, 1983 *apud* Lentz, 2019). Além disso, o fato do contexto trazer a dimensão "externa" da influência comunista, coloca a segurança externa também em questão para lidar com essa ameaça. Essa ampla sobreposição e

soma de formas e esferas de “segurança e defesa” é o que compõe, segundo os manuais, a “segurança nacional” (Lentz, 2019).

> Essa configuração de segurança nacional, muito mais abrangente do que defesa nacional, tem impactos no exercício de liberdades políticas, especialmente pela oposição. Isso porque práticas políticas de contestação democrática podem potencialmente representar essa ameaça, ainda que não sejam inicialmente assim reconhecidas (Lentz, 2019).

Bruziguessi (2014) reforça que a DSN foi posta em um contexto de absoluta guerra, onde a legalidade e os direitos constitucionais poderiam ser sobrepujados de acordo com os interesses dominantes e ocultos sob a ideologia da Segurança Nacional. Na medida em que a existência da ideologia comunista representava uma ameaça direta aos “objetivos nacionais” e essa ameaça se manifestava em todas as esferas de poder da sociedade, toda e qualquer medida era necessária e aceitável para contê-la. A partir da aplicação da DSN, portanto, o Estado brasileiro tornou legítimo o uso de meios constitucionais, inconstitucionais ou “constitucionalizou” meios para reprimir organizações ou movimentos que pudessem representar uma adesão à ideologia que representava ameaça aos objetivos nacionais.

> Deve existir, nesta visão autoritária, uma associação do Poder Nacional com o Estado, sendo que este seria submetido a uma vontade nacional, expressão da vontade unificada de toda a sociedade/nação, sem conflitos de interesse, nem divergências. A justificativa para a ação em todos estes campos seria que o comunismo age em todas estas instâncias de poder, por isso a necessidade de equiparar as formas anticomunistas de ação em todos estes âmbitos, especialmente no sentido de antecipar levantes populares e revoltas, [...] antes que tomem uma forma mais orgânica de questionamento da ordem capitalista (Bruziguessi, 2014).

As práticas de aplicabilidade da ideologia de segurança nacional para alcançar então seus objetivos, segundo Bruziguessi, vão além da atuação da instituição militar direta. Na medida em que se instala no poder e compreendendo a necessidade de atuação enquanto “guerra total”, “não há diferenciação entre atividades militares e civis [...] Toda população nacional deve se envolver, desta forma, com a Segurança Nacional” (Bruziguessi, 2014).

Os institutos IPES/IBAD foram fundamentais nessa tarefa, ao criar uma rede entre militares e civis, caracterizando e justificando o golpe, que não por acaso é conhecido por ser “civil-militar”.

> “Em fevereiro de 1962, fundou-se o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um think tank de direita cuja ação foi fundamental para a criação de uma atmosfera favorável à intervenção militar: a pregação anticomunista, sempre em tom catastrófico, caracterizou o material produzido pelo IPES. [...] O diretor do IPES foi ninguém menos que o general Golbery do Couto e Silva. Ele só deixou o posto para assumir a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pouco depois do golpe, no dia 13 de junho de 1964. [...] A dobradinha civil-militar foi decisiva na desestabilização do governo João Goulart e, sobretudo, na articulação do golpe militar.” (Castro Rocha, 2021)

Apoiados não só em interesses de origem militar, mas também das burguesias nacionais e do capital internacional. Tais instituições “apoiavam economicamente jornais e revistas que ofereciam seus serviços no sentido de desgastar a imagem do presidente João Goulart (1961-1964) e suas reformas de base, associando-o ao comunismo soviético” (Bruziguessi, 2014).

A Doutrina de Segurança Nacional é aplicada, então, pelo Estado brasileiro enquanto governo, a partir do golpe de 1964. Bruziguessi (2014) afirma que os Atos Institucionais são exemplos da materialização da DSN durante a ditadura, assim como a Lei de Segurança Nacional, implantada em 1969 e elaborada pelo mesmo general Golbery do Couto e Silva, militar que desenvolveu o pensamento militar brasileiro sobre geopolítica com base em preceitos presentes também na ideologia de segurança nacional e que foi diretor do citado IPES e também chefe do SNI a partir do Golpe. “Destaque-se, nesse contexto, um dado significativo: “Até 1979 passaram pelo Curso Superior de Guerra 2.365 pessoas, sendo 1.334 civis, 561 do Exército, 249 da Marinha e 221 da Aeronáutica” (Castro Rocha, 2021)

O primeiro ato institucional, publicado em 9 de abril de 1964, traz em seu cabeçalho a seguinte frase:

> O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. (Brasil, 1964)

Revelando expressamente o caráter anticomunista do golpe e do governo que se inicia, que se define pelo combate à “bolchevização”. Alem disso, o Ato nº 1 também dava legitimidade ao regime autoritário que iniciava, permitindo a abertura de inquéritos pela

“prática de guerra revolucionária” (Art. 8º), além de “sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos” (Brasil, 1964).

O segundo ato, alem de decretar eleições indiretas para a presidência e vice-presidência, exprime diretamente a ideia de nação única em seu segundo item: “[é uma autêntica revolução] ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação” (Brasil, 1965). Além disso, inclui como responsabilidade da Justiça Militar os crimes, mesmo que cometidos por civis, “contra a segurança nacional ou as instituições militares”, assim como “competem à Justiça Militar o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1802/53 (Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências)” (Brasil, 1965). O segundo ato também restringe a liberdade de manifestação, adicionando a não tolerância de “propaganda de guerra” e de “subversão da ordem”, e no Art. 18: extingue os “atuais Partidos Políticos” e cancela “os respectivos registros”, além de excluir os atos do governo de apreciação judicial. Por fim, abre a permissão para que o Presidente baixe decretos sobre “matéria de segurança nacional”, como por exemplo a decretação de recesso do Congresso Nacional.

Em 20 de outubro de 1966 é publicado ato complementar que decreta o recesso do Congresso Nacional por um mês, “até o dia 22 de novembro de 1966”, neste período, em 15 de novembro, são realizadas eleições legislativas, nas quais foram eleitos 67,2% de candidatos do partido de sustentação da ditadura, o ARENA, o que garantiu o controle do governo militar sobre o Congresso mesmo após sua reabertura.

O terceiro ato instituiu as eleições indiretas também para os cargos executivos dos Estados e dá aos governadores o poder de nomear os prefeitos das capitais, se anuidos pelas Assembléias. Assim, mantiveram-se eleições diretas apenas para prefeituras de municípios não-capitais. E o quarto ato convoca os congressistas para a votação de um novo projeto constitucional, a ser apresentado pela Presidência da República, “uniforme e harmônica, [que] represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução” (Brasil, 1966).

Após a promulgação da nova constituição pelo Ato Institucional nº 4 (7 de dezembro de 1966), que basicamente agregou os atos anteriores, o governo militar, presidido em 1968 por Arthur da Costa e Silva publica o Ato Institucional nº5, conhecido como o mais autoritário dos 17 atos institucionais da ditadura militar. Assinaram o

documento, além do presidente Costa e Silva, mais 16 pessoas, entre eles, o coronel Jarbas Passarinho. Neste ato, o Presidente é expressamente autorizado a fechar o Congresso Nacional pelo tempo que desejar, a intervir nos Estados sem limitações, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão e cassar quaisquer mandatos de qualquer esfera, sendo que a suspensão poderia ser estendida a qualquer outro direito, demitir qualquer funcionário público, decretar e prorrogar estado de sítio. Além disso, o direito de *habeas corpus* foi suspenso e todas as ações praticadas em nome do AI-5 e de seus atos complementares ficaram excluídas de apreciação judicial. Todas essas medidas foram tomadas sob a justificativa de que estavam ocorrendo "processos subversivos e de guerra revolucionária", o que obrigava o Exército a agir, "considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição" (Brasil, 1968).

A publicação do AI-5 marca o início dos chamados "anos de chumbo" da ditadura militar, os quais viriam a ser intensificados pela publicação da Lei de Segurança Nacional de 1969. Essa Lei, publicada através do Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969, já se iniciava colocando em prática uma das premissas necessárias, na visão da DSN expressa nos Manuais da ESG, para o controle da ameaça comunista contra os objetivos nacionais.

Em sequência, seus artigos montam uma argumentação que parece ter sido retirada diretamente da explanação realizadas pelos Manuais e pelas análises realizadas sobre a DSN, por isso transcrevo seus tópicos em redação contínua a seguir, transformando o texto truncado da lei numa argumentação corrida, efeito que apresenta a LSN como uma espécie de argumentação que define a aplicação prática da DSN: "Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional" e a segurança nacional é "a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos." "A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva" e " diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país." "A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou

amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.” e “A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.” A Lei de Segurança Nacional, portanto, “ se aplica, sem prejuízo de convenções, tratados e regras, de direito internacional, aos crimes cometidos, no todo ou em parte, em território nacional, ou que nele, embora parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado” (Brasil, 1969).

Em seguida, a lei lista os crimes e suas penas. Todos os crimes previstos nesta lei são inafiançáveis e “ficam sujeitos ao foro militar”, mesmo cometidos por civis e durante as investigações, o indiciado pode ser mantido preso e incomunicável.

Como já explicitado, a lei de segurança nacional, como se espera, é baseada na repreensão ao que possa ameaçar os “objetivos nacionais” determinados pela DSN e pela ideologia de segurança nacional, sendo assim, destaco alguns dos crimes listados, indicando a variação de pena da mínima para a máxima, que atingem diretamente os “objetivos nacionais” da DSN, a fim de exemplificar sua materialização:

- “Art. 14. Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional”. Pena: prisão de 6 meses a 24 anos. Crime que fere os objetivos de Integração Nacional e Paz Social.
- “Art. 16. Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas”. Pena: de 6 meses a 5 anos de prisão. Crime que fere os objetivos de Paz Social e Integração Nacional.
- “Art. 25. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva”. Pena: prisão de 5 anos a pena de morte. Crime que fere os objetivos de Democracia, Integração Nacional e Paz Social.
- “Art. 29. Impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado ou executados mediante concessão, autorização ou permissão”. Pena: prisão de 8 anos a pena de morte. Crime que fere os objetivos de Progresso, Paz Social e Integração Nacional.
- “Art. 34. Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social”. Pena: prisão de 2 a 6 anos. Crime que fere os objetivos de Paz Social e Integração Nacional.

- “Art. 41. Perturbar, mediante o emprêgo de vias de fato, ameaças, tumultos ou arruidos, sessões legislativas, judiciárias ou conferências internacionais, realizadas no Brasil”. Pena: prisão de 6 meses a pena de morte. Crime que fere os objetivos de Paz Social e Integração Nacional.
- “Art. 39. Incitar: I - A guerra ou à subversão da ordem político-social; II - A desobediência coletiva às leis; III - A animosidade entre as Fôrças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV - A luta pela violência entre as classes sociais; V - A paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais; VI - Ao ódio ou à discriminação racial”. Pena: prisão de 10 anos a pena de morte. Crime que fere os objetivos de Democracia, Paz Social e Integração Nacional.
- “Art. 43. Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso”. Pena: prisão de 2 a 5 anos. Crime que fere os objetivos de Paz Social e Integração Nacional.
- “Art. 44. Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público”. Pena: prisão de 2 a 4 anos. Crime que fere os objetivos de Paz Social e Integridade do Patrimônio Nacional.
- “Art. 45. Fazer propaganda subversiva: I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino; III - Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata; IV - Realizando greve proibida; V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido fôr órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições; VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores”. Pena: prisão de 1 a 4 anos. Crime que fere os objetivos de Paz Social, Integração Nacional e Integridade do Patrimônio Nacional.

A Lei de Segurança Nacional de 1969 passou por diversas modificações até ser revogada finalmente em 2021[45]. A lista acima, com base na LSN original, exemplifica a elaboração de um verdadeiro código penal baseado nos objetivos nacionais elencados pela DSN brasileira. Evidentemente, a execução desta lei se propunha não só a criar obstáculos à organização política de oposição, mas também criar e fomentar a "ideologia dominante" na sociedade brasileira que condenava as movimentações subversivas e populares e exaltava as instituições, principalmente as Forças Armadas e condenava os movimentos sociais, a esquerda e o principal inimigo da DSN àquela altura, o comunismo. "Desta forma, a DSN, entre as demais características já apontadas neste trabalho, exercerá a função ideológica que fundamentará toda a sociabilidade conservadora no Brasil (Bruziguessi, 2014). Se a ideologia de segurança nacional, através das leis e da propaganda estatal era espalhada pela população, no interior das academias militares ela moldava o ideário dos jovens oficiais. Entre eles, Jair Messias Bolsonaro.

A perene autoridade militar sobre o Estado brasileiro

> O general Geisel, no uniforme de presidente, começou a desmontar os órgãos de repressão — afinal, os grupos armados da esquerda revolucionária haviam sido dizimados. A guerrilha urbana estava desbaratada e o único foco rural importante, a guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB, foi exterminado em outubro de 1974 (Castro Rocha, 2021).

A ditadura perde força nos anos 1980, mas não é derrubada de forma contundente, sendo realizada uma transição "lenta e gradual" e suas práticas não são oficialmente

[45] Em 1978, durante o governo de Ernesto Geisel - no qual iniciou-se o processo de abertura lenta e gradual - foram retiradas as penas de prisão perpétua e de morte, também atenuando-se o tempo de prisão das penas previstas. Em 1983, no governo de João Batista Figueiredo, a lei é reformulada, retirando-se características da DSN, como o Art. 1º, que antes previa a responsabilidade de toda sociedade na garantia da Segurança Nacional, o que é um elemento constituinte da "guerra total", e agora apenas definia a previsão da lei contra crimes que lesam o território, regime democrático e Estado de Direito. A revogação de fato da LSN só se dá em 2021, durante o governo Jair Bolsonaro, por iniciativa do deputado Hélio Bicudo (PT) em Projeto de Lei (n° 2108, de 2021) que previa, entre outras coisas, a retirada de itens incompatíveis com o Estado Democrático de Direito e a reformulação da lei para retirar o nome de Segurança Nacional, além de acrescentar dispositivos que penalizam a disseminação de notícias e informações falsas, inclusive por meios virtuais. Este último dispositivo foi vetado pela presidente ao sancionar o projeto. O PL 2108/2021 na íntegra está disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8978408&ts=1654270108055&disposition=inline> Já a Lei nº 14.197/2021, sancionada por Bolsonaro, está disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/34803754/publicacao/34806751 Os acessos foram realizados em 4 mar 2024.

condenadas. O último presidente militar foi o General João Batista Figueiredo (1979-1985), que terminou seu mandato em um plebiscito convocado após a eclosão das manifestações das “Diretas Já”, que exigiam as eleições diretas para presidente. A reabertura “lenta e gradual” manteve intactas diversas estruturas que sustentavam o Estado autoritário, como a própria Lei de Segurança Nacional e o “acordo” estabelecido que previa a Anistia geral também aos militares, o que garantiu uma transição sem uma ruptura efetiva do poder militar sobre o Estado brasileiro. “A própria abertura política brasileira instigou um processo lento e gradual, que teve início com o governo Geisel (1974-1979) consumando-se com a retirada militar apenas em 1985 e com eleições diretas apenas em 1989” (Oliveira, 2019).

Apesar da reabertura política já em andamento, militares da “linha dura” das forças armadas eram contrários à reabertura e organizaram diversos atentados a bomba com o objetivo de culpar movimentos de esquerda e convencer a opinião pública de que era necessário a continuidade da ditadura para conter o “terrorismo”.

> A “comunidade de informações”, braço operacional da linha dura das Forças Armadas, responsável pela repressão direta, espionagem e infiltração em grupos guerrilheiros, torturas e execuções de adversários, não aceitou sem resistência a nova orientação do regime. E organizou um ativo e preocupante “terrorismo de direita” com a finalidade de interromper o processo de abertura (Castro Rocha, 2021).

Mas o último atentado ocorreu em 1º de Maio de 1981, quando uma bomba explodiu ainda no colo de um sargento do Exército, que morreu. A bomba ainda feriu gravemente o motorista do carro em que estavam, um capitão do exército, no estacionamento do centro de convenções Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, onde dezenas de milhares de pessoas estavam reunidas. “O Atentado do Riocentro”, como ficou conhecido o caso, apenas favoreceu o processo de abertura.

> Os dois militares eram agentes do DOI-Codi do 1° Exército e planejavam detonar o artefato no auditório do pavilhão, no qual 20 mil pessoas assistiam ao show comemorativo do 1° de Maio. O objetivo era criar pânico na plateia e responsabilizar um grupo de esquerda pelo atentado.[46]

No ano seguinte, após quase 20 anos, foram realizadas eleições diretas para os governos estaduais, o que fortaleceu os movimentos que pediam eleições diretas para

[46] “Bomba no Riocentro implode terror militar” Memorial da Democracia [online]. s/d Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/bomba-no-riocentro-implode-terror-militar. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

Presidente da República. Em 1983, a campanha pelas “Diretas Já” tomou as ruas, mas o primeiro presidente civil da redemocratização ainda foi eleito de forma indireta. Tancredo Neves foi eleito, mas faleceu antes de assumir, sendo José Sarney o primeiro presidente civil após o golpe. O governo de José Sarney, iniciado em 1985, parece ser mais um “grande acordo” da história política brasileira. Após um processo eleitoral ainda indireto, “desconsiderando e rejeitando as grandes mobilizações populares que se deram entre 1983 e 1984 em torno da campanha conhecida como Diretas Já” (Oliveira, 2019), o que devia ser um pontapé para a democracia, já se inicia contrariando o processo democrático, sem que isso tenha sido devidamente debatido.

> A própria ascensão de José Sarney (PMDB) à presidência foi revestida de aspectos raros e controversos que passaram despercebidos e foram ocultados do debate público junto à sociedade brasileira. Já não bastasse o caráter pactuado e negociado desta transição que se ocupou, primeiramente, de assegurar a lei de anistia, evitando a responsabilização, julgamento e punição dos militares, argumenta-se que o então novo presidente civil não poderia ter sido nem mesmo empossado. Sarney era vice de Tancredo Neves que faleceu antes mesmo de sua posse, logo o vice-presidente também não teria sido empossado como tal, não podendo assumir a presidência (Oliveira, 2019).

Apesar disso, este foi o primeiro governo chefiado por um civil após 21 anos de ditadura e expressou uma “conciliação” entre os interesses da sociedade civil que ansiava por modernização e democracia, mas representada por uma elite política com outras prioridades e as Forças Armadas, que continuariam presentes nas esferas de poder e garantiriam a manutenção de privilégios, nunca abandonando um lugar de vigilância em relação à ordem social, tornando-se, inclusive, força policial em certos momentos, através de Decretos de “GLO - Garantia da Lei e da Ordem”, dispositivo que se manteve previsto na Constituição e foi diversas vezes utilizado pelas forças pró-militares para exaltar as forças armadas como suposto “poder moderador”. “No Brasil de 1988, os políticos optaram por não questionar devidamente o legado autoritário do regime militar” (Zaverucha, 2010).

Os crimes cometidos pelos torturadores ficaram impunes e os 21 anos de ditadura foram “jogados para debaixo do tapete”, como bem esperavam as forças auxiliares como a burguesia nacional, parte civil do golpe e os interesses estadunidenses, os quais continuariam influenciando os rumos brasileiros. Essa “não-ruptura” do país com o regime autoritário permitiu que a influência da ideologia da DSN fosse mantida em grande escala não só nas Forças Armadas e no Estado brasileiro, mas na própria sociedade. Foram

mais de duas décadas de campanha constante de implantação desta doutrina e pouco se fez para desacreditá-la após a redemocratização. A Lei da Anistia (nº 6.683/1979) devolveu direitos políticos, permitiu o retorno de exilados e inocentou diversos presos da ditadura. Entretanto, também anistiou torturadores e militares que comandaram os aparelhos de repressão no período ditatorial.

Com palavras “bem articuladas”, a lei garantia que torturadores e mandantes não fossem excluídos da anistia. “O período foi cuidadosamente escolhido, recuando a disposição legal para os tempos turbulentos, posteriores à renúncia de Jânio Quadros. Desse modo, as articulações golpistas também seriam escudadas contra futuros processos” (Castro Rocha, 2021). Dessa forma, 21 anos de ditadura foram legalmente “esquecidos” e institucionalmente pouco se fez para lidar com o autoritarismo daquele período.

> Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
>
> § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.
>
> § 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal (Brasil, 1979).

Novas iniciativas sobre a ditadura, que eram muito reivindicadas por partidos e movimentos de esquerda, famílias de desaparecidos e vítimas do regime, só ocorreram a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade - CNV, em 2011, durante o Governo Dilma Rousseff.

A confirmação desta nova ordem democrática, mas com todos os resquícios ditatoriais e de autoridade das Forças Armadas se dá na promulgação da Constituição de 1988, que se por um lado é mundialmente reconhecida pela instituição de direitos fundamentais e universais aos cidadãos, também coloca as mesmas forças armadas que agiram contra esses direitos como defensores da pátria e garantidores dos poderes da república, aos quais as mesmas deveriam se submeter. “O artigo 142 diz que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por

iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Mas, logicamente, como é possível se submeter e garantir algo simultaneamente?" (Zaverucha, 2010).

As continuidades da DSN acompanham a permanência das Forças Armadas como pretensas "vigilantes" da democracia brasileira. Zaverucha se debruça sobre a presença militar na república brasileira mesmo após a ditadura, e inclusive no controle da escrita da Constituição de 1988.

> A nova Constituição descentralizou poderes e estipulou importantes benefícios sociais similares às democracias mais avançadas. No entanto, uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969. Refiro-me às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral (Zaverucha, 2010).

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC), formada pelos deputados e senadores eleitos nas eleições de 1986, era composta por 13 partidos[47], incluindo o PDS, antigo ARENA, de sustentação da ditadura militar, o PMDB, único partido de oposição permitido durante a ditadura e os recém-fundados PDT e PT, além do refundado PTB, formando os 5 com mais representantes eleitos, sendo o PMDB o com maior número e do qual fazia parte o presidente da ANC, Ulysses Guimarães (autor da célebre frase na promulgação: "Temos ódio à ditadura! Ódio e nojo!"). Para escrever a constituição, a Assembleia foi dividida em comissões e subcomissões, sendo oito comissões temáticas e uma Comissão de Sistematização, com cada comissão subdividida em 3 subcomissões. Entre elas a:

> Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições [que] se encarregou dos capítulos ligados às Forças Armadas e à segurança pública. Era presidida pelo senador Jarbas Passarinho, coronel da reserva, que serviu como ministro nos governos dos generais Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Foi um dos signatários, em 1968, do Ato Institucional no 5 que fechou o Congresso, inaugurando um dos períodos mais autoritários da história brasileira. A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança teve como porta-voz o deputado Ricardo Fiúza, um dos líderes da coalizão conservadora da Constituinte popularmente conhecida por "Centrão". Fiúza confessou que seus conhecimentos sobre assuntos militares eram similares ao seu entendimento sobre mecânica de automóveis: nenhum. Não obstante, apoiou firmemente as demandas militares nos debates constitucionais (Zaverucha, 2010).

[47] Em julho de 1988 incorpora-se o PSDB, a partir de sua fundação e da migração de parlamentares constituintes para seus quadros.

A subcomissão encabeçada por Fiúza organizou oito sessões públicas e estas sessões contavam com uma configuração de integrantes que favorecia e muito os militares, pois era composta por 28 convidados, entre eles 5 professores da ESG, 5 oficiais da Polícia Militar, um oficial do Corpo de Bombeiros Militar, 4 representantes do Conselho de Segurança Nacional, órgão criado pela LSN de 1969, 2 generais da reserva do Exército e 5 representantes do Estado-Maior do Exército (Zaverucha, 2010). Era clara a influência desequilibrada das Forças Armadas no capítulo dedicado a definir seus limites de atuação e funções dentro do novo regime constitucional.

> Dentre as propostas desconsideradas pela referida subcomissão, encontrava-se a abolição do Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas extensões, as Divisões de Segurança Interna (DSI), que operavam dentro de ministérios, universidades e empresas estatais, e as Assessorias de Segurança Interna (ASI), usadas para identificar as pessoas consideradas politicamente inconfiáveis. Esta ampla rede de espionagem era apoiada pela Agência Central do SNI. O SNI foi criado no dia 13 de junho de 1964, logo após o golpe. Inicialmente, o seu diretor-geral deveria ser aprovado pelo Congresso. No entanto, esta cláusula foi continuamente desrespeitada. A Constituição de 1988 não restabeleceu o direito do Senado de aprovar o diretor-geral do SNI, nem aprovou uma lei que explicitamente estabelecesse um controle congressual sobre as atividades dos diversos serviços de inteligência existentes no Brasil (Zaverucha, 2010).

A Constituição “cidadã” permitiu, portanto, que as Forças Armadas continuassem exercendo a função de “vigilantes” da democracia brasileira, complementada pela função “garantidora da ordem”. A ordem que é um conceito subjetivo, pois não há dispositivo constitucional que defina o que é, objetivamente, uma violação à “ordem”.

> Na prática, termina cabendo às Forças Armadas decidir quando houve violação da lei e da ordem. E quem as violou. E o que é mais grave: basta determinada ordem do Executivo ser considerada ofensiva à lei e à ordem, para que os militares possam constitucionalmente não respeitá-la. Mesmo sendo o presidente da República o comandante em chefe das Forças Armadas (Zaverucha, 2010).

A continuidade da ingerência militar sobre o Estado brasileiro significa, também, a continuidade da Doutrina de Segurança Nacional, não só no interior dos quartéis, mas no pano de fundo dos acontecimentos políticos. A democracia brasileira se equilibra sobre a corda bamba da estabilidade, enquanto os “objetivos nacionais” não são ameaçados. Durante os anos da Nova República, a normalidade democrática dependeu de não contrariar os militares, principalmente durante governos da esquerda.

Em 2018, entretanto, um militar voltou à Presidência da República após processos conturbados que deram fim a uma estabilidade de 22 anos durante a qual PT e PSDB se revezavam no poder. Desta vez, entretanto, o presidente formado nas academias militares já não usava farda há décadas e sua eleição foi realizada por voto popular.

Capítulo 3: O Que Há de DSN em Jair Bolsonaro?

> De imediato, assinalo a convergência, essa sim propriamente brasileira, entre três fatores cuja inter-relação produziu a anomia-Brasil do governo Bolsonaro: pulsão antissistêmica, anticomunismo de almanaque da Guerra Fria e revisionismo histórico do período de chumbo da ditadura militar (Castro Rocha, 2021).

Nascido em Glicério, no interior de São Paulo, Jair Messias Bolsonaro cresceu em Eldorado Paulista, cidade do Vale do Ribeira, no mesmo Estado. A região do Vale do Ribeira é uma área de grande extensão, com cerca de 2 milhões de hectares entre o sul do Estado de São Paulo e o leste do Paraná. O Vale do Ribeira abriga grande quantidade de mata atlântica preservada, considerada a maior área contínua de um ecossistema do Brasil. Suas florestas abrigam importantes comunidades indígenas que concentram cerca de 400 indivíduos em 10 comunidades guarani dos povos Mbyá e Ñandeva, cerca de 80 comunidades caiçaras e 9 comunidades quilombolas, além de uma rica e preservada biodiversidade[48]. A região é marcada por conflitos territoriais, com a constante invasão dos territórios indígenas e quilombolas por posseiros e grileiros, além de conflitos envolvendo a demarcação de reservas naturais em terras antes ocupadas por comunidades tradicionais. Segundo a organização Quilombos do Ribeira, das 32 comunidades reconhecidas, apenas 6 possuem títulos de propriedade dos seus territórios[49]. Foi em Eldorado Paulista que Bolsonaro visitou uma comunidade quilombola, sobre a qual proferiu a frase que ficou famosa por ser motivo de denúncia de racismo contra ele[50]. Em palestra realizada no Clube Hebraica no Rio de Janeiro de 3 de abril de 2017, o então deputado federal disse:

> O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas, não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano gastaram com eles. Recebem cesta básica e mais material e equipamentos agrícolas. E se você vai em Eldorado Paulista você compra arame farpado, você compra enxada, pá, picareta, por metade do preço

---

[48] "Vale do Ribeira" Quilombos do Ribeira: Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira [online] Disponível em: https://www.quilombosdoribeira.org.br/vale-do-ribeira Acesso em: 25 fev 2024.

[49] "A luta pela terra" Quilombos do Ribeira: Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira [online] Disponível em: https://www.quilombosdoribeira.org.br/luta. Acesso em: 25 fev 2024.

[50] Condenado a pagar multa de 50 mil reais em primeira instância, Bolsonaro recorreu e foi inocentado pela 8ª turma do TRF-2 com base na imunidade parlamentar. Fonte: G1. "Bolsonaro é inocentado de vez da acusação de racismo contra quilombolas" Jornal Nacional. [online] 8 jun 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/06/08/bolsonaro-e-inocentado-de-vez-da-acusacao-de-racismo-contra-quilombolas.ghtml Acesso em: 25 fev 2024.

> vendido em cidades vizinhas, por quê? Porque eles revendem tudo baratinho lá! Não querem nada com nada! (Nação Brasileira, 2017).

Em Eldorado Paulista, Bolsonaro passou sua adolescência dos 11 aos 18 anos e teve contato com partes fundamentais de sua construção ideológica. Foi lá que sua vida se cruzou com a de Carlos Lamarca, Carlos Lamarca, ex-militar que desertou do Exército e se tornou um dos guerrilheiros mais procurados da ditadura, líder do movimento Vanguarda dos Palmares, a VPR. Esse evento teria sido o início da simpatia de Bolsonaro pelo Exército e de sua aversão à esquerda, evidentemente reforçada pela DSN, seja enquanto cidadão que cresceu durante a ditadura, seja enquanto oficial militar nos anos 1970, formado sob a doutrina.

Segundo contam Bolsonaro e testemunhas (Fagundez, 2019)[51], em 8 de maio de 1970, Lamarca trocou tiros com policiais e militares na praça da cidade, mas conseguiu fugir. O atual presidente, na época com 15 anos, afirma que ofereceu ajuda aos policiais para encontrar o guerrilheiro, o que nunca foi comprovado. Morador de Eldorado e amigo de infância de Bolsonaro, Carlos de Melo Cunha diz que ele e os amigos eram simpáticos ao Exército e consideravam os comunistas como terroristas. Apesar de dias de busca no Vale do Ribeira, Lamarca não foi capturado ali. Mas a caçada ao guerrilheiro já havia se eternizado na memória do jovem Jair, que a partir de agora buscava o sonho de entrar para o Exército, além de ser Presidente da República. Se por um lado Bolsonaro encontrou o combate ao comunismo em Eldorado, também encontrou sua aversão pelas comunidades quilombolas. Contemporâneos do presidente, moradores da cidade compartilham do discurso de que as políticas de proteção ao território das comunidades são “privilégios”. (Fagundez, 2019) As experiências da adolescência de Bolsonaro foram fundamentais para os primeiros passos na sua construção ideológica.

Anos mais tarde, após completar a preparação na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) em Campinas-SP, Jair Bolsonaro iniciou sua carreira militar ao se formar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) de Resende-RJ em 1977, durante os anos de chumbo da ditadura militar.

Depois do Exército, ingressou na política como vereador, mas logo se elegeu deputado federal, em 1990. Durante os mais de 20 anos na Câmara, Bolsonaro sempre levantou pautas de interesse dos militares e das forças de segurança, frequentemente

---

[51]Informações também apoiadas pela série documental “Retrato Narrado”, 1ª temporada: “Bolsonaro”, publicada em formato podcast pela Revista Piauí em parceria com o Spotify. Disponível em: https://open.spotify.com/show/4jqpeAOzOKCLBg3Pc0eZ6j Acesso em 4 mar 2024

homenageando ex-policiais e exaltando o período da ditadura, prática que continuou nos mandatos de seus filhos. Além da atuação corporativa em defesa dos militares, nunca escondeu sua forte inclinação anticomunista e ultraconservadora, assumindo um discurso de fomento ao moralismo cristão e conservador, criticando movimentos e partidos que defendem direitos LGBTQIAP+ (Sigla que resume o movimento pela defesa do direitos da diversidade sexual, que engloba Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestir e Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e mais possíveis variações existentes), das mulheres, debates raciais, ambientais e de defesa dos direitos dos povos originários, não só no palanque da Câmara, mas em programas de TV, como o Superpop de Luciana Gimenez e Pânico na TV da RedeTV e no programa Custe o que Custar (CQC) da Rede Bandeirantes.[52] Bolsonaro era figura comum nestes programas como atração "polêmica", quase folclórica, por conta de suas posições indiscutivelmente homofóbicas, racistas, anticomunistas e em defesa de ditadores, o que lhe rendeu alta popularidade, tanto entre o progressismo que o divulgava com repúdio, quanto entre os conservadores que foram aos poucos construindo no deputado uma referência.

Bolsonaro foi militar da ativa até o ano de 1988, quando foi para a reserva com a patente de capitão, após ser preso por 15 dias num caso de indisciplina revelado por entrevista dele mesmo à Revista Veja, na qual relata que havia elaborado um plano para explodir bombas em protesto quanto aos baixos soldos. Após ser condenado por unanimidade em primeira instância, Bolsonaro foi absolvido pelo Supremo Tribunal Militar - STM em última instância[53].

No mesmo ano em que deixou a ativa, Jair Bolsonaro iniciou sua carreira política, sendo eleito vereador da capital fluminense pelo PDC – Partido Democrata Cristão (atual PSDC do sempre candidato Eymael). Em seu primeiro mandato, como nos seguintes, agiu em defesa de interesses de militares. Em 1990, foi eleito deputado federal pela primeira vez, também pelo PDC. Naquela época, já defendia pautas conservadoras e seguiria sendo eleito para a Câmara Federal por diversos partidos, entre eles o Partido Progressista (PP) em 1994, Partido Progressista Reformador (PPR) em 1998, Partido Progressista Brasileiro (PPB) em 2002 e novamente PP em 2006, 2010 e 2014. PPR e

---

[52] Stycer, Mauricio. "Qual foi o papel de CQC, Superpop e Pânico na popularização de Bolsonaro." UOL, TV e Famosos. 29 out 2018. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer/2018/10/29/qual-foi-o-papel-de-cqc-superpop-e-panico-na-popularizacao-de-bolsonaro/> Acesso em 4 mar 2024

[53] "O artigo em VEJA e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980" Revista Veja [online] 30 jul 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980. Acesso em 25 fev 2024.

PPB foram variações do PP, entre fusões e separações. Bolsonaro também passou por PTB (2003 a 2005), PFL (2005), PSC (2016 a 2018), foi eleito presidente em 2018 pelo PSL e em 2021 se filiou ao PL para concorrer à reeleição, partido do qual hoje é presidente de honra.

Em sua candidatura à presidência em 2018, se posicionava como *outsider* da cena política nacional, apesar de sua carreira política não ser nada recente. As condições nas quais ocorre a ascensão do bolsonarismo se assemelham às do surgimento da DSN.

> [A ascensão do bolsonarismo] Insere-se em um contexto internacional de reação a mutações percebidas como ameaças mortais a tradições, valores e costumes. Tais mutações constituem o cerne de um processo histórico que remonta os anos 1960 do século XX, quando se evidenciou a existência de uma grande revolução científico-tecnológica, que passou a subverter e a transformar, em profundidade, e em uma velocidade inaudita, a sociedade, a cultura, a política, a economia e os valores prevalecentes até então, sobretudo, mas não apenas, na área do capitalismo mais desenvolvido (Reis, 2020).

Sobre esse contexto, considero importante reiterar algumas características do campo político-institucional que vão ser muito presentes nos pronunciamentos bolsonaristas:

> a autonomização/"aristocratização" das instituições associadas à democracia representativa (políticas e jurídicas), conduzindo a um progressivo descrédito dos partidos políticos e sindicatos, sobretudo entre a juventude e as classes populares; a curva ascendente do desinteresse, do absenteísmo e de uma cultura política "cínica" baseada na desmoralização da mal chamada "classe política"; o uso pervasivo das mídias sociais no contexto das lutas e embates políticos, seja para propagandear as próprias propostas, seja para desmoralizar as dos adversários (*fake news*) (Reis, 2020).

Ao entrar para o Exército, encontraria novos elementos para essa construção e entre eles, a DSN. Ingressante em 1973 na AMAN, durante os anos de chumbo da ditadura, Bolsonaro se formou no cerne das Forças Armadas justamente durante o período de implantação da Doutrina de Segurança Nacional enquanto política de governo no Brasil. O militarismo, o armamentismo, a guerra ao "inimigo interno" seja ele "comunista", "traficante" ou "terrorista" são fatores constituintes de seus discursos e de sua atuação política, assim como suas referências dentro do próprio Exército, tal como o conhecido torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra e até seus ministros de Estado, os quais já eram parte da "linha dura" do Exército nos tempos de autoritarismo.

> Em 1977, o então ministro do Exército, Sílvio Frota, maior expoente da linha dura do regime militar, tentou emparedar o presidente Ernesto Geisel, a quem pretendia suceder e criticava por ser de 'centro-esquerda'. O embate entre o ministro do Exército e o presidente se arrastou até o dia 12 de outubro, quando Geisel exonerou Frota do comando do Exército. Sabemos o resultado do conflito: Sílvio Frota foi derrotado e o processo da abertura foi preservado pelo sucessor, João Baptista Figueiredo. O mais importante, porém, é recordar quem esteve ao lado do general Frota em sua aventura golpista: o jovem capitão Augusto Heleno, hoje ministro-chefe da Casa Civil; o abjeto torturador e coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, constantemente homenageado pelo presidente Bolsonaro e pelo vice-presidente Hamilton Mourão e cuja viúva foi recebida duas vezes pelo presidente Bolsonaro no Palácio do Planalto; por fim, o major Curió, "nome mais conhecido do grupo que havia pouco matara sessenta guerrilheiros nas matas do Pará", também recebido pelo presidente Bolsonaro no Palácio do Planalto. Major na época em que executou os guerrilheiros no Araguaia, foi reformado como coronel porque, como no caso de Ustra, o Exército não promoveu ao generalato oficiais que tiveram participação ativa nos porões da ditadura (Castro Rocha, 2021).

Ao analisar três momentos importantes na trajetória do presidente: suas respostas em entrevista ao The New York Times em 1993 por ocasião de declarações antidemocráticas na Câmara Federal; seu pronunciamento no discurso de posse, em 2019, logo após receber a faixa presidencial e seu discurso em ato em defesa de si mesmo em 2024, considero ser possível encontrar as semelhanças que citei, entre o ideário do ex-presidente e as características da Doutrina de Segurança Nacional debatidas no capítulo anterior.

Bolsonaro, assim como fazem, em geral, os líderes da "nova direita", conseguiu agregar demandas do cotidiano como a segurança pública, à pautas baseadas na moral cristã conservadora como a proibição do casamento igualitário, além de deixar claro a presença do anticomunismo da ideologia de segurança nacional. Além disso, na posição que ele mesmo se pôs de "outsider" da política, Bolsonaro se apresenta como uma alternativa "que não é mais do mesmo", o que, na visão de uma cidadania precarizada e descontente com os grupos políticos tradicionais, poderia representar finalmente uma solução a contínuas crises econômicas e políticas. "As palavras precariamente alinhadas pelo capitão reformado, numa sintaxe balança mas não cai, dá corpo a uma doutrina draconiana e a uma interpretação delirante da história brasileira: de um lado, a Doutrina

de Segurança Nacional (DSN), de outro, o Orvil[54]. Como se percebe, traços caracteristicamente brasileiros da guerra cultural bolsonarista (Castro Rocha, 2021).

The New York Times, 1993[55]

Brooke, J. “Conversations/Jair Bolsonaro; a soldier turned politician wants to give Brazil back to army rule” The New York Times, 25 jul 1993, s.4, p.7 Disponível em: https://www.nytimes.com/1993/07/25/weekinreview/conversations-jair-bolsonaro-soldier-turned-politician-wants-give-brazil-back.html Acesso em 4 mar 2024.

Em 1993, quando seu partido se fundiu ao PDS, gerando o PPR – Partido Progressista Reformador, o deputado federal concedeu uma entrevista a James Brooke, do jornal estadunidense The New York Times, sob o título “Um soldado que se tornou político quer levar o Brasil de volta à ditadura militar”. Essa entrevista é o primeiro conjunto de declarações na história de Bolsonaro que iremos analisar mais de perto.

A introdução da matéria já apresenta o desprezo de Bolsonaro pelas instituições democráticas: “Aplicando à política a ousadia que exibiu, o deputado Jair Bolsonaro mergulhou em território desconhecido há algumas semanas quando subiu ao púlpito da Câmara dos Deputados do Brasil e pediu o fechamento do Congresso”. Em seguida, a matéria apresenta as respostas do deputado sobre ser favorável ou não a um novo golpe: "’Sou a favor de uma ditadura’, bradou em um discurso que abalou um país que deixou para trás o regime militar apenas em 1985. ‘Nunca resolveremos problemas nacionais sérios com essa democracia irresponsável’". Somente com este trecho já podemos começar a notar influências da DSN em sua formação ideológica, com o desprezo pela política civil e a exaltação da capacidade das Forças Armadas em gerir o Estado brasileiro, tal como defendia Góes Monteiro.

A visão positiva do regime militar continua quando Bolsonaro diz que é sempre acompanhado por muitas pessoas nas ruas que o tratam como herói nacional, pois querem a volta do militarismo e sabem que o militarismo vai garantir qualidade de vida.

---

[54] Orvil é uma obra escrita pelo Centro de Informações do Exército (CIE), órgão ligado à espionagem do serviço de inteligência da ditadura militar. Esta obra foi escrita com o objetivo de contrapôr “Brasil Nunca Mais”, projeto de Dom Evaristo Arns que se propunha a mapear a situação de presos e desaparecidos políticos durante a ditadura e que depois resultou em um dos livros mais importantes e relevantes sobre o período no Brasil por demonstrar através de processos oficiais registrados pela própria justiça militar da ditadura, que a tortura era um método utilizado para obtenção de informações e ensinada à centenas de oficiais, como prática comum naquele período. Castro Rocha (2021) analisou o “Orvil” para destacar a presença do pensamento militar da ditadura nas ideias do bolsonarismo atual.

[55] Transcrição da entrevista completa em língua original e traduzida no Anexo 1.

Segundo ele, na “época dos militares” a economia crescia a grandes patamares e as pessoas tinham comida no prato “que é mais importante do que democracia”. “As pessoas veem a possibilidade de disciplina militar tirando o país do lamaçal”, reitera o então deputado. O jornalista afirma que é sabida a preocupação de que Bolsonaro deve ser visto como uma “luz amarela”, já que a ineficiência do modelo econômico democrático vigente não foi capaz de conter a inflação e entregar um melhor estilo de vida, o que poderia ser a gestação de grandes movimentações da direita autoritária ao poder no “Fujimori Model” (Modelo Fujimori), ao que o deputado responde: "A verdadeira democracia é ter comida na mesa, ter a capacidade de planejar sua vida, ter a capacidade de andar na rua sem ser assaltado”.

Durante a entrevista, as falas de Bolsonaro seguem um roteiro familiar, desvalorizando o regime democrático em favor da ditadura militar, lembrando um “passado glorioso” na “época dos militares”, além de expressar uma característica comum na doutrina da DSN, a expressão da “vontade da população” como se essa fosse uma “nação homogênea”:

> Eu simpatizo com Fujimori, continuou o congressista. Fujimorização é a saída para o Brasil. Estou fazendo esses alertas pois a população é a favor da cirurgia. Cirurgia política, continuou o senhor Bolsonaro, que envolveria fechamento do Congresso por um período de tempo definido e permitindo ao presidente do Brasil governar por decreto.

Para justificar esta simpatia a Fujimori[56], Bolsonaro cita que a corrupção e a inflação no Brasil só seriam resolvidos com os militares novamente no poder, mas faz uma ressalva, reportada pelo entrevistador: “os líderes das forças armadas preferem trazer o Estado de volta ao básico: defesa, educação, saúde”.

A esse respeito, diz Oliveira (2019) “Percebe-se que o desenvolvimentismo que caracterizou a modernização brasileira não mais serviria aos interesses do capital e da classe burguesa, e a virada neoliberalizante passaria a ser o caminho exaltado pelas elites de Collor a FHC”. É portanto em consonância com as elites civis e militares que o então deputado advoga ao Estado mínimo, aproveitando para incluir o inimigo interno na equação: “Voto favorável a toda proposta de privatização. É a esquerda que é contra as privatizações, pois querem manter seus empregos no governo”.

A inclusão do elemento privatista e liberalizante dos militares expressada por Jair Bolsonaro demonstra uma diferença em relação ao que se observou na prática dos governos da ditadura militar. Se para a DSN o Estado é uma instituição central, responsável por guiar a nação em torno de seus objetivos, a inclusão das perspectivas

---

[56]Eleito presidente do Peru em 1990, em 1992 aplicou um autogolpe com apoio de parte das Forças Armadas, fechou o congresso e o poder judiciário e implantou uma autocracia baseada na justificativa de combater “grupos terroristas” e estabilizar a economia. Através do que ficou conhecido como “fujichoque”, congelou salários e investimentos públicos, além de aumentar impostos e privatizar diversas empresas públicas, suas medidas, apesar de controlar a inflação, levaram ao maior nível de desemprego da história do país. Seu governo neoliberal, alinhado com os princípios do Consenso de Washington (1989) seguiu até 2000, com manobras para continuar concorrendo a eleições, com comprovadas tentativas de fraude em 1995. Em 2000, após a divulgação dos “vladivídeos”, gravações em que seu principal assessor e chefe do Serviço de Inteligência da ditadura peruana, o militar Vladimiro Montesinos - um dos milhares de oficiais latinoamericanos treinados na Escola das Américas - aparecia subornando autoridades, Fujimori fez um pronunciamento via rádio e TV, anunciando o fim de seu governo e convocando novas eleições gerais, das quais não participaria. 15 dias depois, ainda no cargo, Fujimori aproveitou viagem à Ásia e se auto exilou no Japão. Tentou renunciar ao mandato via fax, mas o Congresso rejeitou e aplicou a destituição de seu mandato por incapacidade moral permanente, tornando-o inelegível. Fujimori seria preso em 2005 no Chile e extraditado para o Peru em 2007, respondendo a mais de 7 acusações, entre elas assassinatos, desaparecimentos e torturas praticados durante a ditadura e mais de 5 tipificações de corrupção. Após 19 anos de prisão (dos 25 aos quais foi condenado) e apesar do posicionamento contrário da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que já havia sido motivo da anulação de sua soltura outras duas vezes, Fujimori foi libertado em 6 de dezembro de 2023, por indulto presidencial concedido em 2017 pelo então presidente Pedro Pablo Kuczynski (PPK), com base em sua idade avançada e problemas de saúde, que estão sendo contestados pelo recente aparecimento público de Fujimori sem os aparelhos de respiração. Informações extraídas de:
Agência France Press (2023). Disponível em: https://factual.afp.com/doc.afp.com.33YM8CY ;
El País (2000) Disponível em: https://elpais.com/diario/2000/09/18/internacional/969228001_850215.html;
Estado de Minas (2018) Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/03/22/interna_internacional,945992/em-2000-alberto-fujimori-renunciou-e-congresso-em-seguida-o-destituiu.shtml ;
Folha de São Paulo (2000). Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0904200006.htm;
Folha de São Paulo (2007). Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u330478.shtml e
Diario Expreso (Peru, 2024). Disponível em: https://www.expreso.com.pe/judicial/la-molina-alberto-fujimori-en-reunion-sin-balon-de-oxigeno-fotografia-genero-polemica-kenji-elio-riera-noticia/ . Acessos em 4 mar 2024.

neoliberais, de Estado mínimo, no seu ideário, tiraria o Estado do centro, o relegando a cuidar das “áreas básicas”. A partir da prevalência da noção de superioridade dos militares frente aos civis, desde a DSN de Góes Monteiro, a ditadura se caracterizou por um grande controle estatal sobre a economia, inclusive com aumento de impostos, apesar da austeridade nos gastos públicos.[57] Mas se durante o regime os militares eram favoráveis à intervenção estatal na economia, tendo em vista a posição na economia global que ocupava naquele momento sob tutela norte-americana, não é surpresa a defesa das privatizações pelo Bolsonaro dos anos 90, visto que nesse momento, pós Consenso de Washington[58], essa era a lógica incentivada pelo mesmo Estado

[57] A ditadura militar se inicia com uma política econômica desenvolvimentista “não-nacionalista”, ou seja, admitia a necessidade da intervenção estatal como forma de impulsionar a indústria e trazer investimentos estrangeiros, devido à debilidade do setor privado nacional. O PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo, primeiro implantado pelo regime, tinha entre seus pontos fundamentais: “a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico através de políticas de investimento capazes de absorver uma quantidade crescente de mão-de-obra; corrigir as disparidades setoriais e regionais; estabilizar preços e corrigir os déficits do balanço de pagamentos; normalizar as relações com os órgãos financeiros internacionais; e, principalmente, conter a inflação.” (Silva, 2011) Esse plano conseguiu de fato diminuir a inflação, mas resultou num endividamento do país, que gerou uma grande crise econômica a partir dos anos 80. Um dos principais idealizadores do PAEG foi Roberto Campos, economista, ex-senador e ex-ministro do planejamento do governo Castelo Branco (1964-1967), que através do PAEG também criou o Banco Central do Brasil, do qual se tornaria crítico. Na década de 1980, Roberto Campos passou a defender abertamente o neoliberalismo, criticando a criação de estatais na gestão dos ministros do planejamento que o seguiram. “Campos ainda defendeu a flexibilização das leis de trabalho e a redução dos direitos trabalhistas.” (Sobral e Bittencourt, 2009) Sua transição do desenvolvimentismo ao neoliberalismo é apenas um exemplo de uma ampla guinada de setores da burguesia nacional à defesa do “Estado mínimo” após o fim do “milagre econômico” e a chegada da “década perdida”.

[58] Segundo o sociólogo Carlos Eduardo Martins, no Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe: “A expressão *Consenso de Washington* surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Referia-se às ideias das principais autoridades da economia mundial: a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o Federal Reserve Board, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos de maior poder simbólico internacional. Williamson resumiu as teses que embasaram o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada. [...] O Consenso pretendia proporcionar estabilidade macroeconômica, controle da inflação e crescimento sustentado. Entretanto, seus resultados iniciais foram desastrosos, levando à crise, à insolvência econômica e à estagnação econômica dos países da região. O primeiro país afetado pela crise foi o México, em 1995. Entre 1999 e 2003, ela estendeu-se para toda a região, com impactos nacionais mais significativos no Brasil, em 1998, no Equador, em 1999, e na Argentina, em 2001. O Consenso desmontou os superávits comerciais que a região tradicionalmente produziu de 1930 a 1980. Graças a eles, puderam financiar os projetos de substituição de importações e saldam parte de seu endividamento. Em lugar dos superávits, o Consenso produziu expressivos déficits comerciais e em conta corrente, em grande parte articulados à internacionalização do consumo suntuário. A região tornou-se dependente dos ingressos de capital estrangeiro para o equilíbrio da balança de pagamentos. Isso fez com que as dívidas externa e interna aumentassem e facilitou a privatização e desnacionalização de seus ativos.” (Martins, s/d) Em suma, o Consenso de Washington foi uma conferência que ratificou as propostas neoliberais do governo norte americano e das grandes instituições financeiras e órgãos internacionais como receita para a política

norte-americano para a América do Sul, após a região abrigar a primeira experiência de implantação de uma política econômica neoliberal com o governo de Pinochet na ditadura chilena (1973-1990), abordada na Introdução deste trabalho.

Outro ponto importante de se observar é que as colocações “polêmicas” do presidente já eram um mecanismo de visibilidade para ele em 1993, o que só o fez se popularizar entre os meios conservadores até hoje. A entrevista é finalizada com a afirmação de Bolsonaro de que a política econômica de FHC, quarto ministro da fazenda de Itamar Franco para combater a inflação, iria falhar e que ele estaria “arando os campos”. O próximo pronunciamento analisado demonstra que, de alguma forma, Bolsonaro colheu frutos desses campos.

O DISCURSO DA POSSE, 2019

Brasil. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). Discurso durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. Brasília, 1º jan 2019. Disponível em: <https://acesse.one/0l871>. Acesso em 4 mar 2024.

Após um momento conturbado da política brasileira, iniciado com as massivas e difusas manifestações de 2013, a presidenta Dilma Rousseff, reeleita em 2014, é destituída por um processo golpista organizado pelo Congresso em acordo com o Poder Judiciário e com o seu vice-presidente, que assumiu o cargo, Michel Temer. Este governou até 2018, implementando em pouco tempo todas as medidas e reformas neoliberais que pôde, inclusive restringindo investimentos em áreas básicas como saúde e educação. Essa última medida foi tomada através da chamada PEC do Teto de Gastos, aprovada sob amplos protestos de movimentos sociais[59].

Em 2018, já durante a campanha eleitoral, a Operação Lava Jato sob direção do juiz Sergio Moro - que viria a se tornar ministro de Bolsonaro - prendeu o candidato Lula, que liderava as pesquisas. Bolsonaro então assume o favoritismo e é eleito naquele ano.

Em 1º de Janeiro de 2019, Bolsonaro foi empossado presidente do Brasil e como

econômica dos países latino americanos e seus pontos foram adotados em muitos destes países, entre eles o Brasil. Na opinião do economista e ex-diplomata brasileiro Paulo Nogueira Batista: “Sob a invocação de slogans charmosos - globalização, transnacionalização - assume-se na América Latina, no discurso e na ação, postura da dependência externa virtualmente total” (Batista, 1994).

[59] Garcia, G. e Caram, B. “PEC do teto de gastos é aprovada em 2º turno no Senado e será promulgada” G1. 13 dez 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-aprova-pec-do-teto-de-gastos-em-2-turno.ghtml> Acesso em 4 mar 2024.

de praxe discursou ao público na cerimônia de passagem de faixa. No discurso, como era de se esperar, retomou diversos pontos já observados em toda sua trajetória política. Mais uma vez, a influência da DSN foi evidente. “Servir a pátria” foi um de seus primeiros versos, entoando a exaltação da “pátria”, conjugada à afirmação de que “Deus” o havia preservado a vida, referindo-se ao atentado que sofreu na campanha, quando um homem, que a polícia concluiu, após investigação, ter agido sozinho[60], deu uma facada no candidato, em Juiz de Fora - Minas Gerais. O fato de ter sofrido o atentado pode ter sido um ponto positivo para reforçar as lógicas do inimigo. Após a facada, Bolsonaro só subiu nas pesquisas e existe a possibilidade de que esse tenha sido um fator de crescimento das intenções de voto do candidato do PSL. A lógica do inimigo mobilizada por suas posições, a condenação de uma “ameaça comunista” totalitária e o uso da pauta da insegurança podem ter sido reforçadas com a facada. Se a lógica funcionou e foi intencional é difícil afirmar, mas esta seria a mesma usada pelos atentados à bomba que buscavam impedir a reabertura e convencer a opinião pública da necessidade de continuar sob o regime militar, a diferença é que os atentados foram comprovadamente forjados. O uso de “Deus” por sete vezes - segunda palavra mais repetida de todo o discurso, abaixo de “Brasil” - deixa evidente o apelo à religião cristã, prática comum na “nova direita”, mas também presente no componente “espiritualidade” da DSN, que evoca unicamente o “Deus” cristão. Bolsonaro e seus aliados, desde a campanha de 2018 e durante seu governo, repetiu várias vezes que seu governo seria uma “missão divina” e que foi escolha de “deus” que ele ganhasse a presidência[61].

---

[60]Em 6 de setembro de 2018, ao realizar um ato de campanha em Juiz de Fora, um homem se aproximou de Bolsonaro, que estava sendo carregado nos ombros de um assessor e lhe deu uma facada na região do abdômen. Bolsonaro ficou internado, passou por cirurgias e venceu a eleição. O homem, Adelio Bispo de Oliveira, foi preso, mas é considerado inimputável pela justiça por questões psiquiátricas. Devido à Lei Antimanicomial (10.216, de 2001), Adelio não pôde ser transferido a hospitais psiquiátricos e atualmente se encontra preso em ala para tratamento de saúde no Presídio Federal de Campo Grande (MS), mas a Justiça Federal já expediu decisão para que Bispo retorne a Minas Gerais onde deve continuar tratamento de saúde. O atentado gerou campanhas de desinformação, tanto contra Bolsonaro, alegando ter sido uma armação, tanto contra a esquerda, indicando que Adelio já foi filiado ao PSOL ou que teria agido sob ordens. Entretanto, as investigações da Polícia Civil concluíram que Adelio agiu sozinho e por conta própria. Mais informações em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/09/06/cinco-anos-da-facada-em-bolsonaro-preso-adelio-vive-impasse-sobre-internacao-psiquiatrica.ghtml e https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-02/justica-federal-determina-retorno-de-adelio-bispo-minas-gerais. Acesso em 4 mar 2024.

[61]Coisa parecida disse Javier Milei antes de ser eleito. O presidente argentino mencionou que recebeu um chamado direto de “Deus”, (“el número uno”) para ser presidente, como escreve seu biógrafo, o jornalista Juan Luis González: “en una de sus conversaciones con “el número uno”, este le reveló el motivo por el que tenían tanto contacto. Dios, como había hecho antes con Moisés, le dijo que tenía para él una “misión”. Tenía que meterse en política. Y le dijo algo más: que no tenía que parar hasta llegar a ser presidente” (Gonzalez, 2023).

O segundo parágrafo do discurso é uma síntese de pautas: “me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”. A sequência das questões das quais o “povo” do Brasil precisaria “se libertar” revelam no pensamento de Bolsonaro elementos já conhecidos da DSN: o anticomunismo e o conservadorismo, entretanto, acrescentam-se a defesa da economia neoliberal e a aversão ao “politicamente correto”, que não deixa de ser uma prática conservadora, mas na expressão da “nova direita”, se configura como um fenômeno específico de reação às mudanças comportamentais impulsionadas pela luta de movimentos sociais. Essa resistência ao “politicamente correto”, que na prática é a negação autoritária da responsabilidade de banir comportamentos potencialmente ofensivos por desprezo em relação aos grupos minoritários, contrasta com a sempre presente tradução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos pronunciamentos de Bolsonaro enquanto presidente, mesmo as não oficiais. Essa, no caso, confere um ar de “inclusão”, ainda que o discurso busque negar a necessidade deste tipo de prática, que seria “politicamente correta”. Castro Rocha traz uma reflexão acerca da natureza desta aversão e indica que não se trata de uma exclusividade do bolsonarismo, compondo o leque de práticas do contexto da crise da democracia liberal:

> O ataque visceral ao “politicamente correto” foi o primeiro movimento em direção à negação pura e simples dos direitos de qualquer minoria. A noção perversa de que o jogo democrático implica a imposição da vontade da maioria, em detrimento de todos os demais grupos, é intrínseca aos partidários da democracia iliberal ou da democratura — aspiração nada secreta do bolsonarismo (Castro Rocha, 2021).

O terceiro parágrafo se inicia com a construção: ”As eleições deram voz a quem não era ouvido”, esse trecho tem grande importância por trazer o elemento conspiratório característico do bolsonarismo, que é derivado de um anticomunismo paranóico da DSN. A visão seria de que os conservadores, os cristãos, os brancos, a classe média, a direita e as forças de segurança, assim como todos os grupos identificados com o bolsonarismo estariam sendo perseguidos ou excluídos do contexto social, silenciados por uma conspiração liderada pela esquerda e os comunistas para subverter todos os valores (conservadores) da sociedade brasileira. É uma visão que coloca o sujeito no centro da resistência “heroica” da nação contra as forças “nefastas”, uma clara lógica do inimigo, da

ameaça, que legitima as ações ofensivas e arbitrárias, seja de Bolsonaro, seja da ditadura militar.

Na única parte em que cita “princípios democráticos” e a Constituição Federal de 1988, Bolsonaro faz questão de acrescentar a expressão “com Deus no coração”, trazendo elementos religiosos associados aos elementos do Estado nacional, tal como no já citado slogan da campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Em seguida, o presidente coloca como missão a “reconstrução” da nação, pintando a imagem desta como destruída, desvirtuada pelos anos de governos de esquerda e que agora se aglutina em torno do interesse único de reconstrução e combate ao “inimigo” simbolizado pelas “ideologias nefastas que não podem dividir os brasileiros”. Evidentemente, o elemento que mais caracteriza a DSN, a perseguição ao comunismo, é fartamente reproduzida por Bolsonaro. De acordo com seu discurso nessa ocasião, essas ideologias seriam responsáveis pela “destruição dos nossos valores, tradições e famílias”. E agora era necessário reconstruir os valores que permitirão o combate à “corrupção, privilégios, vantagens, favores políticos e partidários” e a colocação dos “interesses dos brasileiros” em primeiro lugar. O “combate à corrupção”, tema recorrente nas campanhas eleitorais brasileiras desde antes do golpe de 1964, é um instrumento muito utilizado pela direita conservadora e por Bolsonaro, principalmente em direção ao PT. A articulação do combate à corrupção como pauta permite ao ex-presidente aglutinar o inimigo interno com a revolta popular contra “os políticos”, o que reforça sua caraterística “antissistema” ao fazer oposição.

O discurso ainda traz a “meritocracia” e apresenta os pontos ligados à economia: “reformas, desburocratizar, simplificar e tirar o peso do Estado sobre quem trabalha e produz” num claro aceno ao neoliberalismo, adotado por Bolsonaro desde pelo menos 1993, como mostrado anteriormente. Por fim, Bolsonaro traz a questão da segurança, ponto chave de sua trajetória e comum no ideário dos líderes da “nova direita”:

> Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares. Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança (Brasil, 2019).

O discurso do combate ao inimigo interno que legitima toda e qualquer arbitrariedade por parte dos agentes do Estado não se aplica apenas ao combate ao comunismo. Tal como explicitado por Ruy Fausto (2019), a articulação de episódios violentos, sejam eles de guerras ou de uma alta da violência urbana, é comum na democracia iliberal. Instrumentalizar o medo facilita a construção do inimigo e portanto a identificação do líder com seu "povo".

Agradecendo mais uma vez a Deus por ter sobrevivido ao atentado, Bolsonaro encerra o discurso com uma bandeira do Brasil e diz que "nunca será vermelha, apenas se for do nosso sangue por lutar para que continue verde e amarela". Essa última frase é uma clássica do nacionalismo anticomunista e coloca claramente o símbolo nacional em oposição aos que teriam sua bandeira como "vermelha", mesmo sabendo que nenhuma força de esquerda jamais propôs alguma intenção de alterar a bandeira nacional, ainda que empunhassem bandeiras vermelhas de seus partidos e movimentos. Com essa distinção, Bolsonaro busca criar uma ideia de nação única a qual cabe apenas um interesse e os que se opuserem a esse interesse estariam "negando a nação". Essa construção promove uma deliberada exclusão dos "inimigos internos" da constituição dessa "nação" idealizada. Assim como em sua única frase acerca das relações internacionais, quando diz que "vamos retirar o viés ideológico", como se fosse possível e considerando que os "interesses nacionais" só seriam representados à medida em que a diplomacia fosse feita a partir do seu ponto de vista ideológico. Tal como previsto por Oliveira (2019): "A prática discursiva e a oratória [do novo governo] privilegiarão aspectos de segurança pública, defesa da família tradicional e o discurso anticorrupção e contrário às ideologias liberais (costumes e política) e progressistas".

No ano de 2019, Bolsonaro iniciou seu governo colocando em prática diversas das pautas sobre as quais falou na posse. Tendo como vice o General Hamilton Mourão, Bolsonaro indicou mais sete ministros militares. Para o Ministério da Justiça, indicou o juiz responsável pela Lava-Jato, Sérgio Moro, o qual decretou a prisão de seu opositor durante as eleições, o atual presidente Lula, tirando o petista do páreo que venceu. De autoria de Moro, foi em 2019 que a Câmara aprovou o "pacote anticrime", que previa, entre outras coisas, buscava implementar o "excludente de ilicitude" que inocenta os agentes de segurança por mortes ocorridas em operação, mas esse ponto foi rejeitado pelos deputados. Moro romperia com o governo ainda em 2019, acusando Bolsonaro de interferir na Polícia Federal.

Durante todo o governo, desde o primeiro ano, Bolsonaro fez questão de celebrar a data do golpe de 1964 (31 de março) através da "Ordem do dia" do ministério da Defesa, documento de uso interno das Forças Armadas e publicado em datas específicas, geralmente comemorativas, para expressar uma mensagem dos comandantes ao público externo (De Abreu Penna, 2010). Passagens como: "As Forças Armadas, atendendo ao clamor da ampla maioria da população e da imprensa brasileira, assumiram o papel de estabilização daquele processo" (Valente, 2019)[62];

> "Aquele foi um período em que o Brasil estava pronto para transformar em prosperidade o seu potencial de riquezas. Faltava inspiração e um sentido de futuro. Esse caminho foi indicado. Os brasileiros escolheram. Entregaram-se à construção do seu País e passaram a aproveitar as oportunidades que eles mesmos criavam." (Matoso e Mazui, 2020)[63]

e "As Forças Armadas acabaram assumindo a responsabilidade de pacificar o País, enfrentando os desgastes para reorganizá-lo e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos" (Segalla, 2021)[64]. foram publicadas neste documento ao longo dos quatro anos de governo, terminando, a última ordem do dia sobre o tema, com a frase:

> Cinquenta e oito anos passados, cabe-nos reconhecer o papel desempenhado por civis e por militares, que nos deixaram um legado de paz, de liberdade e de democracia, valores estes inegociáveis, cuja preservação demanda de todos os brasileiros o eterno compromisso com a lei, com a estabilidade institucional e com a vontade popular (Porto, 2022)[65].

---

[62] Valente, Rubens, "Para Exército, golpe de 1964 deve ser mais bem compreendido" 31 mar 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/para-exercito-golpe-de-1964-deve-ser-mais-bem-compreendido.shtml. Acesso em: 4 mar 2024.

[63] Matoso, F. e Mazui, G. "Defesa divulga ordem do dia de 31 de março e diz que 1964 é 'marco para a democracia'" G1. 4 mar 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/30/defesa-divulga-ordem-do-dia-de-31-de-marco-e-diz-que-1964-e-marco-para-a-democracia.ghtml. Acesso em: 4 mar 2024

[64] Segalla, Vinícius. Brasil de Fato [online] 30 mar 2021 Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/novo-ministro-da-defesa-assina-ordem-do-dia-sobre-golpe-de-64-deve-ser-celebrado#:~:text=Ordem%20do%20Dia%20Alusiva%20ao%2031%20de%20mar%C3%A7o%20de%201964,-Bras%C3%ADlia%2C%20DF%2C%2031&text=O%20mapa%20geopol%C3%ADtico%20internacional%20foi,instabilidade%20pol%C3%ADtica%2C%20social%20e%20econ%C3%B4mica.

[65] Porto, Douglas. "Ministério da Defesa publica ordem do dia em alusão ao 31 de março" CNN Brasil Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/ . Acesso em: 4 mar 2024

A prática de celebrar a data do golpe já era costume de Jair Bolsonaro enquanto deputado e passou a prática institucional em seu governo. Além das polêmicas celebrações do golpe militar, enquanto presidente, Bolsonaro voltou a defender o Coronel Brilhante Ustra, conhecido torturador da ditadura, coisa que ele já havia feito por ocasião do voto favorável ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016[66]. A presença militar no governo foi constante, inclusive na Casa Civil, algo que não acontecia desde a ditadura militar. Em fevereiro de 2020, o General Walter Souza Braga Netto, que já havia sido interventor no Governo do Estado do Rio de Janeiro durante o governo Temer, foi indicado por Bolsonaro e permaneceu na Casa Civil até ser sucedido pelo também General Luiz Eduardo Ramos. A volta de um civil ao posto só se deu após o governo aderir a uma aliança com o chamado "Centrão" para conquistar apoio no Congresso. Nesse momento, em agosto de 2021, assume a pasta o senador Ciro Nogueira (PP), que no passado já havia chamado Bolsonaro de "fascista", mas se alinhou ao governo e permaneceu ministro até o fim do mandato.

Bolsonaro fez uma gestão conturbada e por diversas vezes demonstrou um padrão de práticas atribuído aos líderes da democracia iliberal, criando tensão constante entre as instituições, principalmente durante a pandemia de Covid-19 e mobilizando constantemente sua base eleitoral, como se estivesse em "campanha permanente".

A forma como lidou com a pandemia foi uma das grandes questões de seu governo. Desde o início da emergência sanitária, Bolsonaro negou a gravidade do vírus, dizendo se tratar de "histeria" e "gripezinha"[67]. Fez campanha contra o uso de máscaras e a favor do uso de medicamentos com eficácia nunca comprovada, como a cloroquina[68], a qual foi produzida em grande quantidade pelo Exército e posteriormente descartada por vencimento. Bolsonaro também insinuou diversas vezes que o Sars-Cov-2, vírus causador da doença, seria uma "arma química" e desenvolvido em laboratório pela China, em consonância com o discurso de Donald Trump, o que acarretou crises diplomáticas do Brasil com o gigante asiático, nosso maior parceiro comercial[69].

---

[66] "Há 5 anos, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra" Poder 360. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra/. Acesso em: 4 mar 2024

[67] "2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega" BBC News Brasil, 27 nov 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536> Acesso em 4 mar 2024.

[68] Idoeta, Paula A. "A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid" BBC News Brasil, 21 mai 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743> Acesso em 4 mar 2024

[69] "Fala de Bolsonaro sobre China causa polêmica em reunião da CRE com chanceler" Agência Senado Notícias. 6 mai 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/06/fala-de-bolsonaro-sobre-china-causa-polemica-em-reuniao-da-cre-com-chanceler#:~:text=A%20declara%C3%A7%C3%A3o%20dada%20nesta%20quarta,o

Quando lançadas as primeiras vacinas, retardou a compra do imunizante da empresa farmacêutica multinacional Pfizer e negou a compra do imunizante desenvolvido pela companhia biofarmacêutica chinesa Sinovac Biotech, a Corona Vac. A primeira vacinação brasileira ocorreu por iniciativa do Governo de São Paulo. João Doria, então governador, com autorização do STF, realizou a compra diretamente e iniciou a imunização que posteriormente seria também realizada no âmbito federal. Por discordância em relação às medidas sanitárias, Bolsonaro trocou o ministro da saúde por três vezes, passando por três médicos até chegar a Eduardo Pazuello, general sem formação na área, que fez uma gestão baseada em seus próprios dizeres: “Um manda e o outro obedece”, com casos graves como a demora em enviar oxigênio para o Amazonas e a destinação de milhares de doses para o estado errado ao confundir Amazonas (AM) com Amapá (AP).

A atuação do governo na pandemia foi marcada pela instituição da comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Covid no Senado, palco de diversos embates que geraram grande repercussão no país, que alcançou em 2021 mais de 600 mil mortes pela doença. Se a CPI não gerou condenações, foi suficiente para tensionar a relação do poder Executivo com o Congresso. Já pressionado, o governo se aliou ao chamado Centrão e foi criado o chamado “Orçamento Secreto”, que destinava bilhões do orçamento para parlamentares sem a devida transparência e sob gestão total do presidente da Câmara, Arthur Lira, que saiu altamente fortalecido. Além disso, a nova aliança gerou uma reforma ministerial, na qual Pazuello foi finalmente substituído pelo médico Marcelo Queiroga, que direcionou as ações do governo na direção da vacinação e das medidas de controle, ainda que insuficientes diante das 700 mil mortes que o país alcançou ao final daquele ano.

Foi também em 2021 que se iniciaram as investigações do inquérito das fake news, que iria em 2023 tornar Bolsonaro inelegível por 8 anos. Mas um marco muito importante de 2021 foi a soltura de Lula, a partir da consideração de suspeição de Sergio Moro e da anulação dos processos que culminaram na prisão do atual presidente. A atuação do ex-juiz em parceria com promotores, que ficou provado pelo que ficou conhecido como “Vaza-jato”, que consistiu no vazamento de diversas conversas por hackers e publicado pelo portal The Intercept Brasil[70]. Lula recuperou os direitos políticos e desde então já passou a ameaçar a reeleição de Bolsonaro.

%20chanceler%20Carlos%20Fran%C3%A7a%2C%20nesta Acesso em 4 mar 2024.

[70] “As Mensagens Secretas Da Lava Jato” The Intercept Brasil - Série. Disponível em: https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/ Acesso em 4 mar 2024.

Em 7 de setembro de 2021, Bolsonaro levou ao topo as tensões com Alexandre de Moraes e o STF em ato no dia da independência em São Paulo. O ex-presidente chegou a chamar Moraes de “canalha” em discurso e a situação teve de ser apaziguada com o convite de Bolsonaro a Michel Temer, que redigiu carta ao STF, a qual dizia que Bolsonaro “não teve a intenção de agredir poderes”. Podemos perceber aqui, que como debatido por Yasha Mounk (2019), os líderes da “democracia iliberal” ao se verem limitados pelos outros poderes das instituições liberais direcionam sua “ira” e sua lógica do inimigo a estas instituições, com fez e faz Bolsonaro em relação ao STF.

No ano em que tentaria a reeleição, Bolsonaro investiu numa campanha para desacreditar o sistema eletrônico de votação, alegando inclusive que sua vitória em 2018 só não foi no primeiro turno por fraude nas urnas. Nunca apresentou provas, mas chegou a convocar reunião com embaixadores para desacreditar as urnas, questão que gerou crise diplomática internacional. Durante a votação do segundo turno de 2022, a Polícia Rodoviária Federal deflagrou operações que impediram o trânsito de eleitoras em colégios de grande intenção de votos em Lula e as suspeitas de uma tentativa de golpe em curso tomaram o ambiente das eleições, ocasionando, meses depois, a prisão do diretor geral da PRF, Silvinei Vasques. Por fim, Lula foi eleito para o seu terceiro mandato, mas a disputa ainda não tinha terminado. Após a decretação do resultado, em todo o país, bolsonaristas realizaram o bloqueio de estradas em protesto contra a vitória de Lula, reverberando a alegação de fraude nas urnas que já vinha sendo alimentada por Bolsonaro e apoiadores.

Em dezembro de 2022, no dia da diplomação do novo presidente no Congresso Nacional (cerimônia que ocorre antes da posse), diversos ataques com bombas ocorreram em Brasília, causando uma noite de caos na capital. Uma bomba plantada em um caminhão foi desarmada dentro de um posto de gasolina após suspeita do motorista. Esses ataques teriam sido arquitetados por apoiadores de Bolsonaro, enquanto acampamentos se mantinham de pé em frente aos quartéis desde o fim do segundo turno, em protesto contra resultado das eleições que consideravam fraudulento, mesmo sem apresentar provas. Acampados ali, contavam com a proteção e esperavam intervenção das Forças Armadas. Em 8 de janeiro de 2023, reproduzindo o que ocorreu no Capitólio, sede do Poder Legislativo estadunidense em 6 de janeiro de 2021 por apoiadores de Donald Trump, milhares de pessoas, apoiadoras de Bolsonaro, marcharam do acampamento em frente ao Quartel General do Exército em direção à Esplanada dos Ministérios, insuflada por centenas de ônibus vindos de todo o Brasil. Nessa ocasião, os

manifestantes furaram as barreiras policiais e invadiram o Congresso sem resistência da polícia do Distrito Federal. Com ataques a agentes de segurança, depredaram os prédios do Legislativo e do Judiciário. O ataque seria apenas uma parte de um movimento e plano golpista que previa a decretação de “Garantia da Lei e da Ordem (GLO)”, dispositivo previsto no famigerado Artigo 142 da Constituição Federal, o que permitiria, teoricamente, a intervenção das Forças Armadas para garantia dos poderes, abrindo a possibilidade de um golpe de Estado sob a liderança dos militares. Não há como não rememorar a participação dos militares na elaboração do capítulo da Defesa da Assembleia Nacional Constituinte, pela qual foi mantido o dispositivo do Artigo 142 que, no 8 de janeiro, poderia ter sido o instrumento chave para o retorno das Forças Armadas à presidência. Entretanto, diversas movimentações do governo impediram tais ações, entre elas, a decisão de Lula, por conselho da primeira dama e socióloga Rosângela da Silva (Janja), de não decretar a GLO, mas sim uma intervenção federal apenas na Segurança Pública do Distrito Federal, que afastou o Secretário Anderson Torres, ex-ministro de Bolsonaro e nomeou o número dois do Ministério da Justiça de Lula, Ricardo Cappelli, como interventor. As forças especiais e o efetivo suficiente da polícia do Distrito Federal foram enfim mobilizados e contiveram os ataques, ao contrário de tropas do Exército, que se posicionaram de frente para a polícia e impediram a entrada de autoridades e policiais na praça do QG do Exército, onde se concentraram os manifestantes, que não foram presos naquela noite por impedimento dos comandantes das Forças Armadas, acordando com o Executivo a prisão apenas na manhã seguinte. Essa negociação foi revelada pelo ex-ministro da Justiça e hoje ministro do STF Flávio Dino, no documentário “8/1 - A Democracia Resiste” de Julia Duailibi e Rafael Norton.[71]

O bolsonarismo tentou por diversos meios minimizar os atos do 8 de janeiro, acusando o próprio governo Lula de ter armado o caos para incriminar Bolsonaro, além de dizerem ter sido atos espontâneos de uma massa de eleitores descontentes. Entretanto, investigações foram deflagradas e Bolsonaro está incluso na operação que investiga os atos de 8 de janeiro, além disso, outra operação, que investiga uma suposta tentativa de golpe de Estado em 2022 também está em andamento e também inclui Bolsonaro como investigado.[72]

---

[71] “'8/1 - A Democracia Resiste': documentário revela imagens e depoimentos exclusivos sobre atos golpistas de 8 de janeiro” G1 Fantástico. 7 jan 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/01/07/81-a-democracia-resiste-documentario-revela-imagens-e-depoimentos-exclusivos-sobre-atos-golpistas-de-8-de-janeiro.ghtml> Acesso em 4 mar 2024.

[72] Miazzo, Leonardo. “As chances de Bolsonaro ser preso após a operação da PF, segundo especialistas” CartaCapital [online] 8 fev 2024. Disponível em:

Foi tendo esse pano de fundo que Bolsonaro organizou manifestações a seu favor em 25 de fevereiro de 2024, nas quais proferiu o discurso que será analisado a seguir à luz das características da DSN, buscando encontrar indícios de que ao longo de diversas fases de sua carreira, o ex-presidente formou um ideário com raízes profundas na ideologia de segurança nacional.

Ato em defesa de Bolsonaro, 2024

"Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na avenida Paulista." Poder 360. 25 fev 2024. Disponível em: <https://l1nq.com/9DFi2>. Acesso: em 4 mar 2024.

O ato, organizado e custeado pelo líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia[73], aconteceu na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 25 de fevereiro de 2024, com cerca de 185 mil presentes[74]. Além da defesa de Bolsonaro contra uma possível condenação, o ato também trouxe a pauta do conflito entre Israel e a Palestina. Diante dos ataques de dimensões sem precedentes do Estado de Israel contra a Palestina após o atentado praticado pelo grupo terrorista Hamas em 7 de outubro de 2023, o presidente Lula fez uma fala em viagem à Etiópia - por ocasião da cúpula da União Africana - condenando a resposta desproporcional do governo de Benjamin Netanyahu. Disse o presidente brasileiro: "O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existiu em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu. Quando Hitler resolveu matar os judeus"[75], que considerou o caso como um genocídio. O governo israelense respondeu condenando a fala de Lula[76] e a direita brasileira, alinhada a

---

<https://www.cartacapital.com.br/politica/as-chances-de-bolsonaro-ser-preso-apos-a-operacao-da-pf-segundo-especialistas/> Acesso em 4 mar 2024.

[73] Carlucci, M e Matos, M. C. "Malafaia diz que deve gastar cerca de R$ 100 mil com manifestação de Bolsonaro na Av. Paulista" CNN Brasil. 25 fev 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/malafaia-diz-que-deve-gastar-cerca-de-r-100-mil-com-manifestacao-de-bolsonaro-na-av-paulista/#:~:text=Respons%C3%A1vel%20por%20organizar%20e%20arcar,foi%20convocada%20pelas%20redes%20sociais>. Acesso em: 4 mar 2024.

[74] Sadi, Andrea e Santos, Fabio. "Como especialistas da USP calcularam que havia 185 mil pessoas no ato de Bolsonaro na Paulista" G1, 26 fev 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/02/26/como-especialistas-da-usp-calcularam-que-havia-185-mil-pessoas-no-ato-de-bolsonaro-na-paulista.ghtml. Acesso em: 4 mar 2024

[75] Martins, Américo. "Lula diz que Israel comete genocídio e faz alusão à matança de judeus por Hitler" CNN Brasil. 18 fev 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-diz-que-israel-comete-genocidio-e-faz-alusao-a-matanca-de-judeus-por-hitler/. Acesso em: 4 mar 2024

[76] "Netanyahu chama declaração de Lula de 'vergonhosa' e diz que repreenderá embaixador brasileiro" R7 18 fev 2024 Disponível em: https://noticias.r7.com/brasilia/netanyahu-responde-fala-de-lula-que-comparou-acoes-de-israel-ao-nazismo-e-diz-que-repreendera-embaixador-brasileiro-18022024. Acesso em: 4 mar 2024

Netanyahu, também considerado um representante da “nova direita”, passou a chamar o presidente brasileiro de “antissemita” e a criticar uma suposta “crise diplomática” que Lula teria causado, apesar de apenas o próprio governo de Israel ter condenado a fala e apenas a imprensa brasileira considerar o caso uma “crise”. Por conta do ocorrido, diversas bandeiras de Israel foram vistas pelo ato. Grandes denominações evangélicas, cujos líderes são aliados do ex-presidente, costumam organizar excursões ao país e a defesa do Estado israelense no conflito com a Palestina é uma prática destes grupos. Autor de referência nesta pesquisa, João Cezar de Castro Rocha, em entrevista recente ao Instituto Conhecimento Liberta explicou que tal ligação, apesar do Estado de Israel não ser cristão, vem da adesão destes grupos ao que é chamado pelo autor de “Teologia do Domínio”, que coloca o Rei Davi como figura principal de adoração em lugar de Jesus Cristo, essa é uma linha de investigação que considero interessante a ser desenvolvida em outra oportunidade e por isso tratarei da questão nas considerações finais do trabalho.

Bolsonaro, por sua vez, já havia defendido Israel contra a Palestina na ONU enquanto presidente em 2020[77] e neste ato reforçou sua ligação com as denominações evangélicas, em especial com a liderada por Silas Malafaia. A importância da espiritualidade cristã está nos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional, como “interesse” da “Natureza humana” e constrói bases para os valores conservadores defendidos tanto pelos militares brasileiros quanto por Bolsonaro e a “nova direita”.

Mas uma das principais referências em relação ao momento vivido por Bolsonaro e ao discurso que emana acerca de uma suposta “perseguição” do judiciário são as suas conhecidas proximidades com Donald Trump. Trump, que ascendeu à protagonista da política americana e mundial ao concorrer e vencer a presidência em 2016, sempre foi referência para a chamada “nova direita”. Com uma postura ultraconservadora e apoiado em pautas como o armamentismo e a anti-imigração, o empresário e apresentador de TV teve Steve Bannon como chefe de sua campanha e depois como funcionário do próprio governo. Bolsonaro, que em 2016 estava ganhando notoriedade pelo voto no processo de impeachment de Dilma Rousseff louvando Brilhante Ustra, reconhecia e reconhece em Trump um aliado e mais do que isso, uma referência. A admiração a Trump se confunde com uma adoração - nada nacionalista - que há em relação aos Estados Unidos, o que já levou Bolsonaro inclusive a bater continência para aquela bandeira e incluir o país no seu

[77] “Brasil vota a favor de Israel e contra a Palestina na ONU” CartaCapital [online] 19 jun 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/brasil-vota-a-favor-de-israel-e-contra-a-palestina-na-onu/>. Acesso em: 4 mar 2024.

slogan.[78]

Assim como Bolsonaro, Trump enfrenta atualmente problemas com a justiça, enfrenta 4 processos, entre eles o de fraude fiscal, no qual teria encoberto o pagamento de um acordo a uma atriz de entretenimento adulto para que ela não revelasse um encontro sexual que teria acontecido entre os dois. Este é um processo que já está em fase de julgamento e ameaça a popularidade do novamente candidato à presidência. Ao comparecer ao tribunal, Trump disse estar sendo perseguido[79] pelo "estado profundo", teoria conspiracionista muito comum entre seus apoiadores, que acreditam haver um grupo de membros ocultos do "establishment" que tentam impedir a chegada de Trump ao poder. Retórica conhecida entre os líderes da "nova direita". Da mesma forma, como poderemos ver a seguir na análise do pronunciamento, Bolsonaro também afirma estar sendo perseguido por conta de seus processos na justiça. A situação é semelhante pois um dos processos ao qual Bolsonaro responde é sobre uma suposta incitação à invasão de 8 de janeiro em Brasília[80], tal como Trump, que responde processo sobre a invasão de 6 de janeiro em Washington. O discurso congruente sobre perseguição é apenas mais um ponto de contato entre o bolsonarismo e o ex-presidente dos EUA que não se dá por acaso, visto que a lógica de "adversário do sistema" é uma característica desse fenômeno.

Com a presença de governadores de direita como Ronaldo Caiado de Goiás, Romeu Zema de Minas Gerais, Jorginho Mello de Santa Catarina e Tarcísio de Freitas de São Paulo, além de políticos bolsonaristas como Nikolas Ferreira e Gustavo Gayer, o ato teve diversos discursos, entre eles do próprio Silas Malafaia, que levantou suspeitas quanto à atuação do Poder Judiciário no caso dos atos de 8 de janeiro, além de reforçar uma imagem de Bolsonaro como perseguido pelas instituições, em especial o Judiciário. A ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro, realizou um discurso com muitos elementos religiosos[81], o que demonstrou mais uma vez a inclinação acentuada do bolsonarismo ao

---

[78] Ernesto, Marcelo. "Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA, erra bordão e diz que esquerda comanda universidades e imprensa" Estado de Minas [online] 16 jun 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna_politica,1054365/bolsonaro-critica-manifestacoes-e-diz-que-esquerda-toma-conta-de-unive.shtml> Acesso em: 18 abr 2024.

[79] "Trump faz de julgamento histórico ato político e volta a se dizer perseguido" Folha de São Paulo [online] 15 abr 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/04/trump-chega-a-tribunal-de-ny-e-diz-que-julgamento-e-ataque-aos-eua.shtml> Acesso em 18 abr 2024

[80] "Moraes prorroga inquérito em que Bolsonaro é investigado por incitar o 8 de Janeiro" Carta Capital [online] 5 fev 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/moraes-prorroga-inquerito-em-que-bolsonaro-e-investigado-por-incitar-o-8-de-janeiro/ Acesso em 18 abr 2024

[81] "Leia a íntegra do discurso de Michelle na avenida Paulista." Poder 360. 25 fev 2024. Disponível em:

público evangélico nesta conjuntura. Bolsonaro, principal figura do ato, foi o último a discursar.

Tal como em 2019, o início do discurso do ex-presidente justapõe elementos nacionalistas com elementos religiosos, neste caso, “Deus” e o “povo brasileiro”. A construção que coloca a “nação” ao lado da espiritualidade remete às categorias fundamentais da DSN, como já dito acima. Se a nação é a instituição primordial para a doutrina, que se constitui dos valores e tradições compartilhados por uma sociedade, a espiritualidade é condição considerada como natural da humanidade e as instituições religiosas são responsáveis pela preservação dos valores tradicionais desta mesma nação. Não é à toa que Bolsonaro evoca essas categorias lado a lado até em seu lema, no qual “Deus” e “Pátria” são as primeiras palavras.

Como veio fazendo ao longo do último ano de governo, Bolsonaro usou por diversas vezes a palavra “liberdade”. Essa é uma palavra comum a ser expressada pela “nova direita” e assume diversos sentidos, desde a “liberdade” econômica neoliberal, do mercado em relação ao Estado que deve ser mínimo, mas também a liberdade da nação e do seu representante, que é ao tempo todo vítima das ameaças totalitárias, seja dos comunistas, seja das instituições que moderam o poder de seus governantes. As falas de Bolsonaro em relação à liberdade carregam em si a construção anticomunista da DSN e encontram o populismo da democracia iliberal.

> A liberdade é um bem maior. Mas ao longo dos meus quatro anos de presidente da República, nós aprendemos que esse bem não é pétreo. Não é eterno. Como um grande amor, todos os dias você tem de se preocupar com a sua liberdade.

O incessante uso da palavra também responde a outro contexto neste ato, que não deixa de ter ligações com a lógica da democracia iliberal ameaçada pelas instituições. Como já citado, Bolsonaro está sendo investigado em duas operações sobre golpes de Estado e outro pelo desvio de jóias recebidas do Governo da Arábia Saudita. O ato se motiva por esse contexto e sua defesa da “liberdade” evidentemente se refere diretamente a isso, para além das expressões ideológicas que carrega.

O anticomunismo da segurança nacional, sempre presente nos pronunciamentos do ex-presidente, não demorou a aparecer. Afinal, ainda que seu ideário seja cada vez mais diversificado, o comunismo continua sendo para ele e para a “nova direita” em

---

https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/. Acesso em: 4 mar 2024.

diversas partes, em especial na América Latina, a principal “ameaça”, “inimigo” interno e obstáculo aos “objetivos nacionais” que ideologicamente defende.

> Estado democrático de Direito, quando ele não é respeitado, [...] aquela minoria fabrica órfãos de pais vivos. É lamentável o que vem acontecendo. O abuso por parte de alguns, que trazem a insegurança para todos nós. Quem sou eu? Eu sou igual a vocês. [...] da pequena cidade de Eldorado Paulista. [...] Ali, conheci a luta armada em 1970. Onde foi executado pela esquerda, a pauladas, o tenente da então Força Pública de São Paulo Alberto Mendes Júnior.

Mais adiante em seu pronunciamento, Bolsonaro, reforça a sua “lista de pautas”, como num esforço para manter tremulantes as bandeiras que mobilizam seus apoiadores e demarcam sua posição, mas antes, faz questão de citar seu principal antagonista: “nós podemos até ver um time de futebol sem torcida ser campeão, mas, não conseguimos entender como existe um presidente sem o povo ao seu lado”.

O trecho é uma provocação ao governo Lula, insinuando que lhe falta apoio popular, ou uma insinuação de desconfiança na sua eleição. Desde sua vitória em 2018 e principalmente nos meses que antecederam as eleições de 2022, Bolsonaro deflagrou uma cruzada contra as urnas eletrônicas, acusando o sistema de não ser auditável e de ser passível de fraudes, alegando inclusive, que houve a invasão hackers ao sistema em 2018, os quais supostamente teriam acesso capaz de alterar os dados e transferir votos de candidatos. Em 2022, 3 meses antes da eleição, o ex-presidente realizou uma reunião com embaixadores[82] de diversos países para apresentar alegações de suspeição contra a Justiça Eleitoral e contra o sistema eletrônico de votações, mas nenhuma prova efetiva foi entregue. Evidentemente, as alegações de Bolsonaro contra o sistema de votação ecoaram pelo eleitorado e principalmente pela imensa rede de informações[83], - muitas delas falsas ou tendenciosas - que o bolsonarismo mantém nas mídias sociais, emulando os apoiadores em um processo de questionamento golpista que iria resultar nos acampamentos nas portas de quartéis e no fatídico 8 de janeiro de 2023. Por isso tudo,

---

[82] Petró, Gustavo. “Relembre a reunião de Bolsonaro com embaixadores que o tornou inelegível” G1. 30 jun 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/relembre-a-reuniao-de-bolsonaro-com-embaixadores-que-o-tornou-inelegivel.ghtml>: Acesso em: 4 mar 2024.

[83] Cabe citar o que ficou conhecido como “gabinete do ódio”, que seria uma organização montada pelo governo Bolsonaro dentro do Palácio do Planalto para atuar de forma coordenada nas redes sociais para plantar informações falsas ou enganosas e atacar adversários políticos. Mais informações em: Lago, Rudolfo. “Documento Do Stf Explica Como Funciona O “Gabinete Do Ódio”” Congresso em Foco. 29 ago 2022. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/ Acesso em 4 mar 2024.

quando Bolsonaro diz: “não conseguimos entender como existe um presidente sem o povo ao seu lado.”, não há como afastar a possibilidade de haver aí um aceno no sentido do questionamento à legitimidade do governo Lula, ao mesmo tempo em que rememora a construção do adversário como um “outro” que não é reconhecido pela “nação” que deveria representar.

As frases seguintes do discurso ecoam diretamente o anticomunismo e o nacionalismo típicos da DSN, em conjunto com as pautas conservadoras da “nova direita”:

> Nós não queremos o socialismo para o nosso Brasil. Nós não podemos admitir o comunismo em nosso meio. Nós não queremos ideologia de gênero para os nossos filhos. Nós queremos respeito à propriedade privada. Nós queremos o direito à defesa da própria vida. Nós queremos o respeito à vida desde a sua concepção. Nós não queremos a liberação das drogas em nosso país.

A primeira observação a se fazer é em relação ao ”comunismo”. Por diversas vezes já foi dito neste trabalho que o anticomunismo é nuclear na DSN e não por acaso, também no bolsonarismo. Entretanto, agora acho importante incluir mais uma reflexão em torno do uso deste antagonismo por Bolsonaro. O uso do comunismo como um conceito “elástico” que “não podemos admitir em nosso meio” reflete uma visão também presente na DSN, bem observada por Joseph Comblin (1978): “A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade” e complementada por Mechi (2015): “Ao manter-se “elástico”, novos grupos sociais podem ser enquadrados sob este conceito e combatidos.” O inimigo interno bolsonarista e da segurança nacional, portanto, não depende de grandes explicações sobre o que “realmente” seria o comunismo e seus objetivos. Ainda que o comunismo em si seja obviamente afetado pela representação negativa que é acentuada, o comunismo combatido pela DSN e por Bolsonaro, visto que é indefinido e onipresente, pode ser qualquer adversário que ameace o desenvolvimento da “nação”.

Destrinchando ainda mais essas falas, podemos identificar a instrumentalização dos “valores tradicionais” como institutos ameaçados da sociedade, através da expressão “ideologia de gênero”, criada pela direita conservadora para se referir aos debates sobre a diversidade sexual e o questionamento à heteronormatividade. Evidentemente, trata-se de um combate moral e portanto ideológico. Numa visão construída pela doutrina de

segurança nacional, a defesa de valores conservadores, que inclui a heteronormatividade e a proibição do aborto, por exemplo, são sinônimos da defesa da nação, que por sua vez é justamente o conjunto de valores e tradições de uma sociedade que caminha para um mesmo caminho. Ao reagir a todo e qualquer questionamento à moral cristã estabelecida, o que Bolsonaro faz é seguir a "manual" da DSN que não admite a desintegração da nação enquanto organismo homogêneo, pois isso significaria obstruir os objetivos nacionais. Não há como não afirmar que a DSN é necessariamente uma doutrina "reacionária". Bolsonaro expressa ainda o armamentismo, pauta recorrente entre a "nova direita" e que pode ser entendida como a instrumentalização do medo do "outro", do inimigo, que pode tanto ser um adversário político quanto um agente de violência urbana. Defender o armamento, do ponto de vista da DSN é garantir a possibilidade da "guerra total", que mobiliza todas as esferas da sociedade contra as ameaças à nação. Já do ponto de vista da democracia iliberal é uma forma de fomentar a iniciativa da própria população contra as instituições caso estas frustrem as pretensões do líder. Não posso deixar de rememorar quando Bolsonaro disse que "povo armado jamais será escravizado", frase que lembra o defendido por Mussolini[84], que dizia que "só o povo armado é forte e livre". Mas some-se a isso a célebre fala de Bolsonaro quando seus apoiadores gritavam "Eu autorizo" se referindo a um possível golpe de Estado, logo após a derrota eleitoral. Disse o então presidente: "Não é eu autorizo, não. É o que eu posso fazer pela minha pátria."[85] O armamentismo é pauta antiga das extremas direitas, pois um levante contra instituições de freios e contrapesos sempre pode ser necessária para forças que não se propõem a construir consensos.

O discurso se encaminha para o fim com um tom de apaziguamento em relação à gravidade dos atos de 8 de janeiro de 2023. Bolsonaro, fazendo alusão ao sempre presente - em seus pronunciamentos - período militar, pede anistia aos envolvidos nos atos, com a justificativa de que "Nós já anistiamos no passado quem fez barbaridade no Brasil.", se referindo, provavelmente, aos opositores do regime, apesar de que não poderia ser considerado equivocado se estivesse se referindo às Forças Armadas. Suas falas buscaram afastar qualquer intenção golpista de sua parte e, nas suas palavras:

---

[84] Azevedo, Reinaldo. "Mais uma vez, Bolsonaro usa Mussolini, o pai do fascismo, como referência" UOL, 1 jun 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/06/01/mais-uma-vez-bolsonaro-usa-mussolini-o-pai-do-fascismo-como-referencia.htm> Acesso em 4 mar 2024.

[85] Gomes, Beatriz. "'Nada está perdido': as frases de Bolsonaro a apoiadores após eleição" UOL, São Paulo. 9 dez 2022 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/09/bolsonaro-discurso-9-de-dezembro.htm> Acesso em 4 mar 2024.

“passar uma borracha no passado.” É nesse tom que o ex-presidente finaliza seu discurso, recorrendo novamente ao elemento religioso e utilizando o bordão de sua primeira campanha à presidência, complementada com uma pequena piada que revela a masculinidade frágil que lhe é característica: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Um até breve. Um beijo nas mulheres e um abraço nos homens”.

Considerações Finais

> Este é o início de uma nova era na política brasileira, a Nova República, fundada em 1985, acabou. Estamos diante de um novo giro democrático, um giro no sentido inverso. Tem início um novo período, uma espécie de Regime liberal-conservador apoiado em uma aliança oligárquica de caráter civil-militar. (Oliveira, 2019)

Ao longo deste trabalho, considero importante a observação de que a “nova direita” não é necessariamente tão nova assim, apesar de surgir em um momento novo. A crise da democracia liberal abriu um leque de possibilidades e bagunçou o tabuleiro político mundial e nacional, ao colocar no papel de “revolucionários” e questionadores do sistema vigente os “conservadores”. Essa configuração conjuntural traz desafios para as forças progressistas que precisam ao mesmo tempo resgatar a legitimidade do sistema democrático liberal que a permite se manter disputando o poder político, sem que esta posição as coloquem novamente no papel de “sistema”, sob ameaça de deixar de ser alternativa para a transformação social que permanece necessária no acirramento de desigualdades em diversos âmbitos.

Neste trabalho buscou-se explicitar que esse fenômeno envolve diversos fatores e referências, o que torna difícil inclusive a sua denominação. Foram apresentadas linhas diferentes de abordagem sobre a “nova direita”, que demonstram que ela traz consigo um acúmulo histórico que envolve o intervencionismo estadunidense no continente americano, principalmente via pensamento militar. Fez-se importante mostrar que as Forças Armadas foram treinadas sob a Doutrina de Segurança Nacional por gerações, o que apesar do fim da Guerra Fria, continua reverberando através das academias militares e de seus agentes. No caso brasileiro, a Escola Superior de Guerra segue ainda manuais básicos que contém muito da DSN e além disso as forças armadas do Brasil possuem o hábito de exaltar o período da ditadura militar (1964 - 1985), que foi um regime de exceção que aplicou na prática do governo os princípios da DSN, utilizando-se de dispositivos com aparência de legalidade para permitir uma gestão autoritária e violenta com a justificativa de “evitar uma revolução comunista”. O anticomunismo central na DSN portanto foi preservado na ideologia de uma direita conservadora, em especial de passado militar, como no caso de Jair Bolsonaro. O ex-presidente ascendeu em meio à crise de representatividade da democracia liberal e aglutinou várias das características da

“nova direita” elencadas nos primeiro capítulo. Ao chegar à presidência, nomeou diversos ministros militares e instituiu a celebração do golpe de 1964 em todos os anos de seu governo. Além disso, recebeu familiares de torturadores e fez do anticomunismo uma constante em pronunciamentos oficiais enquanto presidente, desde a posse, como demonstrado no capítulo 3.

A ascensão de lideranças da “democracia iliberal” não parece ser uma onda só, tendo em vista que um dos seus principais representantes, Donald Trump, desponta como favorito para as eleições de 2024 nos Estados Unidos. Na Argentina, o governo de Javier Milei está apenas começando, com a implementação de medidas ultraliberais. No Chile, Jose Antonio Kast é uma liderança consolidada da oposição e ameaça o cargo de Boric para 2025. Na introdução deste trabalho pude me aprofundar mais nos contextos desses dois países sul americanos em comparação com o Brasil. Esses casos são comparáveis e carregam suas semelhanças pois o contexto das ditaduras militares fomentadas pelos Estados Unidos através da DSN na Guerra Fria teve lugar nesses três Estados, que a despeito de terem feito processos diferentes de transição democrática, continuam enfrentando atualmente a perenidade no pensamento golpista e conspiracionista através da “nova direita”.

Identificar as permanências das características da DSN nas lideranças da “nova direita” é perceber que as repúblicas da América Latina tem contas em aberto com seu passado autoritário e os acordos e conciliações não foram capazes de frear forças autoritárias que podem voltar à tona quando a oportunidade lhes aparece. O Brasil, que nunca conseguiu construir uma justiça de transição sólida e uma memória crítica consolidada sobre o período militar, vive em incerteza constante, tendo corrido risco de sofrer mais um golpe, 60 anos depois do 31 de março de 1964. A direita brasileira hoje é simbolizada pelo bolsonarismo e ainda que não esteja no executivo, ocupa parte considerável do parlamento, se constituindo em força relevante que ultrapassa e muito a figura de Bolsonaro.

Este pesquisa buscou demonstrar que a direita nacionalista que cresce em popularidade e disputa o topo do poder político de diversos países não foi gerada a partir de movimentos recentes, mas é produto de um acúmulo e de alianças amplas que tem construído grande influência na política da região. Apesar de não haver consenso quanto à nomenclatura desses movimentos, pudemos debater aqui que mais do que uma iniciativa das figuras envolvidas, a ascensão da “nova direita” é resultado de uma crise sistêmica que escancara as contradições de um regime que não foi criado para ser

democrático, mas forçado a sê-lo e que agora se revela insuficiente tanto para atender os anseios das classes populares - como sempre foi - quanto para atender interesses de elites que disputam o Estado pela sua aniquilação com vistas a derrubar as poucas barreiras que regulam a acumulação.

Apesar de tocar em poucos pontos de um assunto extremamente denso e complexo, espero que as reflexões contidas neste texto possam contribuir com o campo de estudos que propõe a documentar e compreender as diversas faces dos tempos atuais e que seja fonte de produção de mais e melhores reflexões sobre a política e a democracia latino-americanas.

Deixo em aberto ainda as tendências do bolsonarismo a se aliar cada vez mais a movimentos religiosos, em especial às grandes denominações evangélicas. O meio evangélico neopentecostal é uma das forças da "nova direita" não só no Brasil. Esse grupo religioso que vai muito além das igrejas e cultos, se fazendo presente no mercado editorial e também de produção audiovisual nos Estados Unidos e no Brasil, inclusive nas rádios de televisão brasileiras. Este é mais um ponto de ligação entre a direita brasileira e a norte-americana. Considero interessante, futuramente, analisar o que o autor que também foi referência neste trabalho, João Cezar de Castro Rocha, chamou atenção recentemente: o desenvolvimento da "Teologia do Domínio" em substituição à "Teologia da Prosperidade", que move não só as denominações evangélicas, mas é base para uma internacionalização da direita conservadora, unindo inclusive o Estado de Israel aos movimentos cristãos protestantes. Essa nova doutrina seria responsável pelo deslocamento da figura de Jesus Cristo, que seria retirado do centro de adoração, substituído pelo Rei Davi. Castro Rocha explica seu ponto no programa ICL Notícias de 1º de março de 2024. Segundo o professor, trata-se de uma doutrina que prevê "a imposição violenta da própria fé e do próprio Deus sobre todo aquele que pensa de forma diversa"[86].

A intensificação da influência neopentecostal na política e a ligação destes grupos com o Estado altamente militarizado e notadamente colonialista de Israel traz novos debates acerca do futuro das direitas conservadoras brasileira e mundial no contexto da crise da democracia liberal.

[86]Instituto Conhecimento Liberta. "ICL NOTÍCIAS - 20/02/24 - BRASIL É HUMILHADO EM ISRAEL E CHAMA DE VOLTA EMBAIXADOR" Youtube. 20 fev 2024. 150min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YLhDFxprhkU

Referências

Alcantara, Pedro Henrique. Liberalismo contra a democracia. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, vol. 5, n. 8, ago./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/12429 Acesso em 10 mar 2024

Azevedo, Bruno dos Santos. O Novo Constitucionalismo Latinoamericano nos princípios da Convenção Constitucional chilena. 235-266p. In.: Mauro Victoria Soares; Felix Pablo Friggeri; Tchenna Fernandes Maso; Fagner Fernandes Stasiaski (Orgs.) **Novo Constitucionalismo Latino-americano e descolonização do direito.** Vol. 1. São Carlos. Pedro e João Editores, 2022. 266p. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/?arquivo_download=6906 Acesso em 10 mar 2024

Balestro, M., & Monteiro, C. F. A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente. **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas**, 13(2), 45–52. 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/26637 Acesso em 10 mar 2024

Batista, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americano, 1994, p.115-162 In.: Paulo Nogueira Batista Jr. (org.) **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil** : ensaios e palestras. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 336p. 2009. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/331-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf Acesso em 10 mar 2024.

Bortone, Elaine de Almeida. A Participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na Construção da Reforma Administrativa na Ditadura Civil-militar (1964-1968). Mestrado em Administração. Niterói: UFF, 2013. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/1836 Acesso em 10 mar 2024

Brasil. Ato Institucional nº 1, de 9 abr 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 24 fev 2024

_____. Ato Institucional nº 2, de 27 out 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Acesso em: 24 fev 2024

_____. Ato Institucional nº 3, de 5 fev 1966a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm Acesso em: 24 fev 2024

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 dez 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em: 24 fev 2024

_____. Decreto-lei nº 898, de 29 set 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm Acesso em: 24 fev 2024

_____. Presidente (2019-2022: Jair Bolsonaro). Discurso durante cerimônia de

Recebimento da Faixa Presidencial. Brasília, 1º jan 2019. Disponível em: https://acesse.one/0l871 Acesso em: 2 mar 2024.

_____. Lei nº 6.683, de 28 ago 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso em: 24 fev 2024

_____. Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://adesgmg.org.br/arquivos/Manual_Basico_VIII_2009.pdf Acesso em: 24 fev 2024.

Bratiliere, K. A. e Viana, Nicolle B. L. A Onda Rosa e a Onda Azul: uma análise das tendências políticas da América do Sul nas últimas décadas. **Conjuntura Internacional**. PUC-Minas, 2018. Disponível em: https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/02/01/a-onda-rosa-e-a-onda-azul-uma-analise-das-tendencias-politicas-da-america-do-sul-nas-ultimas-decadas/ Acesso em 24 fev 2024

Bruziguessi, B. Bueno. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. **Revista Sulamericana de Ciência Política**, v.2 n.1, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/3311 Acesso em 10 mar 2024

Brooke, J. “Conversations/Jair Bolsonaro; a soldier turned politician wants to give Brazil back to army rule” **The New York Times**, 25 jul 1993, s.4, p.7 Disponível em: https://www.nytimes.com/1993/07/25/weekinreview/conversations-jair-bolsonaro-soldier-turned-politician-wants-give-brazil-back.html Acesso em 10 mar 2024

Castro Rocha, João Cezar de. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. 1ª Edição. Editora e Livraria Caminhos, Goiânia, 2021. Disponível em: https://dokumen.pub/guerra-cultural-e-retorica-do-odio-cronicas-de-um-brasil-pos-politico-9786589552017.html Acesso em 10 mar 2024

Comblin, Pe. Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o Poder Militar na América Latina. trad. A. Veiga Fialho. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&id=421170453483&pagfis=5637 Acesso em 10 mar 2024

De Abreu Penna, Lincoln. Ordens do Dia, o discurso fardado. **Militares e Política**, n. 7. p.51-75. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/Militares_e_Politica_LEMP_n_07.pdf#page=51 Acesso em 10 mar 2024

Dulci, T. M. S.; Mechi, P. S. . Apresentação: Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe. In: Dulci, T.M.S; Mechi, P.S.. (Org.). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. 1ed. v. 1, p. 9-26. Pedro & João Editores. São Carlos, 2023.

Estados Unidos da América, National Security Council Paper NSC-68 United States

Objectives and Programs for National Security, Washington, 7 abr 1950. Disponível em: https://irp.fas.org/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm (Acesso em 23 fev 2024)

_____, Presidente (1817-1825: James Monroe) Seventh Annual Message to Congress, Washington, 2 dez 1823. Disponível em: https://www.archives.gov/milestone-documents/monroe-doctrine#transcript (Acesso em 22 fev 2024)

_____, Presidente (1945-1953: Harry Truman) Message to Congress, Washington, 12 mar 1947a. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp (Acesso em 22 fev 2024)

_____, Presidente (1961-1963: John F. Kennedy) President John F. Kennedy's Inaugural Address, Washington, 20 jan 1961. Disponível em: https://www.archives.gov/milestone-documents/president-john-f-kennedys-inaugural-address (Acesso em 24 fev 2024)

_____, "Public Law 253", 26 jul 1947. National Security Act of 1947, Washington, 1947b. Disponível em: https://www.dni.gov/index.php/ic-legal-reference-book/national-security-act-of-1947#:~:text=An%20Act%20To%20promote%20the,Establishment%20with%20other%20departments%20and (Acesso em 23 fev 2024)

Fagundez, Ingrid. "Bolsonaro: a infância do presidente entre quilombolas, guerrilheiros e a rica família de Rubens Paiva". BBC News Brasil. 16 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46845753> Acesso em 4 mar 2024.

Fausto, Ruy. "Depois do temporal". In: Sergio Abranches et al. **Democracia em risco?** p.147-163 Companhia das letras, São Paulo, 2019.

Fernandes, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 831–856, 2009. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668 Acesso em 23 fev. 2024.

Franchini Neto, H. A Política Externa Independente em Ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48(2),129-151. 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35848207 Acesso em: 24 fev 2024

Góes Monteiro. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro. Adersen Editores, 238p. 1932. Disponível em: https://archive.org/details/a-revolucao-de-30-e-a-finalidade-politica-do-exercito Acesso em: 1 mar 2024.

Galeano, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L & PM. Rio de Janeiro, 400p. 2010.

González, Juan Luis. **El loco**. 1a ed. [ebook] Buenos Aires, Planeta, 2023.

Hoeveler, R. Organizando la reacción: los aparatos privados de hegemonía de la extrema derecha en el Cono Sur desde 2015. In: DULCI, T.M.S; MECHI, P.S.. (Org.). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. 1 ed. v. 1, p. 65-90. Pedro & João Editores. São Carlos, 2023. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/extrema-direita-e-neoconservadorismo-na-america-latina-e-no-caribe/ Acesso em 10 mar 2024.

Jubran, Bruno Mariotto. A política externa soviética e seus desígnios econômicos: o caso do COMECON. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, v. 5, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/54387517/Artigo_ABRI_Bruno_Jubran.pdf Acesso em 10 mar 2024.

Lentz, Rodrigo, "O Pensamento Político Dos Militares Brasileiros: a Doutrina de 'Segurança Nacional' revisitada (1930-1985)". **Revista da Escola Superior de Guerra**. Nº70. pp. 39-71, 2019.

Lima, Daiane S.; Silva, Sergio P.; Freitas, Tatiane C. O golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff e a sua dimensão patriarcal. In: Dulci, T.M.S; Mechi, P.S.. (Org.). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, v. 1, p. 431-454. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/extrema-direita-e-neoconservadorismo-na-america-latina-e-no-caribe/ Acesso em 10 mar 2024.

Mao Junior, José Rodrigues. Crise dos Mísseis de Cuba: Presença de mísseis nucleares em Cuba gerou tensão entre Estados Unidos e União Soviética. Pedro Seno. **Hoje na História** [online] Editoria da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 23 out 2023 Disponível em: https://www.fflch.usp.br/132362 Acesso em 24 fev 2024

Martins, André Saboia. Anotações sobre a Intervenção na Guatemala em 1954: uma análise de suas projeções sobre as práticas sistemáticas de violação aos direitos de asilo e refúgio durante a guerra fria. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/14885/13206/32981#:~:text=A%20interven%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Estados%20Unidos,ultrapassam%20sua%20conjuntura%20hist%C3%B3rica%20espec%C3%ADfica. Acesso em: 10 mar 2024.

Martins Filho, J. R. As Políticas Militares Dos EUA Para A América Latina (1947-1989). **Teoria & Pesquisa** Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 1, n. 46, 2009. Disponível em: https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/88 Acesso em: 24 fev. 2024

Mechi, P. S. Nayib Bukele: um príncipe antimoderno no século XXI. In: Dulci, T.M.S; Mechi, P.S.. (Org.). **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, v. 1, p. 175-207. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/extrema-direita-e-neoconservadorismo-na-america-latina-e-no-caribe/ Acesso em 10 mar 2024.

_____, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e

práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

Mintz, S., & McNeil, S. Manifest Destiny. Digital History. 2015. Disponível em: https://www.digitalhistory.uh.edu/disp_textbook.cfm?smtid=2&psid=3259 Acesso em 10 mar 2024.

Mounk, Yascha. **O povo contra a democracia : por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. trad. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. 1. ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

Nação Brasileira. “03/04/2017 - Jair Bolsonaro - Palestra no Hebraica Rio de Janeiro” Youtube. 13 out 2017. Disponível em: https://youtu.be/LPj4KyLw8Wc?si=dLstEMPMJg31SUrm Acesso: 25 fev 2024

Oliveira, C. R. Nacionalismo e Identidade Nacional da Coreia do Sul: Análise do Filme 'Piagol' (1955). (Dissertação) Mestrado em História. Unifesp. Guarulhos. 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61921 Acesso em 10 mar 2024.

Oliveira, R. P. de. A Debacle Da Nova República Brasileira: da desilusão ao encerramento de um ciclo democrático. **Revista Espirales**, 2(2), 2019, p.25 - 42. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1426 Acesso em 10 mar 2024.

Organização dos Estados Americanos. **Sobre a OEA: Nossa História.** 2024. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp Acesso em 22 fev 2024.

Pereira, H. de A. R. Contendo a revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina. **Revista História**: Debates E Tendências, 10(2), 2010. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2465 Acesso em 10 mar 2024.

Pinto, Sergio Murillo. Góes Monteiro e a Política do Exército. In: **Militares e Política**, nº5, pp.82-101, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/download/33823/18954 Acesso em 10 mar 2024

“Posse do Presidente Jair Bolsonaro Bloco 02” TV BrasilGov/Youtube 16 jan. 2019. 27min. Disponível em: https://youtu.be/mNlrh9jNPP4 Acesso em 10 mar 2024.

Reis, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, 46(1), 2020.

República Argentina. Ministerio del Interior. Sistema de Publicación de Resultados Electorales. “Elecciones 2023 | Segunda Vuelta”. Disponível em: https://resultados.mininterior.gob.ar/resultados/2023/3/1/0 Acesso em 2 mar 2024.

Rivera, E. V. Historia de la Doctrina de la Seguridad Nacional. **Estudios Latinoamericanos**, (14-15), 2017, p.74-82 Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36709 Acesso em 10 mar 2024.

Rocha, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php Acesso em 10 mar 2024.

Ruiz, I; Tarricone, M; Slipczuk, M; Skoknic, F; Velasco, I; Maciel, A; Scofield, L; Dal Piva, J e Lawrence, T. “Novo guru da direita latina uniu Bolsonaro com extremista argentino” Agência Pública [online] 30 jul 2023 8h00. Disponível em: https://apublica.org/2023/07/novo-guru-da-direita-latina-uniu-bolsonaro-com-extremista-argentino/ Acesso em 31 ago 2023

Santos, Sandro Marques dos. Uma nova causa da “América”: o Mito do Destino Manifesto na formação do nacionalismo norte-americano da Guerra Fria (1947-1991). Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2020, 230p. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218586 Acesso em 10 mar 2024.

Silva, Érika Regina da. O PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1967) e as reformas institucionais: elementos constitutivos do planejamento estratégico federal. **Anais das Semanas de Geografia da Unicamp**, Campinas, p.96-99, 2011. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/semanageounicamp/article/view/3373/3236 Acesso em 10 mar 2024

Simon, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**, v. 1, n. 09, p. 24-47, 2010. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/196 Acesso em 10 mar 2024.

Sobral, M. C. B., e Bittencourt, M. V. L. A Lógica do Pensamento de Roberto Campos: Desenvolvimentismo e Liberalismo (1950-2001); Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Paraná. 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5398157/mod_resource/content/1/SobralBittencourt%20do%20desen%20ao%20liberalis%20rob%20campos.pdf Acesso em 10 mar 2024.

Solano, E.. A bolsonarização do Brasil. In: Sergio Abranches et al. **Democracia em risco?** p.307-322 Companhia das letras, São Paulo, 2019.

Teitelbaum, **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Tradução de Cynthia Costa. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

Tomaz, Fábio. O golpe militar na Guatemala, a CIA e um tal de Ernesto. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (site oficial). 21 jun 2021. Disponível em: https://mst.org.br/2021/06/21/o-golpe-militar-na-guatemala-a-cia-e-um-tal-de-ernesto/ Acesso em 23 fev 2024

Toussaint, Eric. Porquê o Plano Marshall? CADTM - Comitê para a abolição das dívidas ilegítimas. [online] 7 fev 2024 Disponível em:

https://www.cadtm.org/Porque-o-Plano-Marshall Acesso em 22 fev 2024

Tratado do Atlântico Norte. Washington, 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt Acesso em 23 fev 2024

Traverso, Enzo: **Las Nuevas Caras de La Derecha**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2018, 157 pp.

Treaty of Friendship, Cooperation and Mutual Assistance Between the People's Republic of Albania, the People's Republic of Bulgaria, the Hungarian People's Republic, the German Democratic Republic, the Polish People's Republic, the Rumanian People's Republic, the Union of Soviet Socialist Republics and the Czechoslovak Republic. Varsóvia, 1955. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/warsaw.asp Acesso em 23 fev 2024

Trevisan, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. [ebook]: Rocket Edition eBooks Brasil, 2005. 163p. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/militar2.pdf Acesso em: 24 fev 2024

Vasconcellos, Carlos-Magno Esteves; Mansani, Roberta de Souza. As conferências internacionais de Yalta e Potsdam e sua contribuição à construção da hegemonia econômica internacional norte-americana no capitalismo do pós 2ª Guerra Mundial. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 2, n. 16, p. 41-55, 2013.

Vieira, Friederick Brum. A geopolítica brasileira: um caso de —Destino Manifestoll? **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 51-65, dez. 2006.

Vizentini. P. G. F. “A guerra fria”. In: **O século XX**: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha (Orgs.) v.2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 195-225.

Zaverucha, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988. In: Teles, Edson; Safatle, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.